



VOLUME 3

SÉRIE **FÉ** REFORMADA

JESUS NO ANTIGO TESTAMENTO? IAIN M. DUGUID

O QUE É CONVERSÃO VERDADEIRA? STEPHEN E. SMALLMAN

O QUE É O HOMEM? A. CRAIG TROXEL

O QUE É PROVIDÊNCIA? DEREK W. H. THOMAS

O QUE É A TRINDADE? DAVID F. WELLS





VOLUME 3

SÉRIE **FÉ** REFORMADA

JESUS NO ANTIGO TESTAMENTO? IAIN M. DUGUID

O QUE É CONVERSÃO VERDADEIRA? STEPHEN E. SMALLMAN

O QUE É O HOMEM? A. CRAIG TROXEL

O QUE É PROVIDÊNCIA? DEREK W. H. THOMAS

O QUE É A TRINDADE? DAVID F. WELLS





VOLUME 3

SÉRIE **FÉ REFORMADA**

JESUS NO ANTIGO TESTAMENTO? IAIN M. DUGUID

O QUE É CONVERSÃO VERDADEIRA? STEPHEN E. SMALLMAN

O QUE É O HOMEM? A. CRAIG TROXEL

O QUE É PROVIDÊNCIA? DEREK W. H. THOMAS

O QUE É A TRINDADE? DAVID F. WELLS



Série Fé Reformada – vol. 3, vários autores © 2022 Editora Cultura Cristã. Is Jesus in the Old Testament? © 2013 by Iain M. Duguid, What is true conversion? © 2005 by Stephen E. Smallman, What is men? © 2010 by A. Craig Troxel, What is providence? © 2008, by Derek W. H. Thomas, What is the trinity? © 2012 by David F. Wells. Todos os direitos são reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, estocada para recuperação posterior ou transmitida de qualquer forma ou meio que seja – eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou de outro modo – exceto breves citações para fins de resenha ou comentário, sem o prévio consentimento de P&R Publishing Company, P.O.Box 817, Phillipsburg, New Jersey 08865-0817.

1ª edição – 2022

Conselho Editorial Cláudio Marra (Presidente) Christian Brially Tavares de Medeiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sueli Costa CRB-8/5213

■

D946s

Duguid, Iain M.

Série Fé Reformada / Iain M. Duguid...[et al.]; tradução Letícia Scotuzzi. – São Paulo: Cultura Cristã, 2022.

V.3

Recurso eletrônico (ePub)

Título original: Is Jesus in the Old Testament?, What is true conversion?, What is man?, What is providence?, What is the trinity?

ISBN 978-65-5989-173-3

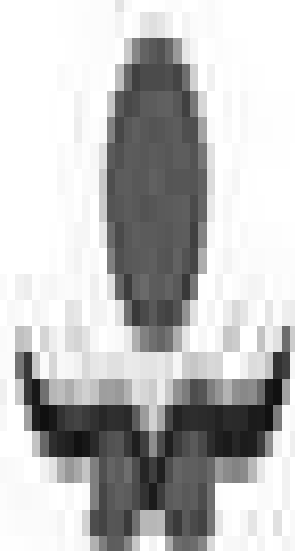
1. Teologia prática 2. Vida cristã I. Scotuzzi, Letícia II. Smallman, Stephen E. III. Troxel, A. Craig IV. Thomas, Derek W. H. V. Wells, David F. VI. Título

CDU-241.511

■

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a Confissão de Fé de Westminster e seus catecismos, o Maior e o Breve. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.

adidas



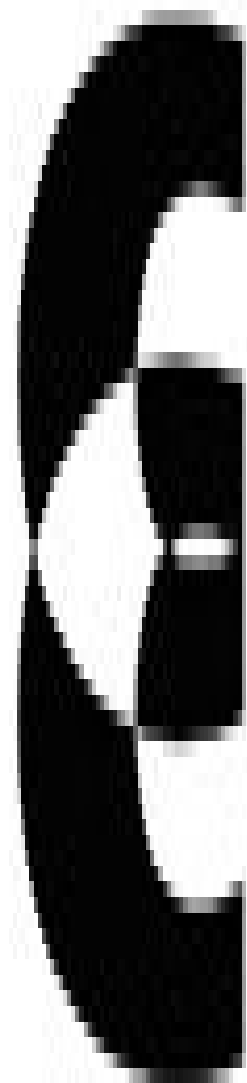
ALTERNATIVE
SPORTS

ADIDAS

ADIDAS

ADIDAS

Respete o direito autoral



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones: 0800-0141963 / (11) 3207-7099

www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Clodoaldo Waldemar Furlan

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Sumário

[Jesus no Antigo Testamento?](#)

[O que é conversão verdadeira?](#)

[O que é o homem?](#)

[O que é providência?](#)

[O que é a Trindade?](#)

Série Fé Reformada

Volume 3

Jesus no Antigo Testamento?

Iain M. Duguid

Jesus no Antigo Testamento?

Muitos cristãos consideram o Antigo Testamento um livro difícil. Ele parece cheio de rituais obscuros, costumes antigos, leis estranhas e uma mistura de histórias inspiradoras e horripilantes. O fato de muitos pastores não pregarem no Antigo Testamento prejudica porque deixam os cristãos comuns por conta própria para tentarem decifrá-lo. Na verdade, algumas igrejas foram além disso. Durante uma recente visita ao Museu Menonita em Shippshewana, no estado norte-americano de Indiana, fiquei impressionado com o proeminente anúncio de que os menonitas são “cristãos do Novo Testamento”, como se isso fosse uma categoria separada de cristãos.

Certamente muitos cristãos vivem praticamente ignorando grande parte do Antigo Testamento, seja de maneira deliberada, ou porque simplesmente não têm certeza do que fazer com essa parte. Todavia, o apóstolo Paulo estava falando do Antigo Testamento quando disse:

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. (2Tm 3.16-17)

O Antigo Testamento é para os cristãos também.

Além disso, este capítulo afirma que Cristo está presente em todo o Antigo Testamento. Ele não está presente apenas por meio de uma aparição física aqui e ali, ou mediante a interpretação correta desta ou daquela profecia, ou tipo do Antigo Testamento, mas ele está presente em todas as páginas como tema central e enredo de todo o livro. Interpretado corretamente, todo o Antigo Testamento é

sobre Jesus Cristo. Mais especificamente, o Antigo Testamento concentra-se nos sofrimentos de Cristo e nas glórias que se seguirão – isto é, o evangelho, bem como prepara para isso. Como veremos, essa é a perspectiva que o próprio Novo Testamento nos ensina a ter em relação ao Antigo Testamento.

Contudo, também quero explorar o que significa ver corretamente Cristo no Antigo Testamento. Nem toda tentativa de discernir a figura de Jesus no Antigo Testamento foi proveitosa. Alguns intérpretes bem-intencionados permitiram que suas imaginações corresse livremente neste tema, de modo que precisamos aprender a ler a história extraíndo o que realmente há ali, em vez de inserir falsas conexões com o evangelho.

Por fim, quero examinar algumas maneiras específicas nas quais o Antigo Testamento se concentra em Cristo e no seu ministério, bem como nos prepara para vê-los e entendê-los.

Qual é a mensagem central do Antigo Testamento?

Por que devemos esperar encontrar Jesus no Antigo Testamento? A resposta simples é, que é assim, que o Novo Testamento nos ensina a lê-lo. Lembre-se das palavras de Jesus no caminho para Emaús. Naquela ocasião, Jesus alcançou dois desanimados discípulos que estavam saindo de Jerusalém depois da crucificação e que não sabiam da ressurreição. Enquanto caminhavam na penumbra do anoitecer, ele os levou a um passeio pelas Escrituras do Antigo Testamento, expondo como o conhecimento e a compreensão deles eram lamentavelmente inadequados, dizendo,

Ó néscios e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura, não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória? E, começando por Moisés, percorrendo por todos os profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras. (Lc 24.25-27)

Em outras palavras, Jesus desdobrou o Antigo Testamento, mostrando-lhes como tudo ali se cumpre nele. De acordo com Jesus, devemos esperar que a mensagem de “Moisés e todos os profetas”, isto é, todo o Antigo Testamento, seja Jesus Cristo. Observe também que a reação dos discípulos não foi se impressionar com a inteligência dele em descobrir referências a si mesmo em tamanha gama de fontes. Em vez disso, eles ficaram surpresos com sua própria estupidez de não terem reconhecido antes o tema desses livros familiares.

Esta também não foi simplesmente a mensagem de Jesus numa ocasião particular para aqueles dois discípulos em particular. Se esse fosse o caso, a conexão entre Cristo e o Antigo Testamento poderia ser apenas uma interessante nota de rodapé ou comentário sobre a mensagem principal de Jesus. Contudo, Lucas 24.44-48 nos dá a essência do ensinamento de Jesus a todos os discípulos no período de quarenta dias entre sua ressurreição e a ascensão.

São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco: importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então, lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras; e lhes disse: Assim está escrito que o Cristo havia de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia e que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações, começando de Jerusalém. Vós sois testemunhas destas coisas.

Esse é um resumo da aula magistral de Jesus em interpretação do Antigo Testamento, dada durante os últimos dias do seu ministério de ensino terreno. Observe a abrangência da linguagem que Jesus emprega: “importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”. A Lei de Moisés, os Profetas e os Salmos compõem as três divisões do Antigo Testamento hebraico, que Lucas mais tarde designa como “as Escrituras”. Em outras palavras, o foco do seu ensino não estava em algumas passagens “messiânicas” aqui e ali, mas sim em todo o Antigo Testamento. De acordo com Jesus, todo o conjunto das Escrituras do Antigo Testamento constitui uma mensagem sobre o próprio Cristo.

No entanto, as Escrituras não são apenas uma mensagem geral sobre Jesus. Mais

especificamente, Jesus disse a seus discípulos que o foco central de todo o Antigo Testamento é seu sofrimento, sua ressurreição e a proclamação do evangelho a todas as nações, começando em Jerusalém. Portanto, o Antigo Testamento é um livro em que cada página é concebida para nos revelar o evangelho de Jesus Cristo, alcançado pelos seus sofrimentos, ressurreição, e aplicado por meio do derramamento do Espírito sobre todas as nações.

Os seguidores de Jesus tiveram dificuldades para entender muitos aspectos dos seus ensinamentos durante seu ministério terreno. Contudo, esta parte da mensagem foi claramente comunicada aos discípulos. Assim, Pedro diz:

Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada, investigando, atentamente, qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo e sobre as glórias que os seguiriam. (1Pe 1.10-11)

Do mesmo modo, Paulo declarou ao rei Agripa, “permaneço até ao dia de hoje, dando testemunho, tanto a pequenos como a grandes, nada dizendo, senão o que os profetas e Moisés disseram haver de acontecer, isto é, que o Cristo devia padecer e, sendo o primeiro da ressurreição dos mortos, anunciaria a luz ao povo e aos gentios” (At 26.22-23).¹

Então, de acordo com Jesus e os apóstolos, quando se interpreta o Antigo Testamento corretamente, você descobre que o foco não está prioritariamente nas histórias sobre melhoria moral, chamados à ação social ou visões sobre acontecimentos do final dos tempos. Em vez disso, a mensagem central do Antigo Testamento é Jesus: especificamente os sofrimentos de Cristo e as glórias que se seguem – tanto a gloriosa ressurreição de Cristo, quanto a gloriosa herança que ele conquistou para todo o seu povo. Certamente, compreender este evangelho deve levar a uma nova moralidade na vida dos cristãos. Deve nos motivar e capacitar a satisfazer as necessidades do mundo perdido e arruinado ao nosso redor, e deve envolver nossa paixão pelos novos céus e a nova terra, que serão concretizados quando Cristo retornar. Mas o cerne da mensagem do Antigo Testamento é testemunhar de Cristo, concentrados no seu sofrimento e glória,

sua morte e ressurreição.

Que diferença isso faz?

Esse foco no evangelho como o centro de toda a Bíblia, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, tem várias implicações importantes.

Primeiro, significa que o evangelho (a boa-nova sobre a morte e ressurreição de Jesus) não é meramente o ponto de partida da vida cristã, a partir do qual passamos a estudar ética e a aprender como ser pessoas melhores. Às vezes, agimos como se a mensagem do evangelho pudesse ser necessária para aqueles que ainda não conhecem a Jesus, enquanto nós, que já somos cristãos, apenas buscamos nos orientar sobre como viver a vida cristã. Todavia, as Escrituras nos mostram que o evangelho é o batimento cardíaco da nossa vida como cristão, o foco central para o qual devemos retornar constantemente. A boa-nova da morte e ressurreição de Cristo não é apenas o poder em que pecadores mortos são ressuscitados para uma nova vida – é também o poder pelo qual o povo de Deus é transformado em novas criaturas nele.

É por esse motivo que Paulo pôde dizer em 1Coríntios 2.2: “Decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado.” Presumivelmente, Paulo não estava dizendo que pregava apenas sermões evangelísticos enquanto ignorava a tarefa do discipulado. Em vez disso, ele quis dizer que todo sermão pregado focalizava a cruz de Cristo, as implicações da qual ele então estendia a todas as áreas da vida. Para simplificar, ele nunca pregou Efésios 4–6 (os imperativos éticos) sem conectá-los a Efésios 1–3 (o indicativo do evangelho). Nossa santificação está enraizada na nossa justificação e flui dela.

Segundo, o principal problema que enfrentamos como cristãos não é que não sabemos o que devemos fazer. De acordo com a minha experiência, a maioria dos cristãos (incluindo eu) sabe muito sobre como deveríamos viver. Nosso principal problema é que não vivemos de acordo com o que sabemos. A lacuna não está em nosso conhecimento, mas em nossa obediência. Certa vez, o pastor do século 18 John Newton escreveu uma carta a um amigo intitulada “Sobre a ineficácia do conhecimento”.² Nela, ele lamentou sua incapacidade de aplicar as profundas doutrinas, que ele tanto amava, às lutas contra o pecado que

enfrentava em sua própria vida. Penso que todos nós podemos nos identificar com a dificuldade dele.

Como abordamos essa lacuna entre o que sabemos e o que fazemos? Sermões e estudos bíblicos que se concentram na “lei” (as exigências das Escrituras para nossa obediência), não importando quão fielmente bíblicos sejam no conteúdo, tendem a simplesmente somar ao peso da culpa sentida pelo cristão comum. Um amigo meu chama esses sermões de “outro tijolo na mochila” – você chega à igreja sabendo cinco maneiras pelas quais você está aquém do padrão de Deus para a sua vida, e sai sabendo dez maneiras, duplamente sobrecarregado.

Na minha experiência, esse tipo de ensinamento produz pouca transformação na vida, especialmente em termos da alegria e da paz que supostamente devem marcar a vida cristã. No entanto, concentrar-nos no evangelho tem o poder de mudar nossa vida em um nível profundo. Por meio do evangelho, chegamos a ver tanto a verdadeira profundidade do nosso pecado (e, conseqüentemente, que nossos sentimentos iniciais de culpa eram, na verdade, superficiais demais), enquanto ao mesmo tempo somos lembrados da gloriosa boa-nova de que Jesus é nosso substituto perfeito, que retira nosso pecado e culpa. Ele viveu a vida de obediência em nosso lugar e satisfez o implacável clamor das exigências da lei, bem como tomou sobre si a terrível punição que nosso pecado realmente merece. Quando o Espírito Santo nos capacita a entender essa realidade do evangelho, ele nos liberta da nossa culpa e nos revigora com uma alegria profunda que motiva nosso coração a amar a Deus de novo. Desse modo, o evangelho começa a lenta obra transformadora de nos modificar de dentro para fora. Isso é o que o pastor escocês do século 19 Thomas Chalmers chamou de “o poder expulsivo de uma nova afeição”: uma profunda mudança no nosso comportamento sempre vem mediante uma mudança naquilo que mais amamos, e não mediante coerção externa.³

Essa abordagem também sugere que o objetivo de ler nossa Bíblia não é meramente educacional, mas fundamentalmente doxológico – levar nosso coração a louvar e a amar nosso glorioso e gracioso Deus. Nosso objetivo ao estudar as Escrituras não é apenas conhecer mais da história antiga ou aprender princípios de vida úteis, mas sim ser levado a olhar de uma nova maneira a glória de Deus em Jesus Cristo e a curvar nosso coração perante ele em adoração e louvor. Como observou Newton, esse estudo da Palavra de Deus, certamente, mudará a nossa vida à medida que o Espírito Santo nos capacitar a desenvolver em nós o amor por Cristo e pelo evangelho, como também nos permitirá

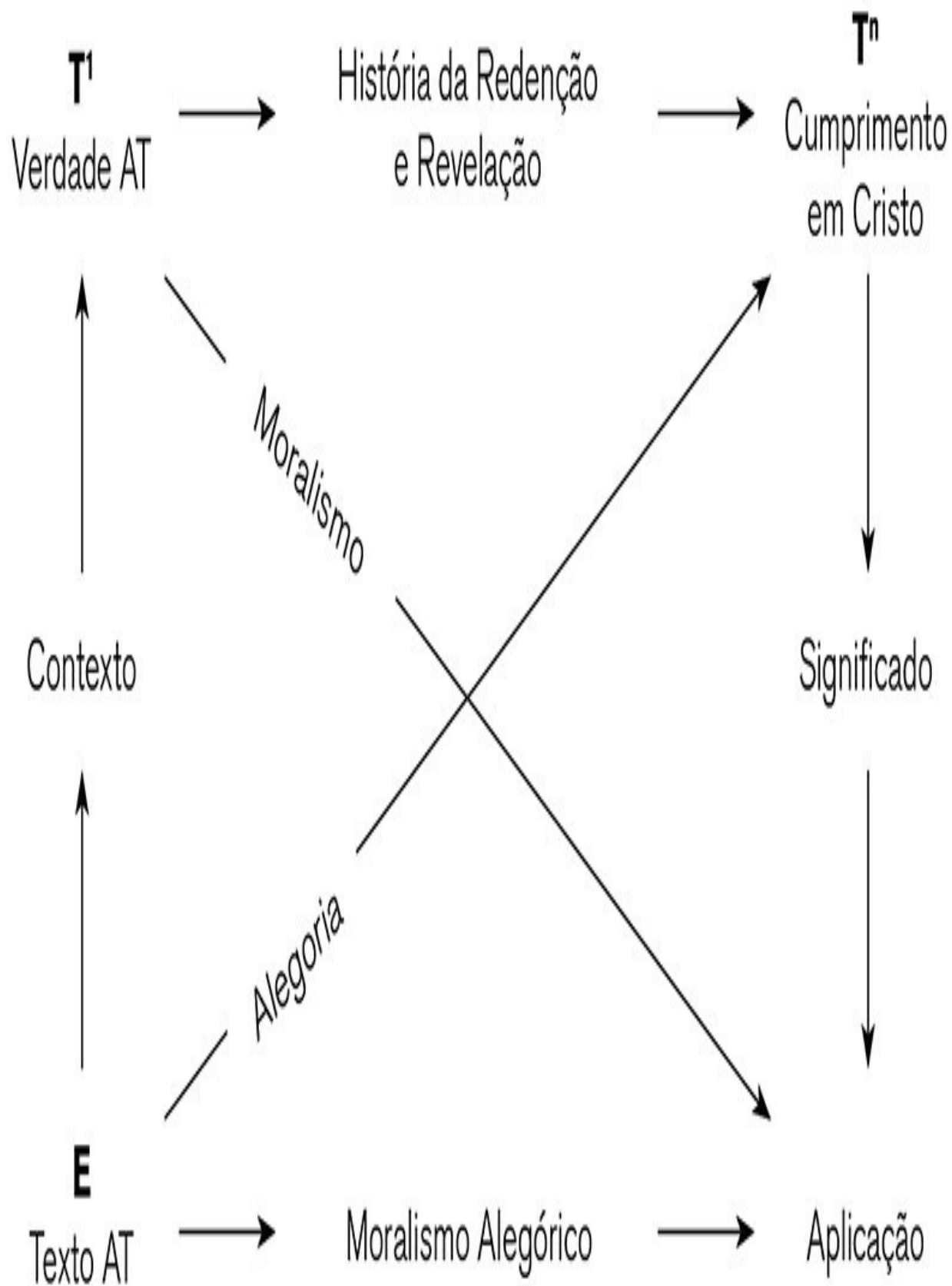
glorificar a Deus, mesmo em meio à nossa contínua fraqueza e pecado. Sendo assim, ao lermos o Antigo Testamento, nossa oração deve ser a do apóstolo Paulo:

Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a ele seja a glória, na Igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém! (Ef 3.20-21)

Como não ler o Antigo Testamento

Algumas pessoas foram compreensivelmente dissuadidas do tipo de abordagem centrada em Cristo que estou descrevendo aqui. Elas talvez tiveram experiências ruins com pessoas que viram Jesus por trás de todo arbusto (queimando ou não) no Antigo Testamento. Charles Spurgeon, por exemplo, disse que, se alguma vez encontrasse ali uma passagem sem Cristo, ele percorreria montanhas e vales até encontrar o caminho para Cristo⁴ – ao lermos seus sermões, às vezes parece que é exatamente isso que ele fez. Nem toda conexão com Cristo percebida no Antigo Testamento é válida.⁵ Portanto, nesta seção, quero examinar várias maneiras incorretas de abordar o Antigo Testamento como preparação para aprender a lê-lo corretamente.

É proveitoso começar com um diagrama emprestado (e levemente adaptado) do falecido presidente do Seminário Teológico de Westminster, doutor Edmund Clowney.⁶



A primeira maneira incorreta em que lemos o Antigo Testamento é o que chamei de moralismo alegórico, na qual extraímos um detalhe do seu contexto original e o aplicamos diretamente à nossa própria vida, sem referência ao seu contexto original nas Escrituras ou a Cristo e o evangelho. Por exemplo, uma mulher que visitou nossa igreja recentemente me contou o quanto Ezequiel 48 havia sido significativo na sua vida. Na visão do profeta sobre o futuro de Israel, a passagem descreve as fronteiras das diferentes tribos, e ela tomou do trecho a seguinte mensagem: “os limites de Dã precisam ser restaurados”. Isso foi significativo para ela porque o nome do seu marido era Dã e, ao ler essa passagem, ela percebeu que seu marido não vinha mantendo bons limites entre o trabalho e o lar.

Embora essa observação tenha sido verdadeira e relevante para a vida dela e provavelmente já foi tirada legitimamente de outras passagens da Escritura, essa percepção dificilmente é o propósito pelo qual o Espírito Santo inspirou Ezequiel a escrever o capítulo. Ela havia passado diretamente da passagem para a aplicação a ela mesma, sem entender o fluxo dela ou o significado do seu contexto original. Atualmente, uma grande parte das pregações nas igrejas evangélicas se assemelha a esse processo de interpretação: é alegórica na medida em que não relaciona a passagem com o seu contexto original, e é também moralista porque em vez de nos mostrar Cristo e o evangelho, ela simplesmente busca “verdades eternas” ou “princípios de vida” em cada passagem para tornarem-se guias para o nosso comportamento.

A próxima abordagem incorreta ao Antigo Testamento é a interpretação alegórica, segundo a qual as pessoas (especialmente pregadores) fixam-se mais uma vez em detalhes superficiais da passagem, mas dessa vez as usam para encontrar referências a Cristo onde nenhuma delas foi originalmente pretendida. Essa abordagem vem sendo utilizada com grande popularidade ao longo de toda a história da igreja. Por exemplo, num sermão sobre Ezequiel 40.6-8, o Pai da igreja Gregório, o Grande, identificou a porta leste do templo de Ezequiel como Jesus, os degraus que levavam até a porta como os méritos das virtudes que levam à salvação, e o limiar da porta como os ancestrais de Jesus.⁷

Mais recentemente, um escritor cristão argumentou que a razão pela qual as estacas da tenda do tabernáculo ficavam parcialmente dentro do chão e parcialmente fora do chão era para nos ensinar que o evangelho não é apenas

sobre a morte de Jesus Cristo (a parte dentro no solo), mas também sobre a ressurreição (a parte fora do solo).⁸ Embora essa conclusão doutrinal seja importante e verdadeira, eu sugeriria que a razão pela qual as estacas da tenda do tabernáculo ficavam parcialmente dentro da terra e parcialmente fora da terra era simplesmente que de outro modo teria sido impossível prender nelas as cordas que fixavam o tabernáculo. Podemos admirar o desejo de interligar o Antigo Testamento a Cristo, mas ainda assim considerar equivocada a aplicação da metodologia.

Num esforço para evitar os excessos imoderados da alegoria, muitos intérpretes modernos enfatizaram corretamente o entendimento de uma passagem do Antigo Testamento à luz do seu contexto original. Eles incentivam as pessoas a discernir a mensagem do texto dentro das questões mais abrangentes do livro com o objetivo de descobrir a intenção do autor original ao escrevê-lo. Tendo discernido essa ideia original, o próximo passo costuma ser visto como discernir a “verdade atemporal” que está por trás desse escrito histórico específico.⁹ Quais princípios de vida ele nos ensina que são universais e imutáveis? Como podemos tomar esses mesmos princípios universais e aplicá-los com habilidade à nossa vida diária?

Essa abordagem tem muito de correto e louvável, mas ainda assim a rotulei de moralismo por causa da sua inevitável tendência a posicionar o leitor no centro do processo interpretativo e fazer do Antigo Testamento fundamentalmente uma história sobre nós. Ao procurar por princípios universais de comportamento que eu possa aplicar, essa abordagem geralmente acaba me instigando a “ousar ser um Daniel” ou “simplesmente negar-me a ser um Jefté”. Ele achata os contornos da história de redenção do Antigo Testamento, e trata personagens do Antigo Testamento como Abraão e Davi como se a principal função deles fosse modelar uma vida na qual eu possa me espelhar.

Esse é o ponto forte do diagrama do doutor Clowney, que nos lembra o fato de que colocarmos toda passagem da Escritura no seu contexto literário e histórico corretamente. Começamos pelo versículo, passagem, acontecimento ou instituição que se relaciona com outros versículos, passagens e acontecimentos em torno dele. Não há lugar para o tipo de especulação alegórica que retira uma passagem do seu cenário original e ignora completamente a intenção do escritor humano.

No entanto, perguntamos também onde essa passagem se encaixa na história

mais ampla dos relacionamentos de Deus com seu povo, e qual foi a intenção do Autor divino ao incluí-la na nossa Bíblia. Como esse acontecimento ou relato promove o projeto de Deus, e nos aponta para a grande obra que Deus está realizando neste mundo, que é a obra da salvação em Cristo por meio do evangelho? Como essa passagem nos mostra os sofrimentos de Cristo, e as glórias que se seguem? Por exemplo, ela revela os pecados pelos quais Cristo teve de vir e morrer? Como ela exige ou demonstra o comportamento correto que Jesus veio desempenhar em nosso lugar? Somente depois de fazermos esses tipos de perguntas primárias focadas no evangelho, chegaremos à questão secundária da aplicação pessoal: como esse evangelho nos ensina a viver à luz dessa porção específica da Palavra de Deus, por gratidão pelo que Deus fez? A aplicação é importante, mas o evangelho vem em primeiro lugar. Além disso, mesmo depois de termos aplicado uma passagem corretamente a nós mesmos desse modo, precisamos constantemente voltar ao conforto do foco do evangelho em Cristo, pois mesmo como cristãos jamais viveremos à altura do padrão da santidade perfeita que Deus exige.

Encontrando Jesus no Antigo Testamento

O caráter incompleto do Antigo Testamento

Evidentemente, falar sobre o evangelho como a mensagem central do Antigo Testamento é assumir que o Antigo Testamento nunca teve a intenção de existir por si só. Em vez disso, foi projetado desde o início para ficar junto com o Novo Testamento como parte de um único livro, a Bíblia. Isso é exatamente o que o livro de Hebreus afirma. O escritor começa dizendo: “Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho” (Hb 1.1-2a). Então ele continua e assegura que esse Filho é superior até mesmo a Moisés, o autor do Pentateuco e o supremo profeta do Antigo Testamento (Hb 3.3-6). O ministério de Cristo é melhor que o de Moisés, assim como a nova aliança é mais excelente que a antiga, uma vez que é sancionada em promessas melhores (Hb 8.6). Citando Jeremias 31.31-34, o escritor aos Hebreus diz: “Quando ele diz Nova [aliança],

torna antiquada a primeira. Ora, aquilo que se torna antiquado e envelhecido está prestes a desaparecer” (Hb 8.13).

O escritor da Epístola aos Hebreus está dizendo que, por si só, o Antigo Testamento é necessariamente incompleto, até mesmo defeituoso. O propósito de Deus desde a criação era ter um povo para si que vivesse sob a sua bênção. Como Jeremias ressaltou, o problema com a primeira aliança era o pecado: o povo de Deus transgrediu a aliança e foi punido pelos seus pecados. Isso é verdadeiro no início, no jardim do Éden, e depois ao longo de toda a história do povo de Israel, que repetidamente transgrediu a aliança que Deus havia feito com eles no monte Sinai. No contexto dessa história de pecado, somente uma aliança baseada no dom gratuito da graça de Deus para nós em Cristo nos alcançaria conforme o propósito de Deus de nos tornar seu povo santo.

Todavia, observe que o escritor aos hebreus fundamenta sua mensagem no caráter obsoleto do Antigo Testamento no próprio Antigo Testamento. Ele cita o Antigo Testamento repetidamente para ajudar seus leitores a entenderem a gloriosa grandeza da nova aliança em Cristo. Em outras palavras, para entender corretamente a culminante mensagem do Novo Testamento, primeiro você precisa entender a mensagem preparatória do Antigo Testamento. Só então estará pronto para compreender a missão do Cristo a quem Deus enviou. É por esse motivo que muitos missionários que traduzem a Bíblia para outras línguas não começam com o Novo Testamento, mas sim com passagens do Antigo Testamento como Gênesis e Salmos. Sem essas passagens fundamentais e seus ensinamentos sobre quem Deus é e como ele se relacionou com Abraão e seus descendentes, é difícil para as pessoas entenderem a mensagem de que esse Deus agora encarnou e habitou entre nós na pessoa de Jesus Cristo.

O formato do Antigo Testamento

Essa incompletude do Antigo Testamento é evidente em sua estrutura e forma geral. No hebraico, a ordem dos livros bíblicos é diferente da ordem deles na Bíblia na nossa língua, contudo ambos os arranjos são compostos de três partes distintas que nos direcionam a Cristo.

O arranjo hebraico divide os livros do Antigo Testamento em Lei (ou “Torá”), os

Profetas e os Escritos. A Lei é o que chamamos de Pentateuco, os primeiros cinco livros da Bíblia, abrangendo de Gênesis a Deuteronômio. A seguir vêm os Profetas, a segunda parte da ordem hebraica, que inclui os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis (os “primeiros profetas”), bem como os livros de Isaías, Jeremias, Miquéias e os demais (os “últimos profetas”). A última categoria, os Escritos, inclui livros poéticos como Salmos, Provérbios e Jó, bem como de história posterior (Crônicas, Esdras–Neemias) e livros que incluiríamos entre os profetas, como Daniel e Lamentações.

Esse arranjo do Antigo Testamento destaca a dimensão profética da história escrita de Israel. A Bíblia nunca é um mero registro dos fatos da história de Israel. Em vez disso, é o registro da Palavra de Deus e seu cumprimento, que é um tema proeminente de Josué a Reis. Isso também significa que a Bíblia deles concluía com os livros de Crônicas, os quais servem como uma grande recapitulação de toda a história do Antigo Testamento, traçando a história de Israel de Adão ao retorno do exílio babilônico e a dificuldade dos israelitas para se reestabelecerem na sua terra. Essa recapitulação deixa em aberto as perguntas: O que acontece agora que retornamos do exílio? Para onde vamos daqui? Como resultado, a ordem hebraica do Antigo Testamento tem uma sensação de “sinfonia inacabada”. Se essa é apenas a história de um povo corajoso sobrevivendo num ambiente hostil, nunca submergindo pela corrente da História, mas também nunca completando o seu potencial, então o leitor fica pensando: E daí? É assim que a história deles termina, não com um estrondo, mas com um gemido? Será que todas as ricas promessas de Deus feitas a Abraão foram cumpridas num pequeno grupo de judeus regressados, assolados por problemas internos e externos, apegados a uma existência perigosa num pequeno canto do seu antigo império? Certamente, há muito mais na história sagrada do que isso.

A mesma incompletude é evidente na ordem dos livros do Antigo Testamento nas traduções para a nossa língua. Esse arranjo foi entregue ao mundo ocidental por meio da Septuaginta (a antiga tradução grega do Antigo Testamento). Os gregos organizaram os livros na sua ordem lógica e histórica. Começaram com os livros históricos (que agora também englobam o Pentateuco), colocaram livros como Rute e Crônicas nas suas próprias localizações históricas, seguiram a história com os livros de poesia/sabedoria (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cantares de Salomão), e terminaram com os livros proféticos (Isaías–Malaquias).

Esse arranjo é obviamente mais organizado historicamente, mas demonstra uma

diferença de perspectiva quanto à natureza de alguns dos livros bíblicos. Por exemplo, o Pentateuco é lei ou História? O livro dos Reis é História ou profecia? Pensar nessas perguntas mostra a riqueza dos materiais bíblicos. Por exemplo, se “lei” significa apenas regras e regulamentos, o Pentateuco é claramente muito mais do que isso. Ele narra a história do mundo da criação de Adão à chegada de Israel à fronteira da Terra Prometida e, nesse sentido, claramente tem a intenção de ser História. No entanto, é história contada não apenas por um interesse antiquário, mas para nossa instrução (que está, claro, incluída no significado da palavra hebraica para lei, torá). Seu foco central é a aliança que Deus fez com seu povo no monte Sinai, que é formativa para a experiência subsequente de Israel como nação, não apenas um conjunto atemporal de regras sobre como viver.

Do mesmo modo, o livro dos Reis pode se parecer muito com o tipo de história que um dos personagens de Jane Austen descreve tão vividamente: “pela História, a real e solene História, não consigo me interessar. [...] Leio um pouco por dever, mas não me diz nada que não me irrite ou me desgaste. As discussões de papas e reis, com guerras e pestes em cada página, e os homens todos imprestáveis e, dificilmente, uma mulher; tudo isso é bem cansativo”.¹⁰ O livro dos Reis certamente inclui muitos conflitos de reis, guerras e pestes, e tem sua cota de homens inúteis e até algumas mulheres, mas é muito mais que mera História. O livro está muito interessado no cumprimento de ditos proféticos específicos (p. ex., 1Rs 2.27 registra o cumprimento da profecia contra a família de Eli em 1Sm 3.12, e 1Rs 16.34 registra o cumprimento exato de Js 6.26). O escritor de Reis está entre os profetas como aquele que confrontou o povo do Senhor com o fato de eles não conseguirem manter a aliança feita no monte Sinai e advertiu-os sobre as consequências dos seus pecados.

Contudo, mesmo com esse arranjo grego, o Antigo Testamento ainda olha para além de si mesmo. Agora, o último capítulo é Malaquias 4, um dos últimos dos textos proféticos, que conclui antecipando a vinda do novo Elias:

Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do

Senhor

; ele converterá o coração dos pais aos filhos e o coração dos filhos a seus pais, para que eu não venha e fira a terra com maldição. (Ml 4.5-6)

Esse final prepara o leitor para ficar atento à chegada de uma figura como o primeiro Elias, alguém que se veste com um casaco de pele de camelo e usa um cinto de couro, que vive no deserto e invoca fogo do céu sobre o povo – em outras palavras, alguém como João Batista (Mc 1.1-8).

As três principais divisões na ordem ocidental do Antigo Testamento correspondem a três formas principais de ver a mão de Deus operando no mundo. O historiador da Bíblia lê a história de Israel pelo prisma da Palavra revelada de Deus e demonstra que Deus está soberanamente agindo, seja na primeira página ou nos bastidores. A história de Israel não é uma sequência sem sentido de acontecimentos, “um saco de lixo de coincidências aleatórias rasgado e levado pelo vento”, na frase de Joseph Heller.¹¹ Pelo contrário, a história é o relato de Deus concretizando seu grande plano neste mundo para a redenção do seu povo em Cristo.

Por outro lado, o profeta recebe sua mensagem diretamente da boca do Senhor e declara ao seu público: “Assim diz o Senhor”. Ele fala de bênçãos e maldições que chegam ao povo de Deus com base na fidelidade deles à aliança. Quando obedecia aos termos da aliança feitos no Sinai, Israel era abençoada. Quando era infiel, a nação vivenciava as maldições da aliança. No entanto, esse merecido estado de maldição, mesmo quando levado ao seu ponto máximo, o exílio da Terra Prometida, não poderia ser o final da história. O Senhor que havia ligado seu nome irrevogavelmente a esse povo no monte Sinai faria, ele mesmo, tudo o que fosse necessário para levar a cabo seu objetivo de ter um povo santo para si (Ez 36.20-27).

Enquanto isso, o sábio, o escritor de literatura de sabedoria, estuda o mundo que Deus criou. Ele procura discernir a ordem que Deus criou e aprender a sabedoria do Criador por meio dela. Porque os céus declaram a glória de Deus (Sl 19), o sábio pode dizer: “Vai ter com a formiga” (Pv 6.6) e extrai uma profunda lição da mais simples das criaturas. Ele pode discernir o valor do trabalho duro, da linguagem sábia e dos relacionamentos devidamente organizados ao simplesmente observar causas e efeitos divinamente ordenados na natureza e na sociedade humana. Todavia, nada dessa sabedoria é meramente secular e

pragmática. Ela sempre opera sob o abrangente lema: “O temor do Senhor é o princípio do saber” (Pv 1.7). Na verdade, o livro de Provérbios não apenas começa com essa afirmação, mas termina com a conclusão que a equilibra: “A mulher que teme ao Senhor, essa será louvada” (Pv 31.30). Em outras palavras, o temor do Senhor é o começo e o fim da sabedoria para todas as pessoas, homens e mulheres, sábios e simples, jovens e velhos.

De fato, ao observar a glória de Deus em Salmos 19, a atenção do sábio não é simplesmente captada pela rica diversidade e profunda beleza da natureza. É verdade que a glória de Deus é visível nas cores das flores, na complexidade das ações de formigas e dos gafanhotos, na majestade das montanhas e na beleza dos céus. No entanto, a atenção do salmista está concentrada nos céus e, especialmente, no sol, que surge a cada dia como um noivo que sai dos seus aposentos, ansioso para percorrer o caminho destinado a ele (Sl 19.5). Em outras palavras, o que impressiona o salmista é o modo pelo qual a natureza obedece com alegria e fidelidade ao propósito designado pelo Senhor para ela. Isso naturalmente o leva a considerar a trajetória ordenada para a humanidade, que é a lei do Senhor (Sl 19.7-11). Por que, quando todo o restante da criação é tão alegremente obediente ao seu Senhor, só os seres humanos pensam que encontrarão satisfação e realização em rebelião contra o seu Criador?

Embora estas não sejam categorias mutuamente excludentes ou impermeáveis, em linhas gerais há três meios principais de receber a revelação de Deus: por meio de revelação especial indireta (a história de Israel), por meio de revelação especial direta (a palavra profética) e por meio de revelação geral (que é, por definição, indireta). Essas divisões de gênero em si já nos apontam para Jesus, pois ele exemplifica todas as três facetas.

Para começar, Jesus interpreta a história de Israel com autoridade. Por exemplo, quando seus discípulos foram acusados de violar o sábado por colherem espigas enquanto caminhavam por um campo, Jesus respondeu: “Não lestes o que fez Davi quando ele e seus companheiros tiveram fome?” (Mt 12.3). Ele se refere a um incidente em que Davi e seus homens, por estarem numa missão sagrada de Deus, haviam legitimamente comido o pão que ficava diante da arca da aliança, embora não fossem sacerdotes (1Sm 21). Esse incidente se torna a justificativa para as ações dos discípulos de Jesus. Afinal de contas, Jesus é maior que Davi, maior até do que o templo: o próprio Senhor do sábado (Mt 12.6-8). Desse modo, a história de Israel, num sentido profundo, existe para fornecer exemplos para entendermos a obra de Jesus.

Como profeta, Jesus declara com autoridade a Palavra de Deus ao seu povo (“Ouvistes que foi dito: [...] Eu, porém, vos digo” [Mt 5.27-28]). Em Deuteronômio 18, Deus prometeu enviar ao seu povo outro profeta como Moisés. Essa promessa foi parcialmente cumprida por meio de uma série de profetas do Antigo Testamento, que se assemelham a Moisés de maneiras importantes, mas ela só é verdadeiramente cumprida em Cristo. No monte da Transfiguração, Jesus brilhou com glória divina, assim como aconteceu com Moisés em uma outra montanha em ocasião anterior, e a voz do céu declarou: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo; a ele ouvi” (Mt 17.5). O comando “a ele ouvi” é uma repetição exata de Deuteronômio 18.15, em que Moisés disse: “O Senhor, teu Deus, te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim; a ele ouvirás”. O próprio Deus estava identificando Jesus como o último profeta semelhante a Moisés, o mediador final da aliança.

Terceiro, como o sábio homem arquétipo, a personificação da sabedoria na forma humana, Jesus interpretou a natureza com autoridade como evidência da verdade divina (“Considerai como crescem os lírios do campo” [Mt 6.28]). Jesus não apenas observou a verdade divinamente ordenada na natureza, mas viveu toda a sua vida com base nessa sabedoria. Desde seus primeiros dias, toda a sua existência foi dominada pelo temor do Senhor (Lc 2.40). Como Paulo coloca, Jesus Cristo é a sabedoria de Deus (1Co 1.24), aquele em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento (Cl 2.3). Em outras palavras, Jesus veio para viver a vida sábia para o nosso bem, não apenas para nos mostrar como é uma vida em harmonia com o projeto do nosso Criador.

Assim, Jesus cumpre em si as três divisões do Antigo Testamento: ele é profeta, sábio e historiador sagrado, bem como profeta, sacerdote e rei.

A história do Antigo Testamento

Jesus também cumpriu o enredo que percorre o Antigo Testamento. Começa com a mensagem da criação. O mundo não aconteceu por acaso ou por um conflito cósmico entre as forças do bem e do mal. Em vez disso, Gênesis nos diz que Deus criou o universo a partir do nada, como um lugar de ordem, beleza e paz. O caos não é a realidade dominante no mundo que Deus criou, embora da

nossa perspectiva pós-queda, às vezes possa parecer assim. Deus é a realidade dominante neste mundo. No auge dessa criação perfeita e ordenada, Deus criou o primeiro homem e a mulher para serem à sua imagem, feitos para se relacionarem com ele. Deus colocou Adão e Eva num santuário, um jardim em meio a um belo universo, onde ele mesmo estava presente diariamente. Era verdadeiramente o paraíso. Tudo o que Adão e Eva tinham de fazer era manter esse espaço sagrado santo, obedecendo às mínimas exigências da lei de Deus: “De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2.16-17).

Em vez disso, enganados pela serpente, o homem e a mulher escolheram se rebelar e desobedecer ao Senhor. Essa rebelião quebrou as condições necessárias para a comunhão vivificante com Deus. Eles foram expulsos do jardim, para nunca mais voltar. Além disso, uma vez que todos nós somos ligados a Adão pela aliança – ele agiu em nosso nome – todos estamos implicados no crime dele. Como Paulo coloca, “por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte” (Rm 5.12). Era de se esperar que o primeiro pecado fosse o fim da humanidade, mas no exato momento em que Deus condenou o homem, ele também pronunciou uma palavra de esperança. O pecado não terá o domínio definitivo sobre nós e não obterá a vitória final. Deus pôs inimizade entre a semente da serpente, e a semente da mulher e, assim, nos deu vida e esperança (Gn 3.15).

Contudo, no princípio da história da humanidade, parecia que o pecado e Satanás poderiam, afinal de contas, ser vitoriosos. As sementes do pecado se espalharam rapidamente. Nos dias de Noé, apenas algumas gerações depois de Adão e Eva, o mundo já merecia mais uma vez ser totalmente destruído. Ainda assim, Deus, na sua graça, manteve um remanescente vivo, resgatando Noé e sua família da devastação quase total do dilúvio. Todavia, nem mesmo esse exemplo explícito de juízo produziu um efeito purificador de longo prazo sobre a humanidade. O admirável mundo novo que o justo Noé e sua família construíram estava a poucos passos da arrogante impiedade que encontrou expressão em Babel (Gn 11).

Em meio ao caos que se instaurou no final de Gênesis 11, com a humanidade mais uma vez julgada, amaldiçoada e expulsa, pode parecer que o pecado realmente tivesse deposto a ordem estabelecida por Deus em Gênesis 1. No entanto, naquele mundo de caóticas trevas, Deus pronunciou mais uma vez sua

Palavra de criação em Gênesis 12, separando Abraão do seu ambiente pagão, dando-lhe um novo nome e fazendo a ele uma nova promessa, e abençoando-o com uma bênção que seria transmitida por meio dele a todas as nações. Em Abraão, Deus cuidadosamente reiniciou sua obra criativa de fazer um povo para si.

Mediante muitas provações e tribulações, esse povo, Israel, começou a tomar forma. No tempo de José, eles desceram ao Egito para sobreviver à fome que varria o antigo Oriente Próximo (Gn 37–50). Quatrocentos anos depois, Deus os tirou do Egito no êxodo sob Moisés. O Senhor fez uma aliança com eles no monte Sinai, na qual eles receberiam a terra prometida de Canaã e seriam abençoados em retribuição à obediência à lei de Deus (Êx 19–24). Talvez o ponto alto da história de Israel tenha sido alcançado sob o rei Davi, o rei segundo o coração de Deus, e seu filho, o rei Salomão, que construiu o templo em Jerusalém. Os limites geográficos do reino se aproximavam daqueles prometidos por Deus. Deus estabeleceu uma nova e eterna aliança entre ele e a casa de Davi, e prometeu um trono eterno a Davi e seus descendentes (2Sm 7).

No entanto, Deus escolheu permitir que seu povo vivenciasse o pior dos reis, bem como o melhor dos reis. De fato, mesmo o melhor dos reis humanos pode rapidamente se tornar o pior dos reis humanos, como Davi demonstrou ao seduzir Bate-Seba e matar o marido dela, Urias (2Sm 11). Até mesmo bons reis morrem um dia e são sucedidos por pessoas que não estão à altura dos seus padrões.

O resultado final da deprimente saga da história de Israel foi, naturalmente, o exílio. Toda a promessa de salvação parecia estar em jogo mais uma vez. A ameaça divina de exílio da Terra Prometida (feita em Dt 28.58-68) finalmente se tornou uma realidade terrível. Como disse o profeta Oséias, o povo escolhido havia se tornado “Não-Meu-Povo” (Os 1.2-9).

Havia esperança de um caminho de volta para o remanescente do povo de Deus depois do exílio? Humanamente falando, a resposta seria não. Israel havia quebrado a aliança com muita frequência e de modo abrangente demais para obter mais perdão. Porém, Deus não vê as coisas como nós vemos, nem mede as coisas pelos nossos padrões. Ele se revelou a Moisés como o Senhor que é “compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado” (Êx 34.6-7).

Mesmo no ponto mais alto da história de Israel, a dedicação do templo, o Senhor olhou adiante e antecipou o ponto mais baixo, o exílio, e providenciou uma oração para ser feita pelo povo em sua hora de maior humilhação e necessidade (1Rs 8.46-50). Se o povo simplesmente se arrependesse e voltasse para o Senhor, a promessa seria renovada em meio ao juízo (Os 1.10-11). No lugar da antiga aliança quebrada, o próprio Deus estabeleceria uma nova (Jr 31.31-34). Nem mesmo o arrependimento das pessoas seria obra delas mesmas; o Senhor substituiria seus impenitentes corações de pedra por responsivos corações de carne (Ez 36.26).

Como essa misericórdia e esse perdão podem ser possíveis? Como pode o perfeito juiz de toda a terra fazer o que é certo e ainda perdoar os transgressores? Como pode o Santo de Israel aceitar pecadores tão persistentes para que sejam seu povo? O Antigo Testamento não lhe dá a resposta para essas perguntas. Ele confirma o fato de que há respostas. Todas as peças estão no Antigo Testamento, como um quebra-cabeça recém-tirado da sua caixa – há profetas, sacerdotes e reis, vários sacrifícios e ofertas, um tabernáculo e depois um templo – mas é necessário o Novo Testamento para juntar essas peças na vinda de Jesus.

Jesus, o novo Adão

Jesus vem em primeiro lugar como o novo Adão (Rm 5.18-19; 1Co 15.22). O Antigo Testamento nos ensina que todos nós descendemos de Adão e Eva, que não foram apenas nossos primeiros pais, mas também os primeiros pecadores. Gênesis 1–11 demonstrou de modo vívido como os filhos herdaram e desenvolveram plenamente a natureza pecaminosa dos seus pais. Como resultado, somos rebeldes contra Deus não apenas pela prática pessoal constante, mas pela nossa própria natureza. Lembro-me de ensinar muitas coisas aos meus filhos, desde como amarrar os cadarços dos sapatos até a ler, mas não me lembro de tê-los ensinado a pecar. Isso ocorreu naturalmente a eles, assim como a mim.

Somos todos pecadores naturais, do mesmo modo que algumas pessoas são loiras naturais. Alguns de nós trabalham duro para disfarçar nossa natureza pecaminosa, assim como alguns trabalham duro para esconder a cor natural dos seus cabelos, ao passo que outros acolhem nosso pecado ousadamente. Seja

como for, independentemente de nossa rebelião contra Deus ser ocultada ou revelada, todos nascemos mortos em nossos delitos e pecados, como Paulo diz aos Efésios (Ef 2.1). Assim como uma pessoa de cabelos escuros não pode fazer crescer cabelos loiros, não importando o quanto tente, uma pessoa pecadora simplesmente não pode agradar a Deus. Mesmo as coisas aparentemente boas que fazemos antes de nos tornarmos cristãos, não são realmente boas, porque vêm de corações pecaminosos. Nossa motivação para ir à igreja, ser bondoso ou cumprir as regras não é amar e glorificar a Deus, mas sim fazer as pessoas pensarem que somos maravilhosos, ou reprimir nossa culpa, ou alcançar algum outro objetivo fundamentalmente autoglorificador. Nós não podemos mudar nosso próprio coração. Nós pecamos porque somos pecadores e, porque somos pecadores, estamos sob a condenação de Deus. Como Paulo disse aos romanos: “Todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3.23), e “O salário do pecado é a morte” (6.23).

Uma vez que é perfeitamente puro e santo, Deus não pode nos aceitar como somos. Ele não pode fingir que somos maravilhosos quando não somos. Deus não mente. De fato, como poderíamos amar um Deus que ignorou o pecado ou que fingiu que o mal era bom? Deus não pode simplesmente ignorar nosso pecado mais do que poderia fazer vista grossa ao pecado de Adão e Eva. Nosso pecado nos condena a estarmos eternamente separados dele, assim como fez para eles. Contudo, Deus prometeu enviar uma semente da mulher para reverter nossa rebelião fundamental contra ele, colocando inimizade entre Satanás e nós (Gn 3.15).

Deus cumpriu isso enviando Jesus Cristo para ser o segundo Adão. Jesus é o cabeça da aliança de uma nova humanidade: em Adão todos recebemos dele uma natureza pecaminosa que leva à morte, e em Cristo, todos os que estão nele, recebem dele uma justiça que leva à vida e à ressurreição de entre os mortos (Rm 5; 1Co 15). É por esse motivo que Lucas remonta a genealogia de Jesus ao primeiro Adão. Todos nós éramos identificados com Adão e herdamos sua natureza pecaminosa e a punição da morte que veio com ela. Mas agora, quando alguém confia em Cristo, ele é levado do reino de Adão para o de Cristo (Rm 5.17). Se alguém está em Cristo, diz Paulo, é uma nova criatura. O antigo se foi e o novo chegou (2Co 5.17).

Contudo, havia um custo terrível para nossa salvação, como Gênesis 3.15 advertiu: para esmagar o poder de Satanás, a semente da mulher seria ferida. Seu ferimento era necessário para nossa cura (Is 53). Precisamos ser batizados na sua

morte, para que, ao nos identificarmos com Jesus na sua crucificação – na qual a morte do inocente no lugar dos culpados pagou pelos nossos pecados – possamos também nos identificar com ele na sua ressurreição para uma nova vida (Rm 6.3-4). Agora a sentença de morte é retirada para todos aqueles que estão em Cristo, e nenhuma condenação há para aqueles que fazem parte do seu povo da aliança (Rm 8.1). Como nosso cabeça da aliança, ele provou a morte em nosso lugar; um morreu no lugar de muitos.

Jesus, o novo Israel

Contudo, Jesus não é apenas o novo Adão; ele também é o verdadeiro filho de Abraão (Mt 1.1) e, portanto, o verdadeiro Israel. A genealogia em Mateus 1 sinaliza esse fato para você: são catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi ao exílio e catorze do exílio a Cristo. Então, nos capítulos iniciais do seu Evangelho, Mateus mostra Jesus pessoalmente reencenando a história de Israel. Em Mateus 2.13-15, como o jovem Israel, o jovem Jesus desce ao Egito, levado até lá por um homem chamado José. Como Israel da geração de Moisés, Jesus sobrevive às tentativas de um rei hostil de massacrar todos os meninos recém-nascidos (2.16). Na verdade, Mateus explicitamente cita Oséias 11 para ilustrar o paralelo: em Jesus, Deus está, mais uma vez, tirando o seu primogênito do Egito (Mt 2.15).

Depois de deixar o Egito, Israel cruzou o mar Vermelho, um momento profundamente simbólico de salvação (para os israelitas) e de juízo (para os egípcios), envolvendo a passagem pela água. Para Jesus, Mateus imediatamente se concentra em seu batismo, um símbolo de salvação por meio do figurativo sepultamento e ressurreição na água (Rm 6.4). João Batista ficou intrigado com o desejo de Jesus de ser batizado, uma vez que pensava no batismo como um ato de arrependimento e confissão de pecados (Mt 3.6). Nesses termos, era João Batista quem precisava ser batizado por Jesus. Todavia, Jesus submeteu-se ao batismo não pelos seus próprios pecados, mas pelos nossos. Para ele, o batismo foi um ato de identificação conosco, um prenúncio simbólico do batismo de fogo que ainda estava por vir, quando ele levaria a maldição do juízo por todo o seu povo na cruz (Lc 12.50). Esse seria o meio pelo qual Jesus realizaria o êxodo do seu povo (Lc 9.31).¹²

Depois que cruzaram o mar Vermelho, os israelitas passaram os quarenta anos seguintes sendo provados no deserto. Do mesmo modo, o batismo de Jesus foi seguido por quarenta dias e noites de provas no deserto. Até mesmo o formato das tentações de Jesus ecoou as tentações dos israelitas no deserto. Eles estavam famintos e resmungavam contra Deus porque não havia pão (Êx 16.2-3). Assim também, Satanás disse a Jesus, que estava com fome por causa do seu jejum: “Se és Filho de Deus, manda que estas pedras se transformem em pães” (Mt 4.3). Em vez de resmungar, Jesus respondeu, “Não só de pão viverá o homem, mas de tudo o que procede da boca do Senhor viverá o homem” (Dt 8.3). Depois, os israelitas ficaram com sede e duvidaram que o Senhor realmente estivesse com eles, colocando Deus à prova em Massá (Êx 17.1-7). A seguir, Satanás levou Jesus ao topo do templo e o desafiou a se atirar, tentando Jesus a provar a presença do Senhor com ele ao forçar Deus a livrá-lo. Em resposta, Jesus disse: “Não tentarás o Senhor, teu Deus” (Dt 6.16). No deserto, os israelitas fizeram para si um bezerro de ouro e se curvaram a ele em adoração, assim como o diabo queria que Jesus o adorasse na terceira tentação. No entanto, Jesus respondeu: “Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto” (Mt 4.10, citando o conteúdo de Dt 6.13). Israel enfrentou três provas no deserto e por três vezes foi malsucedido. Jesus enfrentou as mesmas três provas no deserto e passou por todas as três com absoluto sucesso. Jesus estava reencenando pessoalmente a história de Israel, apenas ao contrário, obtendo êxito onde Israel falhou.

O significado crucial dessa reconstituição da história de Israel está na aliança que Deus havia feito com os israelitas no Sinai, a qual dependia da obediência deles para a bênção. Desde o início, Israel constantemente deixava de cumprir a lei divina. Isso não foi surpresa para Deus; mesmo nos dias de Moisés, ele havia dito aos israelitas que eles não cumpririam a lei e acabariam no exílio (Dt 30.1). A lei nunca foi dada ao povo de Israel para fornecer-lhes um meio de obter bênçãos por meio de sua retidão. O objetivo (telos) da lei sempre foi Jesus Cristo (Rm 10.4). Como o novo Israel, Jesus pessoalmente cumpriu a lei pelo bem de todos os que estão nele. Sua perfeita justiça como um homem nascido sob a lei agora é dada a todos os que são seu povo por meio da fé, de modo que nossa salvação é pela fé, e não pelas obras (Rm 10.9-10). Ou, mais precisamente, nossa salvação não vem por causa das nossas obras, mas por causa das obras de outro, creditadas a nosso favor.

Esse é o significado do que os teólogos chamam de obediência ativa de Cristo: como nosso representante da aliança, ele obedeceu ao total escopo das exigências da lei de Deus dada no Sinai, desse modo merecendo a prometida

aliança de bênção da vida para sempre na presença de Deus. Jesus Cristo não veio à terra simplesmente para tirar nossos pecados. Se este tivesse sido o seu propósito, ele poderia ter ido imediatamente à cruz. Em vez disso, ele veio para compartilhar nossa experiência humana ao máximo e fazer isso de maneira perfeita, completamente sem pecado, de modo que pudesse substituir nossas vestes impuras pelas suas próprias vestes de justiça, puras e limpas (como descrito em Zc 3).

Essa encarnação do povo de Israel num indivíduo fiel é antecipada no Antigo Testamento no servo do Senhor de Isaías. Isaías proclamou que esse servo realizaria as coisas que antes eram atribuídas ao Messias, trazendo justiça e luz aos gentios (compare Is 42.1 com 11.2-4 e 49.6 com 9.2-6). Mas seria esse servo a nação de Israel, como parece ser o caso em Isaías 41.8-9 e 43.10? Ou seria ele um indivíduo distinto da nação, como em Isaías 49.5-6? A resposta é que há uma mudança crucial na identidade do servo em Isaías 49. Entre os capítulos 40–48, a figura do servo representa a nação de Israel. O povo uma vez rejeitado pelo Senhor por causa dos seus pecados e enviado para o cativeiro na Babilônia será redimido pelo Senhor e levado de volta à sua terra. Seu trabalho duro acabou e seus pecados foram pagos. Agora são chamados para levar justiça às nações (42.1-4). Porém, o Israel histórico que retornou do exílio estava longe do ideal apresentado nesse versículo. O povo estava desanimado e desorganizado, despreparado para atender ao chamado.

Contudo, em Isaías 49, encontramos um servo que é tanto o próprio Israel (Is 49.3), e que tem uma missão a Israel (Is 49.5). O malsucedido ministério de Israel de levar luz e justiça às nações, agora, é assumido pelo servo em seu lugar. Ao contrário de Israel, que foi desobediente e sofreu pelos seus próprios pecados, reclamando que o Senhor os havia abandonado, esse servo seria obediente, sofrendo em silêncio pelos pecados de Israel, e aguardando ansiosamente a sua vindicação final (Is 53). Quem é esse misterioso servo? O profeta fala de si mesmo ou de outra pessoa? O eunuco etíope fez essa mesma pergunta a Filipe em Atos 8, e Filipe respondeu contando-lhe a boa-nova sobre Jesus. Jesus é a personificação de Israel, que assume o sofrimento que os pecados de Israel merecem e cumpre o chamado negligenciado de Israel de ser uma luz para os gentios, unindo em si as duas metades da missão do servo descrita por Isaías.

Jesus, o novo Davi

Jesus não é apenas o novo Adão e o novo Israel, ele é também o novo Davi: “O maior Filho do Grande Davi”.¹³ O Antigo Testamento prometeu um trono eterno para Davi e sua linhagem em 2Samuel 7. No entanto, Davi, o rei segundo o coração de Deus (At 13.22), foi culpado de adultério com Bate-Seba e do assassinato do marido dela (2Sm 11). Seu filho Salomão, o grande construtor do templo, casou-se com muitas princesas estrangeiras como modo de obter segurança política (1Rs 11). Seus descendentes tiveram uma história ainda mais conturbada de fidelidade e infidelidade, até quando Deus declarou ao rei Jeconias que, ainda que ele tivesse um precioso anel do selo na sua mão direita, o Senhor o arrancaria e o lançaria fora. Jeconias terminaria seus dias no exílio, e nenhum dos seus filhos reinaria depois dele (Jr 22.24-30). Os reis de Israel, que foram chamados para serem pastores de Israel, exploraram e usaram o rebanho que lhes foi designado, em vez de alimentá-lo e protegê-lo (Ez 34.2). Parecia que a linhagem de Davi estava destinada a um final muito merecido, apesar da promessa divina.

No entanto, tão logo pronunciou aquelas palavras de juízo sobre a linhagem reinante, Deus acrescentou palavras de esperança: o próprio Senhor levantaria um Renovo justo da linhagem de Davi, que executaria o juízo e a justiça na terra (Jr 23.5). Desse modo, o próprio Senhor apascentaria o seu povo (Jr 23.4; Ez 34.11). Isso cumpriria a profecia anterior de um novo rebento saindo do tronco cortado de Jessé, o pai de Davi (Is 11.1). Depois do retorno do exílio, o descendente davídico Zorobabel foi nomeado governador da província persa de Judá, e sua fidelidade em supervisionar a reconstrução do templo foi um sinal para o povo da intenção divina de recuperar o anel de selar descartado, e restaurar a linhagem davídica (Ag 2.19-23). O verdadeiro rei de Israel viria montado num jumento em vez de num cavalo de batalha, trazendo salvação e paz para sua terra atribulada (Zc 9.9).

Jesus veio para cumprir essa expectativa de um rei davídico desde o momento de seu nascimento na cidade natal de Davi, Belém, orquestrada pelo Senhor, fazendo o homem mais poderoso do mundo decretar um censo em todo o império (Lc 2). Em sua entrada triunfante em Jerusalém, Jesus montou um jumento, visivelmente cumprindo Zacarias 9.9. Em resposta, as crianças gritavam: “Hosana ao Filho de Davi!” e Jesus aceitou essa adoração, apesar dos

esforços dos principais sacerdotes para fazê-lo rejeitá-la (Mt 21.15-16). Como rei, ele era responsável por supervisionar a adoração no templo em Jerusalém, de modo que seu primeiro ato ao chegar lá foi retirar os cambistas e mercadores que estavam contaminando o templo (Mt 21.12-13).

Embora tenha vindo como rei, Jesus não era o tipo de rei que o povo da sua época esperava. Eles queriam um governante guerreiro que expulsasse os ocupantes romanos. Em vez disso, ele disse a Pilatos: “O meu reino não é deste mundo” (Jo 18.36). Em vez de lutar contra os romanos, Jesus curou os cegos e os coxos no templo (Mt 21.14). Ele transformou a posição daquelas pessoas cujas deficiências as tornavam impuras e que não podiam entrar no templo de Jerusalém, como um sinal de sua obra maior de transformar o nosso estado de impureza espiritual diante de um Deus santo, limpando-nos de nossos pecados.

Jesus cumpriu essa missão real na cruz. Lá, sob o que era para ser um rótulo irônico, “o rei dos judeus”, Jesus não se parecia em nada com o rei prometido e ungido (Mt 27.37). Em vez de ser empossado num trono no monte Sião (Sl 2.6), ele foi pregado a um madeiro no monte Calvário, o símbolo máximo no Antigo Testamento de um homem que estava sob a maldição de Deus (Dt 21.23). Ele se assemelhava à linhagem rejeitada e excluída de Jeconias, em vez da amada e escolhida linhagem de Davi, ungida e preciosa para Deus. Todavia, foi assim que nosso rei redimiu e apascentou o seu povo, triunfando sobre os seus inimigos precisamente por meio da fraqueza da cruz (Cl 2.14-15). Seu sangue era o sangue da aliança que precisava ser derramado para nos trazer paz e um futuro na presença de um Deus santo (Zc 9.11). O custo de nos converter de prisioneiros dos nossos próprios pecados a filhos livres de Deus foi sua perfeita vida e morte em nosso lugar, o rei justo colocado no lugar dos seus seguidores injustos, o bom pastor dando a sua vida no lugar do seu rebanho infiel. Somente assim o rei poderia trazer paz duradoura aos seus súditos rebeldes.

Na ressurreição, é claro, o reinado de Jesus foi plenamente vindicado. Foi-lhe dado o nome acima de todo nome (Ef 1.21), de modo que ele é agora o Rei dos reis e Senhor dos senhores (Ap 19.16). Ele retornará do céu para reivindicar a plenitude do seu reino, não montado num pacífico jumento, mas num cavalo de batalha branco, armado para a conquista (Ap 19.11-15). O humilde rei que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por seu povo (Mc 10.45) agora é exaltado ao lugar mais alto em glória, onde reina para sempre em nome do seu povo redimido (Fp 2.9-11). Nele, a promessa do Senhor de um trono eterno para a semente de Davi encontra seu cumprimento final.

O cerne do Antigo Testamento

O ministério de Cristo em seu sofrimento e ressurreição é, portanto, o foco central de todo o Antigo Testamento: é na direção dele que todo o Antigo Testamento se move constantemente, é por quem e para quem o texto existe. O Antigo Testamento não é simplesmente o registro do que Deus estava fazendo com um grupo heterogêneo de desajustados religiosos numa terra no Oriente Médio, muito menos um catálogo de histórias sobre uma série de heróis religiosamente inspiradores. Trata-se da boa-nova do evangelho que fomos chamados a declarar às nações, começando em Jerusalém e continuando até que a mensagem seja ouvida até os confins da terra (At 1.8).

No seu ápice, o Antigo Testamento nos dá um vislumbre antecipado de quem Jesus é, apresentando categorias de profeta, sacerdote e rei, que nos permitem compreender o ministério do Messias. Em seus muitos níveis, o Antigo Testamento nos mostra repetidamente por que ninguém e nada além do próprio Deus em forma humana poderia ser a resposta para a nossa mais profunda necessidade e nos trazer livramento de nossos pecados. Todos os profetas, sacerdotes e reis do Antigo Testamento foram malsucedidos e insuficientes, assim como nós. Todos eles morreram sem fornecer um resgate pelos nossos pecados.

Em ambos os casos, o Antigo Testamento nos prepara para a vinda do próprio Cristo, dando-nos o entendimento de nossa condição humana caída que é o pré-requisito necessário para compreender e apreciar a resposta que Deus deu ao nosso pecado em Cristo. Agora, nestes últimos dias, Deus enviou seu Filho para obter a nossa salvação: nosso Grande Sumo Sacerdote ofereceu o sacrifício de uma vez por todas do seu próprio sangue e ascendeu ao céu para reinar para sempre ao lado do Pai. Como resultado, nós, que antes estávamos distantes por causa de nossa culpa e falência, fomos levados para perto em Cristo, reconciliados com Deus por meio dele, e restaurados à presença do Pai para sempre. Gentios e judeus foram unidos no novo povo de Deus, a igreja, e como resultado, o nome do Senhor é louvado até os confins da terra (Sl 22.27). Essa boa notícia é o tema glorioso de todas as páginas das Escrituras, e será a nossa canção por toda a eternidade.

CLOWNEY, Edmund. Preaching Christ in all of Scripture. Wheaton, IL: Crossway, 2003.

GOLDSWORTHY, Graeme. According to plan: The unfolding revelation of God in the Bible. Downer's Grove, IL: InterVarsity, 1991.

WILLIAMS, Michael. How to read the Bible through the Jesus lens: A guide to Christ-focused reading of Scripture. Grand Rapids: Zondervan, 2012.

JOHNSON, Dennis E. org. Heralds of the King: Christ-centered sermons in the tradition of Edmund P. Clowney. Wheaton, IL: Crossway, 2009.

A Pregação da cruz (Albert Mohler, John MacArthur, John Piper, RC Sproul e outros)

O Pregador contemporâneo e o texto antigo (Sidney Greidanus)

O sermão cristocêntrico (Bryan Chapell)

Pregação cristocêntrica – 2ª edição (Bryan Chapell)

Pregando Cristo a partir de Daniel (Sidney Greidanus)

Pregando Cristo a partir de Eclesiastes (Sidney Greidanus)

Pregando Cristo a partir de Gênesis (Sidney Greidanus).

Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento (Sidney Greidanus)

Série Estudos bíblicos expositivos

Série O evangelho segundo (diversos personagens do) Antigo Testamento

1 Essas são apenas duas das muitas passagens semelhantes do Novo Testamento (p. ex., At 3.18,21,24; 17.2-3). Para uma análise mais completa, veja CLOWNEY, Edmund P. “Preaching Christ from all the Scriptures”, in LOGAN, S. T. (Org.). The preacher and preaching. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1986, 164; veja também CHAPPELL, Bryan. Christ-centered preaching. Redeeming the expository sermon. Grand Rapids: Baker, 1996, 272.

2 NEWTON, John. “On the inefficacy of knowledge”. In: The works of John Newton. Carlisle, PA: Banner of Truth, reimpr. de 1985, 1.245-53.

3 CHALMERS, Thomas. “The expulsive power of a new affection” in Sermons and discourses. Nova York: Robert Carter & Brothers, 1877, 2.271–77.

4 SPURGEON, Charles. “How to read the Bible”, um sermão pregado em 1879 no Tabernáculo Metropolitano em Londres, <http://www.spurgeon.org/sermons/1503.htm> (acessado em 8/jun./2012).

5 O próprio Spurgeon adverte contra sobre fazer conexões que forcem a credulidade – por exemplo, o pregador que falou sobre a Trindade a partir das três cestas na cabeça do padeiro de Faraó (Lectures to my students [Grand Rapids: Zondervan, 1972, reimpr.], 97).

6 Adaptado de CLOWNEY, Edmund. Preaching Christ in all of Scripture. Wheaton, IL: Crossway, 2003, 32.

7 The homilies of Gregory the Great on the Book of the prophet Ezekiel, trad. T. Gray. Etna, CA: Center for Traditionalist Orthodox Studies, 1990,179-85.

8 DEHAAN, Martin R. The tabernacle. Grand Rapids: Zondervan, 1955, 37, 65.

9 Veja, por exemplo, MATHEWSON, Steven. The art of preaching Old Testament narrative. Grand Rapids: Baker, 2002, 101. Mathewson certamente quer evitar o moralismo (veja p. 102-103), mas seu método de aplicação inevitavelmente empurra-o nessa direção.

10 AUSTEN, Jane. Northanger Abbey. Londres: Penguin, 2003, 104. A Abadia de Northanger, trad. Eduardo Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2012, cap. 14.

11 HELLER, Joseph. Good as gold. Nova York: Simon & Schuster, 1979.

12 No grego, a palavra traduzida como “partida” nesse versículo é, literalmente, o “êxodo”, que Jesus estava prestes a cumprir em Jerusalém.

13 MONTGOMERY, James. “Hail to the Lord’s anointed”, 1821.

O que é conversão verdadeira?

Stephen E. Smallman

O que é conversão verdadeira?

No Evangelho de João, há o relato de Jesus curando um homem que nasceu cego. Essa notável cura tornou-se imediatamente uma questão de controvérsia em vez de admiração porque Jesus a realizou num sábado. Portanto, os detratores de Jesus tentaram negar o milagre e levar o homem a denunciar Jesus. Muitas pessoas, e depois os fariseus fizeram a ele muitas perguntas a respeito do que havia acontecido até que, finalmente, o pobre homem confuso só pôde responder: “Por favor, não me peça para explicar; tudo o que posso dizer é isto: eu era cego e agora vejo” (Jo 9.13-25).

Eu acho que essa é uma bela frase para qualquer pessoa que verdadeiramente tenha se convertido a Cristo. Ele ou ela está profundamente consciente de que algo espiritual aconteceu, mas o que exatamente esse “algo” é, ainda não está claro. Para uma pessoa que cresceu num ambiente de igreja pode haver mais a ser dito do que as palavras do homem em João 9, mas explicar a própria conversão ainda é difícil, e requer algum discernimento adicional. Este é o propósito deste capítulo.

Minha intenção é explicar o significado da verdadeira conversão a Cristo, tendo em mente aquele jovem rapaz que sabia que havia sido mudado por Jesus, mas não conseguia explicar como. Ele é como as dezenas de pessoas com quem conversei sobre suas peregrinações espirituais durante meus anos de ministério. Aprendi que preciso ouvir e fazer perguntas para entender em que ponto as pessoas estão no seu entendimento e prosseguir a partir daí (ou talvez parar e corrigir mal-entendidos). Seguindo essa abordagem, esta será uma discussão empírica sobre conversão. Estou escrevendo de maneira pessoal e com base na minha própria experiência, e vou tentar escrever de uma maneira que o incentive a pensar na sua. Essa abordagem é válida desde que nos comprometamos a deixar que nossa experiência seja julgada pelo ensino das Escrituras, da melhor maneira que pudermos.

Estou me dirigindo ao novo convertido, mas também penso naqueles que são crentes cristãos há algum tempo. De acordo com a minha experiência, pouquíssimos crentes já fizeram uma análise cuidadosa de como Deus os levou à fé. Espero que isso ajude cada leitor a parar e refletir sobre o impressionante amor de Deus para conosco, não apenas pelo fato de ter enviado seu próprio Filho para a cruz para pagar pelos nossos pecados, mas ao enviar seu Espírito Santo para pacientemente nos conquistar. Apreciar a obra de Deus em nós não é apenas uma fonte de alegria, mas é crucial para a nossa capacidade de incentivar outros, incluindo nossos próprios filhos, na trajetória em direção à fé verdadeira em Jesus.

Também estou ciente de que alguns leitores deste capítulo não têm a plena certeza da sua própria conversão. Você pode ser novo na igreja ou pode estar nela há muito tempo. Talvez tenha assumido que vem sendo um seguidor de Jesus, mas agora quer ter a certeza de que sua fé é verdadeira. Seja qual for o seu estágio na jornada espiritual, a minha oração é que a leitura deste capítulo seja um auxílio para levá-lo a um ponto de entrega pessoal aos cuidados de Jesus, o Salvador.

Você perceberá que vou discutir a conversão explicando, a partir do texto bíblico, a obra das três pessoas da Santa Trindade – Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Em termos da experiência de conversão, nosso primeiro encontro com Deus é a misteriosa obra do Espírito Santo (embora não o conheçamos a essa altura). Portanto, vou reverter a ordem usual de como discutimos a Trindade e começar com o Espírito, que nos leva à fé no Filho, que nos dá uma perspectiva da profundidade do amor do Pai. Com frequência vou citar versículos isolados ou trechos das passagens das Escrituras, mas eu os incentivo a parar, e procurar os versículos no seu contexto mais amplo, e a refletir sobre outras passagens que forem citadas.

Minha própria peregrinação pessoal recebeu perspectiva e definição bíblicas por meio de encontros com livros e professores da tradição reformada. Graças a eles, comecei a entender a partir da perspectiva de como Deus trabalha, como está revelado nas Escrituras, em vez de apenas como eu me sentia. Esses encontros trouxeram uma estabilidade e energia para a minha experiência cristã que ainda está em crescimento. Portanto, parece muito apropriado que em uma série intitulada Fundamentos da fé reformada, haja uma consideração sobre conversão. Estou deliberadamente tentando escrever como um pastor para aqueles com conhecimento apenas elementar de nossa terminologia

“reformada”, mas vou tentar fornecer pensamentos adicionais nas notas no final do capítulo. As perguntas de revisão ao final de cada seção foram elaboradas para permitir que você pare e aplique o material à sua própria experiência.

O material deste capítulo também é útil para ser utilizado em pequenos grupos. Há muitas maneiras possíveis de usá-lo, mas idealmente quatro semanas devem ser reservadas para estudo e discussão. As quatro seções denominadas “Revisão” marcam os pontos de parada para cada semana. Cada seção pode ser lida em voz alta pelos membros do grupo durante a reunião, com pausas para discussão. Ou o capítulo pode ser lido com antecedência e discutido quando o grupo se reunir. Escrevi de maneira a incentivar as pessoas a considerarem suas próprias experiências; isso também é o que as perguntas encorajam. Convide alguns membros do grupo a contar suas histórias a cada semana. Os demais membros aprenderão a fazer perguntas que possibilitem um maior entendimento das experiências.

Os grupos geralmente passam do compartilhamento de experiências pessoais nas primeiras semanas para uma consideração mais cuidadosa das passagens bíblicas e da doutrina que ensinam. É assim que deve ser. No final, as pessoas devem conhecer mais de Cristo e da sua grande salvação, mas durante o processo os membros do grupo também sentirão que conhecem uns aos outros num nível muito mais profundo.

Um dos “pais na fé” que mais me ajudou nessa área de experiência espiritual foi Archibald Alexander, um pastor e evangelista e o professor fundador do Seminário teológico de Princeton. Em 1845, Alexander escreveu um livro chamado *Thoughts on religious experience* [Pensamentos sobre a experiência religiosa], porque ele estava preocupado com o fato de que uma nova visão da conversão parecia dominar a igreja norte-americana. Ele estava particularmente incomodado com o uso comum de “testemunhos” espetaculares de conversão como meio de ensinar às pessoas que tipo de experiência esperar na conversão. Contudo, ele não era contra uma pessoa falar sobre sua própria experiência com Cristo, e disse o seguinte: “Existem, no entanto, casos em que pode ser pertinente – que pode ser agradável – que alguns amigos escolhidos entrem em detalhes completos dos contatos de Deus com suas almas.”¹

Oro para que este capítulo incentive a deleitosa experiência de lembrar as muitas maneiras em que Deus tem lidado com a sua alma.

■

Eu cresci numa família não religiosa. Minha primeira experiência na igreja foi aos 12 anos de idade, quando minha mãe me levou a uma igreja protestante próxima para ser batizado. Não tive instrução alguma quanto ao significado do batismo, tive pouco interesse pela igreja e rapidamente parei de ir. Porém, Deus tinha outros planos para minha vida. Quando adolescente, fui convidado pelo pastor de uma igreja local para jogar basquete pelo time da liga da igreja. A igreja não me interessava, mas o basquete sim – ainda que eu tivesse de fazer o sacrifício de ir à igreja de vez em quando. Eu adorava jogar basquete, mas durante o processo me vi muito interessado pela vida dos jogadores da equipe e depois pelas pessoas da igreja, e logo comecei a frequentá-la regularmente. Eles usavam palavras que eram novas para mim, quase uma língua estrangeira, e eu não entendia muito do que ouvia. Mas algo continuava me atraindo de volta, algo que gradualmente se tornou maior e mais significativo para mim do que o basquete.

Uma palavra que começou a ficar na minha mente foi a necessidade de ser salvo. Nunca antes eu tinha ouvido essa palavra usada num ambiente religioso. À medida que escutava com mais atenção, ficava claro para mim que, seja lá qual fosse o significado de ser salvo, era algo que eu não tinha. Naquela igreja, uma pessoa “era salva” ao ir até perto do púlpito durante a última música do culto. Cada vez mais eu sentia um chamado interior para ser salvo, mas não queria me humilhar na frente das pessoas legais da igreja. Lembro-me do impulso de me modificar para que eu me sentisse melhor quanto ao meu relacionamento com Deus (o que era algo em que eu nunca havia pensado antes dessa época). Em particular, senti que precisava parar de usar um pouco da linguagem suja que me fazia sentir-me como parte da turma, e sentia-me especialmente mal por usar o nome de Deus como maldição ou xingamento. Mas fiquei chocado ao descobrir que não tinha poder em mim para mudar. Minhas primeiras tentativas de ser uma pessoa melhor foram malsucedidas. Ao mesmo tempo, me peguei pensando pensamentos sobre Deus e Jesus que nunca haviam passado pela minha mente antes. Por exemplo, por que foi que Jesus morreu na cruz? Por alguma razão eu nunca havia dado atenção a essa ideia – mas então se tornou importante saber. Eu me vi como um jovem muito confuso quando esse novo mundo começou a se abrir para mim.

Finalmente, durante uma reunião de avivamento numa tenda, eu “andei pelo

corredor”. Parei de lutar contra o sentimento tormentoso da minha necessidade de ser salvo e fui à frente ao chamado de um evangelista – mas também em resposta a um chamado interior mais profundo que não me deixava em paz. Numa noite de verão em junho de 1956 (nessa época jogávamos softball pelo time da igreja), fui guiado a orar para que Deus perdoasse meu pecado e me salvasse e que Jesus entrasse na minha vida. Foi uma experiência muito emocionante, mas, da perspectiva de quase cinquenta anos, aquela noite representou um momento decisivo que mudou a direção da minha vida na terra, bem como o meu destino eterno.

O que acabei de descrever é a história da minha conversão a Cristo. No meu caso, é um testemunho clássico de conversão com um claro “antes e depois”, e uma lembrança que ainda é vívida para mim daqueles primeiros meses em que eu não fazia ideia do que estava acontecendo naquela pequena igreja evangélica onde conheci Cristo. Obviamente, desde aquela época eu cresci e estou agora na minha quarta década do ministério cristão. Mas no decorrer de todos esses anos tenho orado para jamais me esquecer de como foi começar com pouco mais do que uma noção da existência de Deus, e alguma vaga ideia do por que nós celebramos o Natal e a Páscoa.

Amo contar a minha “história”, e acredito que todo cristão deve ser capaz de contar sua própria história, seja ela uma conversão dramática ou não. Paulo certamente não hesitava em chamar a atenção das pessoas referindo-se à obra de Deus na sua vida. Contudo, se permanecermos fixados na nossa experiência de conversão será muito difícil crescer na fé, e por isso devemos ter uma perspectiva maior do que é a salvação de Deus. Não é fácil dar esse passo, principalmente na cultura das nossas igrejas evangélicas, nas quais as pessoas adoram ouvir histórias de conversão – e quanto mais dramáticas, melhor. Percebo que esse é o caso na maioria das igrejas reformadas e presbiterianas, que é a tradição a que sirvo agora. Por outro lado, muitas das nossas igrejas reconheceram a limitação do foco excessivo nas experiências de conversão, até o ponto de desencorajar qualquer discussão sobre experiência pessoal. Em vez de destacar o pessoal, estão determinados a manter uma primordial compreensão teológica correta. Espero que, no que segue, eu seja teologicamente preciso e fiel às nossas convicções reformadas. É fundamental para a nossa teologia que Deus veio na pessoa do Espírito Santo para mudar radicalmente as pessoas por meio da obra de renovação espiritual que é pessoalmente vivenciada e que, portanto, pode ser descrita na linguagem da experiência pessoal.

Revisão: Antes de prosseguir para uma explicação mais precisa da conversão, recorde os estágios iniciais da sua própria jornada espiritual. Se você está lendo este livro com um grupo, compartilhe essas lembranças com os demais. Que tipo de formação religiosa você teve? Quais foram os seus primeiros pensamentos sobre Deus e sua necessidade de salvação? Que circunstâncias Deus usou para fazer com que você o levasse mais a sério? Se não tem certeza de que chegou ao ponto de conversão ou fé, pare para considerar que pode ser Deus quem está trabalhando na sua alma e não apenas seus próprios novos pensamentos e convicções provenientes de si mesmo.

Chamado pelo Espírito Santo

Meus primeiros esforços para influenciar os outros a irem a Cristo tiveram resultados mistos. Eu tinha certeza de que minha tarefa era convencer as pessoas a recitarem uma oração semelhante à que eu havia feito na noite em que me converti. Tentei conversar com meus pais sobre o assunto, mas isso fez com que ficassem preocupados de que eu estivesse me tornando religioso demais. Em alguns outros casos, consegui que as pessoas orassem comigo, mas recitar a oração não parecia ter causado nelas o mesmo efeito que causou em mim. Dois exemplos se destacam na minha lembrança como sendo diferentes. Mas em ambos os casos, quando ouvi mais de suas histórias, percebi que ter estado com eles no momento da oração havia sido um passo importante numa longa cadeia de acontecimentos que não eram da minha alçada. Num caso, um jovem tinha estado no leito de morte do seu avô e o ouviu dizer: “Cecil, algum dia eu quero encontrá-lo no céu.” Desde então, Cecil esperava há dois anos por alguém que lhe explicasse como chegar ao céu. Depois dos momentos que passei com aquele jovem, tive a sensação de que fui privilegiado de fazer parte de algo sobrenatural, não que eu tivesse sido um evangelista brilhante. Deus estava trabalhando antes mesmo de eu aparecer.

Tudo isso tomou um novo significado para mim quando finalmente estudei teologia na faculdade. O texto adotado foi Systematic Theology de Louis

Berkhof, um teólogo da tradição reformada holandesa.² Sua discussão de uma expressão nova para mim – vocação eficaz – iniciou-me num caminho que me deu um novo entendimento sobre a minha conversão e a dos outros. Na ordem comum do estudo da teologia, há uma apresentação da pessoa de Cristo e de sua grande obra de redenção por meio da cruz. Embora isso fosse familiar para mim, aprendi muito mais em aula. Após o estudo de Cristo, o tópico seguinte é o que os teólogos chamam de aplicação da redenção, que responde à pergunta sobre como a obra de Jesus Cristo, há dois mil anos, penetra na nossa consciência para que possamos crer. A resposta é que somos capazes de abrir nosso coração para Cristo por causa da ação do Espírito Santo no nosso interior, mostrando-nos nossa necessidade e nos dando o desejo de nos chegar a Jesus. Isso é Deus nos chamando, ou nos vocacionando, e os teólogos acrescentaram a palavra eficaz porque esse chamado funciona. Quando Deus chama, nós atendemos. Pode levar algum tempo, mas nós atendemos. Com certeza, eu já estava profundamente ciente de que minha ida a Cristo quando adolescente não foi por acaso. Foi o resultado da obra de Deus na minha vida – eu o amei porque ele me amou primeiro (1Jo 4.7-19). Descobri que essa mesma consciência é verdadeira para todos os que têm uma fé verdadeira e crescente em Cristo. Assim como o homem que havia nascido cego, não temos quaisquer rótulos teológicos para o que vivenciamos, mas sabemos que Deus veio até nós, e nós não merecíamos isso.

Há várias passagens no Novo Testamento que explicam a obra de salvação de Deus em termos das três pessoas da Santa Trindade. Observemos uma de Paulo e outra de Pedro que fazem uso da mesma expressão ao descrever o papel do Espírito:

Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo. (2Ts 2.13-14)

[...] aos [...] eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo, graça e paz

vos sejam multiplicadas. (1Pe 1.1-2)

Em ambas as passagens, é o Espírito Santo quem, na verdade, é aquele que trabalha para executar o propósito de Deus. A ideia de santificar algo é separá-lo para fins sagrados. Assim, o ensinamento dessas passagens é que o Espírito nos separa para uma obra de Deus. Ele vem a nós enquanto estamos espiritualmente mortos, ignorantes, indiferentes, perdidos, cegos, pecadores (para usar apenas algumas das palavras descritivas nas Escrituras), e ele nos dá um coração para Deus que não existia antes. Quando o chamado chega, temos ouvidos para ouvir por causa da obra de santificação do Espírito.

Outro passo importante na minha compreensão da verdadeira conversão veio com a minha preparação para a ordenação como ministro presbiteriano. Era necessário memorizar grandes porções do Breve catecismo de Westminster, um documento que eu não conhecia antes de entrar para uma igreja presbiteriana. Seguindo o mesmo esquema básico das lições de teologia que eu havia encontrado alguns anos antes, as perguntas do catecismo discutem a pessoa e a obra de Cristo. Então o tema muda e as seguintes perguntas são feitas:

Pergunta 29. Como nos tornamos participantes da redenção adquirida por Cristo?

Resposta. Tornamo-nos participantes da redenção adquirida por Cristo pela eficaz aplicação dela a nós pelo seu Espírito Santo.

Pergunta 30. Como o Espírito aplica a nós a redenção adquirida por Cristo?

Resposta. O Espírito aplica a nós a redenção adquirida por Cristo operando em nós a fé e unindo-nos a Cristo, por meio dela, em nossa vocação eficaz.

Pergunta 31. O que é vocação eficaz?

Resposta. Vocação eficaz é a obra do Espírito Santo, pela qual, convencendo-nos

do nosso pecado e da nossa miséria, iluminando nosso entendimento pelo conhecimento de Cristo e renovando a nossa vontade, nos persuade e habilita a aceitar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no evangelho.

A disciplina da memorização me forçou a dar a essas perguntas uma atenção muito cuidadosa. Achei a pergunta 31 particularmente atrativa porque descreve de maneira muito bela o processo da minha própria ida à fé. Aquelas sensações que descrevi anteriormente – o crescente sentimento de convicção do pecado, meu recém-descoberto interesse por Cristo e pela cruz e o desejo de ser “salvo” (seja lá o que isso significasse) eram aspectos do chamado do Espírito Santo. E foi o Espírito que, por fim, me convenceu e também me permitiu aceitar Jesus Cristo à medida que as palavras do evangelho faziam cada vez mais sentido para mim. Fui eu que exerci fé em Jesus, mas quem trabalhou foi o Espírito. Até mesmo minha fraca inicial aceitação de Jesus pela fé foi uma fé dada a mim. Foi uma fé que me foi dada quando Deus agiu para me levar à união espiritual com Cristo, como observado na pergunta 30.3 Essa é uma declaração cuidadosamente escrita da maravilha da obra graciosa de Deus e, ainda assim, da minha livre escolha para crer.

Um termo que é usado juntamente com a vocação eficaz é regeneração. Isso é o que Jesus estava descrevendo em João 3 quando disse a Nicodemos que ninguém poderia entrar no reino de Deus sem “nascer de novo”. Literalmente, uma pessoa deve ser gerada – trazida à vida – uma segunda vez. Nicodemos claramente entendeu essa linguagem em termos do seu nascimento físico, mas Jesus continuou para deixar claro que o segundo nascimento era de cima e tinha que ser gerado pelo Espírito. Aqui está uma parte dessa conversa com Nicodemos:

Respondeu-lhe Jesus: Em verdade, em verdade te digo: Quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: importa-vos nascer de novo. (Jo 3.5-7)

Com frequência é assumido que Jesus está discutindo a conversão, mas uma reflexão aprofundada deve deixar claro que Jesus não está descrevendo nenhuma

ação humana. Essa é uma descrição da obra do Espírito no nosso espírito. A frase de Jesus dizendo que devemos nascer de novo não é um mandamento, mas uma declaração do que é necessário que Deus faça no nosso coração para que possamos entrar no reino de Deus. Não somos capazes de causar nosso segundo nascimento mais do que causamos o nosso primeiro nascimento. Certamente estávamos lá, mas não o fizemos acontecer – em nenhum dos dois nascimentos.

Diferentes escritores bíblicos utilizam linguagens diferentes para a mesma ideia básica. João usou consistentemente a imagem de nascer de Deus, ou nascer de novo. Por outro lado, Paulo recordava aos seus leitores com regularidade que eles haviam sido chamados por Deus, e sua ilustração favorita era a da ressurreição dos mortos.⁴

De cujo número sois também vós, chamados para serdes de Jesus Cristo. A todos os amados de Deus, que estais em Roma, chamados para serdes santos; [...] E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou. (Rm 1.6-7; 8.30)

Mas nós pregamos a Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gentios; mas para os que foram chamados, tanto judeus como gregos, pregamos a Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. [...] Irmãos, reparai, pois, na vossa vocação; [...] mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus. (1Co 1.23-24,26; 6.11)

Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo [...] Quando, porém, ao que me separou antes de eu nascer e me chamou pela sua graça, aprouve revelar seu Filho em mim, [...] (Gl 1.6,15-16)

Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, — pela graça sois salvos, e, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos

fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus. (Ef 2.4-6)

A regeneração e a vocação eficaz são termos que tentam descrever uma obra invisível e sobrenatural de Deus.⁵ Deus Todo-Poderoso age diretamente na alma e vivifica um ser humano em Cristo. Nessa altura, éramos crianças ainda não nascidas, por assim dizer, e embora possamos ter lembranças de como reagimos ao mover de Deus, devemos admitir o fato de que há maravilhas e mistérios que não podem ser colocados em fórmulas precisas. Com razão, Jesus concluiu sua explicação sobre o novo nascimento com as seguintes palavras: “O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito” (Jo 3.8).

Estou convencido de que o ponto de partida para compreender o significado de uma conversão verdadeira é reconhecer que ela é o resultado do mover do Espírito Santo em convicção e regeneração. Verdadeiramente, é a vida de Deus movendo-se na nossa própria alma humana – muito mais do que uma “decisão de aceitar Jesus” ou qualquer terminologia que nos tenha sido ensinada. Essa perspectiva é o que me fez parar de me concentrar na minha história de conversão pessoal e ter uma atitude de apreciação muito maior pela graça e pela misericórdia de Deus.

Revisão: Você já parou para considerar a importância do Espírito Santo na sua conversão? Consegue ver a mão de Deus em alguns dos seus primeiros passos em direção a ele? Como vivenciou a convicção do pecado e da sua sensação de necessidade? Uma expressão poética dessa obra do Espírito é chamá-lo de “o cão de caça celestial”. Será que esse sentimento da busca incansável de Deus por você dá mais sentido à sua experiência cristã? Você entende a diferença entre a vocação eficaz ou a regeneração (obra divina) e a conversão (resposta humana)?

A conversão é uma experiência humana comum. As pessoas têm experiências de conversão quando mudam de partido político, ou descobrem a mais nova dieta, e desejam que todos os seus amigos a experimentem. Atualmente, há um tremendo interesse pela “espiritualidade”, e as pessoas têm prazer em falar dos seus encontros com o Divino (independentemente de como possa ser definido). Isso significa que uma experiência religiosa não pode ser a determinação final sobre se uma pessoa foi ou não convertida a Cristo. Além disso, se é possível haver todo tipo de conversão, não devemos nos surpreender que possa haver conversões num contexto cristão que são apenas experiências humanas ou psicológicas. Como definimos a conversão verdadeira?

Estou convencido de que a pergunta do catecismo descrevendo a vocação eficaz pode nos dar a mais simples definição de uma conversão verdadeira que podemos encontrar: Conversão verdadeira é aceitar Jesus Cristo como ele nos é oferecido de graça no evangelho. Aceitar Jesus Cristo sugere um voltar-se para Jesus de maneira terna e essencialmente infantil. Pode, de fato, ser dramático e altamente emocional, como minha própria experiência de conversão. Mas o termo também pode descrever uma aceitação tranquila, que uma criança pequena é capaz de fazer. Além disso, a palavra aceitar sugere um relacionamento contínuo, não um único momento. À medida que minha compreensão da minha própria experiência foi aumentando e pedi às pessoas que me falassem sobre as delas, passei a apreciar a incrível variedade de maneiras pelas quais Deus leva as pessoas para si. O elemento em comum, quando parece haver uma fé verdadeira e crescente, é uma sincera lealdade e confiança em Jesus Cristo como Senhor e Salvador. Esse é o ponto de partida, porque é o resultado da vocação eficaz do Espírito de Deus. Sem essa aceitação de Jesus Cristo não há conversão verdadeira.

Observe também a segunda parte desta definição: como ele nos é oferecido de graça no evangelho. O evangelho é um anúncio de boa-nova. No Novo Testamento, começando com o anjo de Natal, a boa-nova é que Deus cumpriu sua promessa de enviar um Salvador para resgatar o mundo da sua situação desesperadora. Esse Salvador não é outro senão o próprio Filho de Deus, Jesus. Portanto, é o evangelho que define quem Jesus é,⁶ e sem o evangelho, o Jesus que aceitamos pode ser um produto da nossa imaginação. Aceitar esse Jesus pode ser uma experiência religiosa comovente, mas na Bíblia, a conversão verdadeira vem ao aceitarmos o Jesus apresentado a nós no evangelho.

O evangelho é pregado nos púlpitos e proferido pessoalmente a amigos e

familiares. Essa é a mensagem que aponta para o único Salvador, e é necessário que as pessoas creiam nela para que sejam salvas. Porém, por mais maravilhosa e verdadeira que seja, a mensagem do evangelho é apenas uma sequência de palavras até que o Espírito a aplique ao coração. Paulo reconheceu que os coríntios consideravam o evangelho como “loucura” até que o chamado interior de Deus o vivificou e essa mesma mensagem tornou-se o poder e a sabedoria de Deus (1Co 1.18-31). Ele lhes disse: “A minha palavra e a minha pregação não consistiram em linguagem persuasiva de sabedoria, mas em demonstração do Espírito e de poder, para que a vossa fé não se apoiasse em sabedoria humana e sim no poder de Deus” (1Co 2.4-5). Paulo também disse aos tessalonicenses que sabia que Deus os escolhera porque quando ele chegou pregando o evangelho, “não chegou até vós tão somente em palavra, mas, sobretudo, em poder, no Espírito Santo e em plena convicção” (1Ts 1.5).

Para muitos de nós, o evangelho era, a princípio, sem sentido, e precisou de tempo e da ação do Espírito para que começasse a fazer sentido. Precisamos ter isso em mente quando encontramos pessoas que parecem estar ouvindo nosso testemunho do evangelho, mas que podem ter pouquíssima compreensão verdadeira. Pare e faça perguntas para descobrir o que elas estão pensando. Tenha em mente que a oração, pedindo que Deus esteja agindo, é a coisa mais importante que podemos fazer para impactar os outros com o evangelho. E lembre-se de que parte do que torna a mensagem verdadeira é ver Cristo tanto sendo vivido, quanto apresentado em palavras. Na passagem que acabamos de citar, Paulo acrescentou que o evangelho não apenas veio no poder do Espírito, mas que “sabeis ter sido o nosso procedimento entre vós e por amor de vós. Com efeito, vos tornastes imitadores nossos e do Senhor” (1Ts 1.5-6).

Lembro-me de entrevistar uma mulher que desejava ser membro de uma igreja na qual eu era pastor. Ela estava entusiasmada com a nossa igreja, e descreveu todas as mudanças que haviam ocorrido na sua vida desde que havia começado frequentá-la. Havia um forte sentimento dentro de mim de que, conquanto eu provavelmente estivesse falando com uma pessoa nascida de novo, ainda havia algo faltando. Finalmente, pedi a ela que me dissesse o que a cruz significava para ela. “Ah”, a mulher respondeu, “eu nunca penso na cruz.” Eu disse a ela que, embora não pudesse ver seu coração, se o seu despertar tivesse verdadeiramente vindo do Espírito Santo, ele seria evidente ao fazer com que ela tivesse um novo entendimento de Cristo e da cruz. Apenas algumas semanas depois, ela veio me ver novamente para dizer que havia estado em um retiro de final de semana no qual o orador explicou cuidadosamente por que Cristo

morreu na cruz e, pela primeira vez, tudo fez sentido e ela creu em Cristo para o perdão do seu pecado. Pouco depois ela se uniu à nossa igreja e tornou-se uma testemunha muito alegre do seu Salvador. Mais tarde, ela me contou que, embora eu tenha gentilmente impedido que se juntasse à igreja até que tivesse uma compreensão pessoal melhor do evangelho, ela, ainda assim, estimava o fato de que eu havia respeitado a integridade da sua experiência.

Isso significa que uma pessoa pode estar espiritualmente viva, mas ainda não convertida? Sim, com certeza. Se as pessoas não estivessem vivas para as coisas de Deus, elas nem sequer poderiam ouvir o evangelho. Afinal de contas, estamos “mortos nos [nossos] delitos e pecados” (Ef 2.1-3) até que Deus nos dê vida pelo mesmo poder que ressuscitou Cristo dos mortos (Ef 2.4-10). Em outros tempos, pessoas assim eram chamadas de “pecadores despertos”. Não consideramos essa possibilidade. Estou convencido disso porque a maior parte do treinamento evangelístico que recebemos nos ensina a pressionar o mais rápido que pudermos por uma “decisão”. Devemos acolher a ideia de que aqueles que conhecemos pessoalmente ou que vêm às nossas igrejas estão explorando e buscando conhecer a Cristo. Frequentemente, o Espírito leva tempo para tornar as pessoas conscientes do seu pecado e para tornar as realidades essenciais do evangelho progressivamente mais claras, até que a necessidade de “aceitar Jesus Cristo que é oferecido de graça no evangelho” se torne irresistível. Ore para que nossas igrejas e nossos pequenos grupos e nossas cozinhas sejam ambientes em que essas pessoas se sintam acolhidas para entrar e fazer perguntas, e onde o Espírito possa demorar o tempo que ele queira para ocasionar uma verdadeira expressão de fé em Jesus.

Uma questão que sempre faz parte de qualquer discussão sobre conversão é a do arrependimento. A conversão é corretamente definida como uma mudança para uma nova direção e, nessa definição, o arrependimento é entendido como um desvio do pecado a fim de se voltar para Cristo. Claramente, arrependimento e fé são ideias complementares – não pode haver fé autêntica sem arrependimento, e arrependimento sem fé é simplesmente remorso, ou talvez tristeza por colhermos algumas das consequências desagradáveis das nossas ações e atitudes egoístas. A lógica de definir a conversão dessa maneira é que o arrependimento deve vir primeiro; afinal, como podemos crer até que nos afastemos do nosso pecado? Foi assim que expliquei a conversão por muitos anos, apesar do fato de que as confissões e o catecismo começam com fé, depois arrependimento.⁷ Que diferença isso faz, pensava eu, visto que ambos são necessários?

Quando entendemos que a verdadeira conversão é um resultado da ação de Deus, então há algo já vivo no nosso espírito nos chamando à conversão antes de realmente nos convertermos. Esse algo é uma semente de fé, plantada pelo Espírito. João Calvino perguntou por que é que nos interessaríamos em nos desviar dos nossos pecados a menos que já houvesse em nós um sentimento de esperança de que há algo melhor esperando por nós.⁸ A questão é que não somos nós que começamos o processo de conversão, mas Deus faz isso. A vocação eficaz resulta na nossa aceitação de Jesus Cristo e, para fazer isso, devemos nos desviar dos nossos caminhos antigos. Assim, é a fé que nos leva ao arrependimento.⁹

E assim como nossa fé é uma confiança infantil que crescerá no decorrer da nossa experiência cristã, o mesmo é verdadeiro quanto ao arrependimento. Muitas vezes, as pessoas ficam envergonhadas com coisas relativamente superficiais que compunham seu arrependimento no momento da conversão. “Como posso ser cristão? Eu não tinha ideia do quanto eu era pecador – e ainda sou”, é uma afirmação que repetidamente ouço de novos convertidos. Mas o próprio fato de que nossa crescente fé em Jesus nos dá uma perspectiva maior do que o pecado realmente é, é um bom testemunho de que nosso coração foi mudado.

Preciso dizer algo mais sobre a experiência da conversão. Como afirmei acima, como pastor tem sido a minha alegria ouvir tantas histórias de conversão. Nas aulas sobre esse assunto, instruo meus alunos (principalmente colegas pastores) a escreverem estudos de caso de uma variedade de experiências de conversão. Quanto mais histórias ouvirmos, mais podemos reconhecer a graça e o amor de Deus que vem ao nosso encontro nas nossas diferentes situações de vida e pacientemente nos leva ao ponto de aceitar Jesus. Para uma criança criada num lar amoroso e numa igreja centrados em Cristo, isso pode acontecer tão naturalmente que não há lembrança do que alguns rotulariam de conversão. Outros, por temperamento ou treinamento, tomam decisões muito vagarosa e ponderadamente, e relutarão em dar um “testemunho” evangélico, mesmo que suas vidas estejam verdadeiramente mudadas, e eles tenham uma fé verdadeira e crescente em Jesus.

O que estou querendo dizer é simplesmente que não devemos fazer de uma experiência particular (ou falta de experiência) a medida da verdadeira conversão. Podemos ter certeza de que estamos convertidos porque continuamos a aceitar Jesus Cristo que nos é oferecido de graça no evangelho. Uma das mais

belas expressões disso é encontrada na primeira pergunta de um dos primeiros catecismos reformados, o Catecismo de Heidelberg:

Pergunta 01: Qual é o seu único consolo tanto na vida como na morte?

Resposta: É que eu pertenço – corpo e alma, tanto na vida como na morte – não a mim mesmo, mas ao meu fiel Salvador Jesus Cristo que, ao preço do seu sangue, pagou totalmente por todos os meus pecados e livrou-me completamente do poder do diabo; que ele me protege de tal maneira que sem a vontade do meu Pai celeste nem um só fio de cabelo cai da minha cabeça; de fato, que faz todas as coisas cooperarem para o seu propósito da minha salvação. Portanto, pelo seu Santo Espírito, ele também me assegura da vida eterna e daqui em diante torna-me disposto e apto de todo o coração a viver para ele.

Descrevi a conversão em termos de uma mudança pessoal para aceitar Cristo. No entanto, é preciso ressaltar que no Novo Testamento há sempre um aspecto público e comunitário na conversão verdadeira. Aqueles a que o Espírito atrai para Cristo invariavelmente farão uma profissão pública da sua fé e se unirão a outros seguidores de Jesus. A expressão comum disso é o batismo. O fato de que muitas pessoas, incluindo eu, tenham encontrado um uso superficial e até mesmo errôneo do batismo, não deve depreciar sua importância como sinal público de um seguidor de Jesus e de identificação com a sua igreja.

Jesus deu essa ordem ao comissionar seus discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19) Assim, os discípulos que fazem outros discípulos levarão aqueles que estão alcançando a um ponto em que se apresentarão para o batismo. Isso é exatamente o que aconteceu quando Pedro pregou o primeiro sermão depois da vinda do Espírito Santo. Quando os ouvintes estavam emocionados e perguntaram o que precisavam fazer, Pedro deu a seguinte resposta:

Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo. Pois para

vós outros é a promessa, para vossos filhos e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar. (At 2.38-39)

A passagem continua relatando que cerca de três mil pessoas responderam ao apelo de Pedro, e não foram somente batizadas, mas foram “acrescentadas” – ou seja, “tornaram-se membros da igreja”, para usar nossa maneira de expressar a mesma ideia. Em seguida, há uma descrição da vida da igreja primitiva que termina repetindo a frase, “acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos” (At 2.42-47). É importante observar que, no seu desafio àqueles que estão prontos para serem convertidos, Pedro incluiu uma menção aos seus filhos.¹⁰ Isso não tira a necessidade dos herdeiros crerem por si mesmos, mas aponta para o fato de que os filhos dos cristãos estão num relacionamento singular com Deus. Eles serão criados dentro de uma família e de uma comunidade eclesial que segue a Cristo, o que também significa que devemos esperar que suas experiências de conversão sejam diferentes das vividas por aqueles que foram a Cristo com pouco contexto ou ensino.

Revisão: Pare e recorde sua própria conversão. Você a descreveria como uma mudança dramática ou gradual? Caso não se lembre dela em termos de uma experiência memorável, quando foi que você se viu “aceitando Jesus Cristo” de uma maneira pessoal? Quanto do evangelho você compreendia àquela altura? Que papel a família e a igreja desempenharam na sua conversão? Se você não tem certeza de que está convertido, a expressão “pecador desperto” o ajuda?

Amado por Deus Pai

A conversão não é apenas a experiência de mudança. Conversão pressupõe passar a andar num novo caminho. No livro de Atos, que descreve os primeiros dias da igreja depois da ascensão de Jesus ao céu, aqueles que se identificaram como crentes em Jesus foram chamados simplesmente de “discípulos” ou

“seguidores do Caminho” (At 9.2; 19.9,23; 24.14). O propósito deste breve capítulo não é descrever esse novo caminho, mas qualquer discussão de conversão seria incompleta sem afirmar que a conversão real a Cristo não é o fim da história; em vez disso, é um novo começo. É o começo de uma vida que pode ser descrita como viver como filhos e filhas de Deus Pai. Na minha própria peregrinação e crescimento no ministério, nenhuma percepção tem se mostrado tão útil para uma maior compreensão das implicações da conversão quanto um crescente reconhecimento de Deus como meu Pai.

Agora quase completamos esta introdução à obra da Santíssima Trindade na nossa salvação. Quando nosso coração frio e espiritualmente morto foi mudado pela misteriosa obra do Espírito Santo, foi para nos convencer e nos capacitar a aceitar Jesus Cristo oferecido por meio do evangelho. Mas a vinda a Cristo, por sua vez, começa a abrir um quadro muito maior da obra da salvação do que apenas a nossa própria conversão, por mais maravilhosa que seja. Agora estou um pouco relutante em usar a palavra salvo ao falar sobre conversão, embora seja frequentemente usada dessa forma na Bíblia, porque pode levar as pessoas a pensarem na conversão como sendo toda a salvação. Contudo, a obra de salvação divina é muito mais – “infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos” (Ef 3.20).

Na carta aos Efésios, Paulo começa com uma doxologia extraordinária (canção de louvor a Deus). Observe nesses trechos como é importante reconhecer a Deus como nosso Pai com gratidão se quisermos começar a conhecer todas as bênçãos que são agora nossas, porque estamos em Cristo:

Graça a vós outros e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo.

Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado, no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça, que Deus derramou abundantemente sobre nós em toda a sabedoria e prudência, [...]

Nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade, [...] em Cristo; em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa; o qual é o penhor da nossa herança, até ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória. (Ef 1.2-14)

Todas as bênçãos da nossa salvação vêm a nós por meio de Cristo, mas elas são concedidas a nós por Deus Pai. E nessa passagem, assim como em muitas outras, somos ensinados que o Pai tem um grande plano para a salvação do mundo que existia antes mesmo da criação. Eu creio que uma das razões pelas quais muitos cristãos sinceros nunca crescem além da sua própria experiência de conversão é que eles não fazem ideia da majestade e do mistério de Deus e do seu grandioso plano. Nós, que ouvimos e cremos no evangelho, e fomos selados pelo Espírito, fizemos isso porque estamos incluídos nesse plano. Por um lado, quão insignificantes nós somos quando consideramos a totalidade de Deus e sua criação; mas, por outro lado, quão extraordinário é que Deus possa nos amar de uma maneira tão pessoal.¹¹

O amor de Deus tem uma expressão em particular sobre a qual devemos refletir mais profundamente.¹² Ela vem da própria linguagem das Escrituras, na qual nos é dado o privilégio de conhecer a Deus como nosso Pai. Nas palavras da passagem que acabou de ser citada, o Pai “em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo”. Isso significa que Deus nos escolheu, não apenas para conhecer o perdão do pecado, mas para sermos realmente recebidos como filhos,¹³ e cordeiros com seu único Filho verdadeiro. Isso tem consequências muito práticas em termos de nosso novo relacionamento com Deus.

Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai. O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e cordeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados. (Rm 8.15-17)

Tenha em mente que na Bíblia Deus nunca é chamado de “Pai” até que Jesus venha e anuncie o início do reino de Deus.¹⁴ O Sermão da Montanha, no qual ele expõe seu programa, é tão repleto de referências ao Pai que é fácil ignorar quão radical é essa nova verdade que ele traz. Isso é destacado na oração que ele ensina aos seus discípulos que começa com “Pai nosso que estás no céu [...]”. É muito comum ouvir uma frase como “somos todos filhos de Deus”. Porém, embora seja verdadeiro que todos nós somos criaturas de Deus, o extraordinário privilégio de conhecê-lo como Pai pertence somente àqueles que vão a ele por meio de Jesus, que concede a nós essa elevada honra (Jo 1.10-14).

Um dos professores mais respeitados desta era é J. I. Packer. Em 1973, ele escreveu o clássico livro *Knowing God* e incluiu um longo capítulo apresentando a importância da adoção, a que chamou de “mais alto privilégio que o evangelho oferece, ainda mais elevado que a justificação”.¹⁵ Packer fez essa comparação porque, como explicou, a adoção tende a ser ignorada por muitos professores e teólogos, frequentemente em favor a grandes estudos doutrinários sobre a justificação que eram tão vitais para a Reforma protestante. Packer afirmou: “Não está sendo questionado aqui o fato de que a justificação – pela qual queremos dizer o perdão de Deus pelo passado junto com sua aceitação futura – é a bênção principal e fundamental do evangelho.”¹⁶ Mas uma vez que já fomos justificados por causa da obra de Cristo na cruz, agora somos abençoados para realmente sermos recebidos como filhos e herdeiros de Deus. Entramos em filiação, que é uma palavra como adoção, mas também significa que não somos apenas legalmente adotados, mas temos um relacionamento contínuo; agora, nós vivenciamos fazer parte da família de Deus e conhecer seu amor e cuidado paterno.

A adoção pelo Pai também deixa claro que fazemos parte de uma nova família chamada igreja de Jesus Cristo. Deus é nosso Pai, Jesus é nosso irmão mais velho, mas nós também estamos em comunhão com uma vasta comunidade de irmãos e irmãs em Cristo. Uma expressão básica dessa irmandade é a refeição da comunhão, também chamada de Ceia do Senhor. Embora os elementos da comunhão, o pão e o vinho, sejam simbólicos, quando participamos pela fé, encontramos Jesus novamente, oferecido de graça no evangelho, e renovamos nossa fé nele. Mas vivenciamos essa renovação da fé dentro da comunidade de nossa igreja. Assim, trata-se de comunhão com nossa família espiritual, bem como com Cristo.

Se você não foi a Cristo mediante o ministério de uma igreja (e a maioria das conversões que observo acontece no contexto da comunidade cristã, onde as pessoas podem ver o evangelho vivido além de ouvir as palavras), então você deve encontrar uma igreja local que seja centrada em Cristo e se comprometer a tornar-se membro e participar. Não é um sinal de fraqueza achar difícil crescer em sua fé sem a ajuda de outros cristãos – é exatamente assim que Deus pretendia que fosse.

Revisão: Você começou a crescer além do foco na sua própria experiência, ou nas suas próprias necessidades, passando a reconhecer os propósitos maiores de Deus? Você tenta fazer com que Deus cumpra os seus planos, ou deseja fazer parte do grande plano dele? Reflita sobre a oração do Pai-nosso e como ela nos ensina a colocar o nome e o reino de Deus em primeiro lugar, e depois as nossas preocupações. Quão real é essa verdade de filiação e o privilégio de conhecer Deus como Pai para você? Você está vivendo essa verdade na sua vida cotidiana e nos seus relacionamentos? A importância da igreja como uma família espiritual faz parte da sua experiência?

Uma palavra final

O homem que Jesus curou da cegueira teve uma experiência muito real, mas foi necessária uma visita posterior de Jesus para capacitá-lo a colocá-lo em perspectiva. Eu oro para que esta discussão tenha servido a um propósito semelhante. Se este capítulo trouxe nova luz à sua própria conversão, estou muito satisfeito, quer seja parte do seu passado, ou se você ainda está indo à fé. Se isso lhe der um novo coração, disponível para Deus, para ajudar outros a entenderem a conversão e a irem a Cristo, também estou satisfeito. Porque no final, aquele homem que havia sido cego e encontrou Jesus, confessou sua fé e depois caiu aos pés de Cristo em adoração (Jo 9.38), e nós também devemos fazer isso.

Então, vou concluir este estudo com uma oração e expressão de adoração, dada a nós por Paulo na sua carta aos Efésios:

Por esta causa, me ponho de joelhos diante do Pai, de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra, para que, segundo a riqueza da sua glória, vos conceda que sejais fortalecidos com poder, mediante o seu Espírito no homem interior; e, assim, habite Cristo no vosso coração, pela fé, estando vós arraigados e alicerçados em amor, a fim de poderdes compreender, com todos os santos, qual é a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento, para que sejais tomados de toda a plenitude de Deus.

Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém! (Ef 3.14-21)

1 ALEXANDER, Archibald. Thoughts on religious experience. Londres: Banner of Truth Trust, 1967, 96.

2 BERKHOF, Louis. Systematic theology. Grand Rapids: Eerdmans, 1962.

3 Observe a clássica passagem sobre a salvação pela graça, Efésios 2.8-10. Somos salvos pela graça por meio da fé, e isto (até mesmo a fé pela qual cremos) não vem de nós mesmos, ela (a salvação, incluindo a nossa fé) é dom de Deus. Estude também 2Pedro 1.1-11. Nós “obtivemos fé”, “na justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo”. Adiante na passagem, somos admoestados a associar à nossa fé a virtude, o conhecimento, etc.

4 Sinclair Ferguson explica que a regeneração é apresentada em três imagens básicas: nascimento, criação e ressurreição; veja The Christian life – A doctrinal introduction. Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1989, 49.

5 Teólogos reformados têm discutido a diferença entre a regeneração e a vocação eficaz e chegaram a conclusões diferentes. Cf. HOEKEMA, Anthony. Saved by grace. Grand Rapids: Eerdmans, 1989, caps. 6–7. Concordo com a conclusão dele, “Prefiro pensar em regeneração (no sentido mais estrito) e em vocação eficaz como idênticos”, p. 106. Observe que o capítulo 10 da Confissão de fé de Westminster, “Da vocação eficaz” também é uma discussão sobre regeneração.

6 Estude Lucas 2.10-14; Romanos 1.1-4; 1Coríntios 15.1-8; 2Timóteo 2.8, passagens nas quais fica claro que crer no evangelho significa crer numa pessoa,

não apenas na verdade teológica. Isso é coerente com o termo bíblico comum conhecimento, que geralmente sugere um conhecimento pessoal, não apenas saber a respeito de alguém. Jesus disse, “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17.3).

7 Confissão de fé de Westminster, cap. 14–15; Breve Catecismo de Westminster, perguntas 85–87.

8 “Contudo, quando atribuímos a origem do arrependimento à fé, não imaginamos algum espaço de tempo durante o qual ele é dado à luz, mas queremos mostrar que o homem não pode aplicar-se seriamente ao arrependimento a não ser que reconheça que pertence a Deus. Porém, ninguém é verdadeiramente persuadido de que é de Deus, a menos que haja antes reconhecido sua graça” – CALVINO, João. Institutes of the Christian religion. Filadélfia: Westminster 1975, III.3.2

9 Muitos que estão preocupados com o número de conversões superficiais estão convencidos de que é preciso haver uma ênfase muito mais forte sobre o arrependimento. Eles insistem que as pessoas devem ser avisadas antecipadamente sobre o custo de seguir a Jesus antes de serem convidadas a crer. Concordo que o senhorio de Cristo deve ser apresentado com clareza ao pregarmos o evangelho, mas discordo que fazer essa pressão sobre o arrependimento resolva o problema. Acredito que precisamos enfatizar mais a obra do Espírito e reconhecer que o Espírito será o verdadeiro autor do arrependimento.

10 A discussão do batismo dos filhos dos cristãos está além do escopo deste capítulo. Mas a declaração que inclui filhos na promessa do Espírito Santo é um indicador de que o conceito do Antigo Testamento de filhos da aliança continuaria nesta nova expressão do povo de Deus. Portanto, a maioria das igrejas reformadas batiza suas crianças como um testemunho de fé nessa promessa.

11 Não tentei dar nenhuma explicação dos termos predestinados e eleitos. Estas são verdades importantes, como mostra a passagem de Efésios, quando um cristão começa com uma reflexão da obra do Espírito na sua própria vida, então a misteriosa ideia de escolha não é tão difícil. Faço uma introdução a essas doutrinas no meu livreto, What is a reformed Church? Phillipsburg, N. J.: P & R, 2003. Cf. FERGUSON, Sinclair. The Christian life – A doctrinal introduction. Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1989, cap. 3.

12 O Breve catecismo dá uma explicação muito útil sobre os benefícios concedidos àqueles que são efetivamente chamados e que aceitaram Jesus oferecido no evangelho. Nesta vida são justificação, adoção e santificação, e na vida futura, perfeita bem-aventurança (perguntas 32–38).

13 Por solidariedade às discussões sobre gênero em nossos dias, muitos irão imediatamente acrescentar “e filhas” a essa passagem bíblica. Mas tenha em mente que Paulo deliberadamente nos chama de filhos porque na cultura bíblica era o filho quem era o herdeiro primário. Ele também é muito claro quanto a que as mulheres, assim como os homens, têm esse privilégio extraordinário (Gl 3.26-29). Portanto, nesse caso o desejo de ser sensível ao gênero na verdade tira das mulheres os benefícios da salvação que são claramente delas.

14 Há várias referências do Antigo Testamento a Deus como um pai, mas não há registro de que ele tenha sido tratado por esse termo até a vinda de Cristo.

15 PACKER, J. I. Knowing God. Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1973, cap. 19.

16 Ibid., 186-187.

O que é o homem?

A. Craig Troxel

O que é o homem?

“Quem sou eu?

Eles zombam de mim, esses
solitários questionamentos meus.”

— Dietrich Bonhoeffer

“Quem sou eu?” Essa pergunta pode surgir durante os mares tempestuosos durante os anos da adolescência ou na letárgica calmaria da meia-idade. Ela pode aparecer quando você perder um emprego ou perder no amor. Pode ser trazida pela ameaça de um novo concorrente ou depois da morte de um ente querido. Mas em algum momento da sua vida você se fez esse questionamento – um questionamento sobre sua identidade, seu valor e seu propósito na vida. Talvez você ainda busque a resposta.

Não são poucas as vozes que respondem a essa pergunta a partir de todos os ramos de conhecimento sob o sol: biólogos, sociólogos, psicólogos, geneticistas, arqueólogos, filósofos, zoólogos, artistas literários e teólogos – todos têm um verdadeiro interesse pelo estudo de quem somos como seres humanos. Alguns deles nos dizem que somos uma compilação de células que evoluíram de um acidente cósmico aleatório; ou que, com potencial não realizado, podemos ascender às alturas do libertado “Ego” de Ayn Rand ou do Übermensch de Friedrich Nietzsche; ou que nascemos uma tabula rasa a ser escrita pelas experiências que vamos tendo; ou, inversamente, que sofremos da ilusão de identidade, uma vez que somos culturalmente predeterminados; ou que, sendo homens modernos, somos seres racionais autonomamente coerentes e objetivos; ou que, como homens pós-modernos, somos egos fragmentados à deriva de

quaisquer amarras de veracidade e moldados por nossas comunidades linguísticas pluralistas e autofabricadas.

“Quem sou eu?” Todo cientista, todo filósofo de poltrona, todo atleta profissional, todo poeta, todo “João da Silva”, e todo músico já fez, secretamente, a mesma pergunta. É uma pergunta inquietante, e muitos terminam esta vida sem jamais encontrar a resposta. Acima dessas vozes está a verdade do Deus vivo, que não tem medo de formular perguntas desse tipo, nem está indisposto a fornecer respostas inestimáveis.

A criação do homem

Criado ou evoluído?

Essa pergunta antropológica tem sido a mesma pelos últimos cem anos: fomos criados ou evoluímos? O pensamento evolucionista agora desfruta de um monopólio acadêmico que domina a biologia moderna e a maioria dos demais campos de ambas as ciências, a natural e a social. Em alguns pontos, essa linha de raciocínio opõe-se às pressuposições cristãs sobre o homem e a criação, muitas vezes sob o pretexto da neutralidade teórica. Como cristãos, admitimos com franqueza que refletimos sobre a nossa raça com pressupostos que são transparentemente gerados a partir da Bíblia, a Palavra infalível e fidedigna de Deus, que apenas ela provê o padrão absoluto para o que cremos quanto à natureza de Deus e a natureza daquele que porta a sua imagem, o homem. Este não é o lugar para defender essas suposições, mas sim para reconhecê-las.

A ideia de um processo guiado pelo acaso originando-se de formas de vida pré-existentes não harmoniza bem com a doutrina de Deus criando todas as coisas por meio da palavra pronunciada do seu poder. As Escrituras atribuem a origem e a historicidade de Adão e Eva exclusivamente à palavra sobrenatural do Senhor: “[...] disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem” (Gn 1.26) e “[...] formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2.7). A Bíblia

também presume que a antiguidade e a unidade da raça humana deriva de Adão e Eva como nossos “primeiros pais”, ou do “um homem” Adão como representante da nossa raça na aliança.¹ Antes de todas as demais questões que cercam a doutrina da criação ou das “primeiras coisas”, o grande pressuposto é a crença cristã de que o homem deve a sua origem a Deus, o Criador, e somente a ele.

Homem e mulher os criou

No livro *The diary of Adam and Eve*,² Mark Twain antecipa uma tendência moderna, que enfatiza as diferenças entre homens e mulheres acima das suas semelhanças (até mesmo com a cômica sugestão de que são provenientes de planetas diferentes). Essa visão não estimula relações pacíficas entre os gêneros ou cônjuges; na verdade, ela alimenta pautas que derivam sua subsistência ao promover competição, suspeitas e alienação entre homem e mulher. Embora a Bíblia claramente reconheça as diferenças dadas por Deus entre os gêneros, ela afirma a unidade subjacente e fundamental da raça humana. Quando Deus determinou criar o homem, ele disse: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; [...]. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1.26-27). Observe que Deus fazendo o “homem” à sua imagem é paralelo com Deus fazendo-os – ou seja, “homem e mulher” – à sua imagem. Tanto homens quanto mulheres são igualmente criados para ter comunhão com Deus. Tanto homens quanto mulheres são criados com o conhecimento da vontade moral de Deus. Tanto Adão quanto Eva foram criados com uma natureza sem pecado que refletia a santidade e a justiça de Deus.

O relato da criação continua, enfatizando como tanto Adão como Eva compartilham igualmente do mandamento de governar a terra, cuidar do jardim e guardar o santuário do Éden: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra” (Gn 1.28).

Nem Adão nem Eva foram chamados para subjugar a terra ou reger o jardim sem uma companhia. Quando seu Criador inspecionou o que havia feito, ele avaliou

como “bom”. Mas quando viu Adão solitário, disse: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2.18). Então, Deus fez desfilar todos os animais que havia criado perante Adão, para que Adão os nomeasse e exercesse sua posição e domínio sobre eles – mas também, e mais importante, para mostrar a Adão que entre eles “não se achava uma auxiliadora que lhe fosse idônea” (Gn 2.20). O mundo ainda estava sem pecado, mas Adão ainda estava sem uma parceira. Nenhuma das criaturas poderia corresponder a ele, entendê-lo ou se comunicar com ele. Deus estava preparando o terreno para Adão apreciar aquela que seria criada como ele.

Deus colocou Adão num sono profundo e da costela dele criou a mulher. Quando Deus leva a recém-criada Eva ao seu marido, Adão imediatamente reconhece que Eva é tanto semelhante quanto diferente dele. Ela é da mesma espécie, mas tem sua própria posição única. Ela é dependente dele, mas é livre. Ela veio de Adão, mas deve a sua existência a Deus somente. Ela é sua ajudadora, mas não sua escrava.³ Ela é apresentada, primeiro, como sua esposa e amante. Adão não pode conter seu alívio e alegria ao romper em poesia: “Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada” (Gn 2.23 - NVI). Ele reconhece que uma parte de si mesmo foi tirada a fim de torná-lo completo. Como John Milton colocou isso:

Mui semelhante a mim, mas de outro sexo.

Pareceu-me tão bela e tão amável,

Que tudo quanto dantes no Universo

Julgara belo agora o cri mediano, —

Ou que do Mundo as formosuras todas

Em corpo tão gentil se resumiam,

Principalmente nos benignos olhos

Que desde então mimosos infundiram

Dentro em meu coração tanta doçura,

Qual nunca experimentado havia dantes.⁴

No seu novo relacionamento conjugal, Adão e Eva deixando todos os demais apegam-se um ao outro, “tornando-se os dois uma só carne” (Gn 2.24). Essa união física e espiritual sugere um relacionamento tão profundamente íntimo que todos os outros relacionamentos (incluindo o relacionamento com os pais) devem se ajustar a ele. O marido e a esposa devem também modificar suas prioridades e expectativas a fim de cumprir o propósito do casamento, que é honrar a Deus e um ao outro, santificar um ao outro e buscar os interesses mútuos em amor (Ef 5.25-33; Cl 3.18-19; 1Pe 3.1-7).

Criado à imagem de Deus

Somente o homem é o portador da imagem de Deus (Gn 1.26-27; 5.1; 1Co 11.7). Todas as criaturas têm vida e são seres vivos (Gn 1.20-31). Mas Adão foi moldado a partir do pó da terra e depois infundido com vida pelo Espírito de Deus e feito à semelhança do seu Criador. O salmista capta essa ideia quando afirma que Deus fez o homem “por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste” (Sl 8.5). A importância do homem em relação ao restante da criação se manifesta até mesmo na maneira pela qual a narrativa da criação destaca a sua criação. Como comentaristas perceberam, o relato da criação se move com certos ritmos e cadência poéticos, com suas repetições e refrãos, até chegar à criação do homem. Então, de repente, a narrativa se interrompe e Deus passa de comandos diretos para um solilóquio sobre a criação do homem. O homem é destacado por essa deliberada reunião interior da Divindade.

Em termos gerais, a imagem de Deus pertence à natureza ou faculdades espirituais da humanidade.⁵ De maneira específica, a imagem de Deus refere-se à qualidade ou disposição dessa natureza espiritual. Ou, como disse João Calvino, é a diferença entre a substância da alma e os atributos da alma.⁶ Poderíamos comparar a imagem nos termos gerais a uma tela e, no sentido específico, à gravura que é pintada ou desenhada nela. Essa distinção deixa claro por que as Escrituras dizem ser necessário respeitar a dignidade e o valor de todo ser humano, independentemente de raça, sexo ou idade, nascido ou não, seja

cristão ou não. Como disse Francis Schaeffer: “Não há pessoas pequenas”.⁷As pessoas não devem ser amaldiçoadas, e o seu sangue não deve ser derramado porque, como dizem as Escrituras, elas são feitas à semelhança e imagem de Deus (Gn 9.6; Tg 3.9). Sermos portadores da imagem de Deus é o que faz de nós seres humanos. Nesse sentido, a imagem é incapaz de ser perdida. Então, por implicação, ainda que uma pessoa se recuse a se curvar perante o seu Criador em humilde arrependimento e sincera fé, ela ainda deve ser tratada com toda a dignidade que o portador da imagem de Deus merece. Embora esteja longe do ser humano ideal, ela ainda é um ser humano. Ela não é um bloco de madeira. No sentido amplo, a imagem de Deus é a que a humanidade reteve depois da queda.

Contudo, quando falamos da imagem de Deus no sentido mais estreito, estamos nos referindo ao que a humanidade perdeu depois da queda, porque isso tem a ver com a disposição da natureza humana. Somos justos e santos, ou somos rebeldes e corruptos? O que está na tela da nossa natureza interior? É algo adorável ou deplorável? Quando criou Adão e Eva, Deus os colocou no jardim do Paraíso com “conhecimento, retidão e santidade” para refletir sua excelência moral e para comungar com o seu Criador. (Breve catecismo de Westminster, Pergunta 10; veja Ef 4.24; Cl 3.10). Mas essa excelência espiritual podia ser arruinada. E foi isso o que aconteceu quando Adão e Eva caíram. Eles, e toda a humanidade após eles, tornaram-se tão marcados pelo pecado que já não podiam mais ser considerados como “espelhos” de Deus em santidade, justiça e glória (Rm 3.23). O ser humano caído pode ainda manter a imagem formalmente, mas já não reflete mais a excelência do seu Criador. Os pecadores não precisam apenas de coração, alma ou mente. Eles precisam de novo coração, nova alma e mente nova. Como diz João Calvino, “embora concordemos que a imagem de Deus não foi nele aniquilada e apagada de todo, todavia foi corrompida a tal ponto que, qualquer coisa que lhe reste não passa de horrenda deformidade”.⁸ A imagem de Deus não está totalmente demolida, mas a semelhança de Deus foi gravemente distorcida, se não grandemente perdida. Como resultado, está em necessidade da graciosa obra divina de santificação, na qual o cristão é “renovado em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus” (Breve catecismo de Westminster, Pergunta 35).

Uma consequência direta da honra peculiar do homem ser o portador exclusivo da imagem de Deus é manifestada na responsabilidade de governar a terra:

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. (Gn 1.26)

Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus
e de glória e de honra o coroaste.

Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão

e sob seus pés tudo lhe puseste:

ovelhas e bois, todos,

e também os animais do campo;

as aves do céu, e os peixes do mar,

e tudo o que percorre as sendas dos mares. (Sl 8.5-8)

Nesse caso novamente as Escrituras afirmam a posição e a dignidade exclusivas que pertencem ao portador da imagem de Deus que, como vice-regente, exerce o domínio sobre a criação de Deus. Deus criou Adão e Eva por último porque eles estão no auge da sua ordem criada para governar os reinos anteriormente feitos.⁹ O homem não subiu ao topo da cadeia alimentar por meio da seleção natural. Ele foi posicionado como administrador dignificado por nomeação divina. Mas qual é o chamado dele? “Para que servem as pessoas?”¹⁰

O domínio para o qual Deus chama a humanidade começou no jardim e no pomar do Éden, primorosamente belos à vista e ao paladar. Esse Paraíso foi dado a Adão e Eva para que desfrutassem dele. Mas também foi dado a eles para que trabalhassem nele e o guardassem.¹¹ Deus não mimou Adão e Eva colocando-os num mundo de lazer, mas os instruiu a cuidar da sua criação. Deus chama o homem a sujar as mãos, assim como metaforicamente Deus fez quando moldou o homem a partir do barro. Há grande dignidade e terapia num homem que tem as mãos “nobremente sujas e calejadas”.¹² O chamado de Adão e Eva para subjugar a terra também incluiu o mandamento “sede fecundos, multiplicai-vos”

e, assim , “enchei a terra” (Gn 1.28). Na procriação, marido e mulher são satisfeitos à medida que cumprem os mandamentos de Deus. A alegria e a obediência coexistem, até mesmo num mundo sem pecado.

Criado como uma unidade de corpo e alma

Deus fez o homem como uma integridade unificada de corpo e alma. Como declaram as Escrituras, “formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2.7). Ele existe “entre” tanto animais quanto anjos, uma vez que seu corpo está relacionado com a terra e seu espírito está relacionado com o céu. O homem é composto de realidades distintas, mas inseparáveis, do que é material (pó) e imaterial (fôlego de vida). Juntos, eles formam uma unidade psicossomática orgânica (corpo-alma), ou o que também é chamado de dualismo holístico.¹³ As Escrituras enfatizam tanto a unidade do homem quanto a sua existência dualista. Àqueles que separam o corpo e a alma podem qualificar-se às ácidas repreensões das Escrituras contra o gnosticismo, que denigre ou reprova o corpo. Àqueles que fundem demasiadamente o corpo e a alma podem ser culpados de fisicalismo, que considera a humanidade como composta por uma só parte e subestima o perigo de perder a alma (Mt 16.26).

Embora o homem tenha sido “formado do barro”, seu corpo ainda é importante para Deus (Jó 33.6; veja também Gn 2.7; 18.27; Sl 103.14). Visto que o homem é feito à imagem de Deus, essa semelhança envolve todas as faculdades, poderes e personalidades do homem, incluindo seu corpo, ou o “homem exterior” (2Co 4.16). O corpo reflete a maravilha do que constitui a humanidade tanto quanto a alma, e seus membros podem ser instrumentos de justiça (Sl 139.13-16; Rm 6.13). Embora o corpo e a alma sejam separados na morte, um dia o corpo será reunido à alma por ser tão essencial à singularidade e à identidade da pessoa (1Co 15.42-49; 1Ts 4.14; BCW, P. 37). Como comentou Herman Bavinck: “A natureza da união da alma e do corpo [...] é tão íntima que uma natureza, uma pessoa, um eu é o sujeito de ambos e de todas as suas atividades. É sempre a mesma alma que espreita através dos olhos, pensa por meio do cérebro, agarra com a mão e anda com os pés.”¹⁴

É preciso resistir à tendência de algumas religiões que denigrem o corpo, tratando-o como inerentemente mau ou como a fonte do pecado. Paulo repreende severamente como demoníaco qualquer ensinamento que rejeita a boa criação de Deus (1Tm 4.1-5; cf. Cl 2.23). O corpo retorna ao pó não por ser pó, mas porque o homem pecou. A importância do corpo humano é confirmada pela promessa de Deus de conceder a plena redenção e glorificação do nosso corpo na ressurreição e consumação da nossa salvação em Cristo (Rm 8.23; 2Co 5.2-4; Fp 3.21).

A dimensão imaterial e espiritual do homem é a própria essência da sua humanidade. É a fonte de toda vida interior – pensamentos, sentimentos, paixão, desejo, vontade, emoção, escolhas e amor. Como escreveu Blaise Pascal: “Que parte de nós sente prazer? É a nossa mão, nosso braço, nossa carne ou nosso sangue? Obviamente, deve ser algo imaterial.”¹⁵ O aspecto espiritual do homem é distinto do corpo e pode existir mesmo sem o corpo. Por exemplo, com a morte de um cristão, sua alma deixa o corpo para ser reunida diante do Senhor com os demais “espíritos dos justos aperfeiçoados” (Hb 12.23).

A Bíblia usa um grupo de termos para designar a natureza imaterial do homem: alma, espírito, consciência, homem interior ou natureza interior e coração.¹⁶ Juntos, eles revelam a integridade e a complexidade do homem interior. Embora algumas dessas palavras preservem leves nuances, na essência elas são intercambiáveis.

Algumas pessoas têm sugerido que na verdade na Bíblia os termos alma e espírito referem-se a dois aspectos distintos da natureza interior do homem, e são duas das três partes do homem (ou seja, corpo, alma, espírito), ou o que foi chamado de tricotomia.¹⁷ Mas a atividade interior de uma pessoa é atribuída ou à alma ou ao espírito. Uma pessoa pode estar aflita na alma (1Sm 1.10), ou no espírito (Jo 11.33). Morrer é a entrega da alma (Gn 35.18; Mt 20.28; At 20.10), ou do espírito (Sl 31.5; Mt 27.50). Os mortos são chamados de “almas” (Ap 6.9; 20.4), ou de “espíritos” (Hb 12.23; 1Pe 3.19). E o homem é descrito como corpo mais alma (Mt 10.28), ou como corpo mais espírito (2Co 7.1; Tg 2.26).

Uma passagem citada para apoiar a tricotomia é Hebreus 4.12: “A palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração.” No entanto, a Palavra de Deus não causa uma divisão entre alma e espírito, mas, em vez disso, perfura como uma espada, causando uma divisão dentro tanto da alma quanto do

espírito, e todo pensamento ou propósito do coração.¹⁸ A questão é que tudo, até mesmo o nicho mais inacessível do ser interior de uma pessoa é exposto pela penetrante e disruptiva obra da Palavra de Deus.¹⁹ Outra passagem citada a favor da tricotomia é 1 Tessalonicenses 5.23: “O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo.” No entanto, essa passagem nada mais é do que a prática das Escrituras de compilar termos de modo redundante para expressar totalidade, como é feito numa significativa afirmativa do Senhor em Mateus 22.37, citando Deuteronômio 6.5: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento.” Certamente, a questão não é que o coração, a alma e a mente componham partes separadas da natureza humana. Em vez disso, são ideias que se sobrepõem.²⁰ Mas o erro fatal da posição tricotômica é que não considerara a principal palavra da Bíblia para descrever a essência da humanidade – coração.

A Bíblia usa o termo coração para descrever a vida interior do homem com muito mais frequência do que qualquer outra palavra. Provavelmente, podemos dizer com segurança que é o termo mais rico e mais importante das Escrituras para descrever as funções imateriais de uma pessoa.²¹ Isso é revelado nas exortações da Bíblia: “Onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração” (Mt 6.21); “O homem bom do bom tesouro do coração tira o bem, e o mau do mau tesouro tira o mal; porque a boca fala do que está cheio o coração” (Lc 6.45); “Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o coração, porque dele procedem as fontes da vida” (Pv 4.23); “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração” (Mt 22.37, citando Dt 6.5). Sempre que encontramos a palavra coração nas Escrituras, devemos primeiro assumir que o escritor bíblico quer reunir todos os aspectos da vida interior do homem, as nascentes a partir das quais tudo na vida flui. Mas o termo também é usado para enfatizar uma das três “câmaras” do coração: a mente (o intelecto ou a compreensão), os desejos (ou afeições) e a vontade.²² Ou seja, o coração remete ao que sabemos, ao que amamos e ao que escolhemos.

O coração inclui a mente – o que sabemos. No uso contemporâneo, o coração é quase sempre contrastado com a mente. Todavia, as Escrituras não fazem esse contraste. Na Bíblia, o coração inclui e compreende os pensamentos, intenções, ideias, percepções, entendimento, conhecimento, meditação, discernimento de doutrina, propriedades intelectuais e assimilação de uma pessoa.²³ A mente espelha nosso conhecimento ou ignorância, nossa sabedoria ou tolice.

O coração refere-se ao nosso desejo – o que amamos. Isso explica por que os puritanos estavam certos em enfatizar as “afeições” do coração: porque o estado do coração reflete o que valorizamos, buscamos ou queremos, o que nos atrai, o que ansiamos com sede ou fome interior, e as emoções que sentimos, tais como alegria (Êx 4.14), entusiasmo (Gn 45.26), tristeza (Ne 2.2), desprezo (2Sm 6.16), inveja (Pv 23.17), raiva (Pv 19.3) e ansiedade (1Sm 4.13; Fp 4.6-7). Esses desejos refletem ainda mais se o coração é verdadeiramente puro, bom e verdadeiro, ou se é corrupto, maligno e falso; se é inclinado “a Deus” ou uma “perpétua fábrica de ídolos”.²⁴

O coração também se refere à nossa vontade – o que escolhemos. Dependendo da força da nossa vontade, nós nos submetemos livremente ou resistimos com afinco. Em face do dever espiritual, a vontade do coração é ou dura e insensível, ou contrita e terna (Êx 10.1; Sl 51.17; Ef 4.18). Diante da tentação, a vontade do coração diz “sim” ou “não”. Em face do perigo, a vontade do coração se derrete e desmaia ou se posiciona com coragem (Gn 42.28; Nm 32.7; Js 14.7-8; Jz 19.5; At 27.25). Não surpreende que teólogos como Martinho Lutero e Jonathan Edwards, ao abordarem a questão do “livre-arbítrio” sustentaram zelosamente que a vontade está inextricavelmente ligada à condição espiritual do coração. A vontade não pode ser discutida à parte da condição espiritual de uma pessoa. Um coração impuro, cauterizado, calejado e incrédulo dificilmente pode ser chamado de “livre” (Rm 2.5; 6.17; 8.7; Ef 4.18; 6.8). Por outro lado, um coração lavado, contrito, justo e redimido, cheio de amor e fé verdadeiros, é livre para servir a Deus e ao homem (Jo 8.32; Rm 8.2). Isso serve para ilustrar a importância de assegurar tanto a coerência quanto a complexidade do homem. A natureza interior do homem é uma unidade disposta pela condição da sua trindade de mente, desejo e vontade.

Criado como uma criatura em aliança

Tão logo foi criado, Adão entrou num relacionamento com o trino Deus. Adão foi feito como uma criatura social, para viver em comunidade e ser moldado por relacionamentos, preeminentemente com o seu Criador. Este relacionamento foi estabelecido por meio de uma aliança, a aliança de obras.²⁵ A aliança com Deus orientou Adão e Eva a obedecer-lhe perfeitamente e os proibiu de comer da

árvore do conhecimento do bem e do mal. O pecado da desobediência violaria sua comunhão com Deus e invocaria o aguilhão do pecado, que é a morte (Gn 2.17). A obediência os confirmaria em justiça diante de Deus e lhes daria a vida eterna. Além disso, esse relacionamento de aliança não era apenas entre Deus e Adão e Eva, mas por meio de Adão com toda a raça humana. Adão é tanto o primeiro pai da humanidade quanto o seu representante, ou responsável “federal”. Tudo o que Deus ameaçou ou garantiu a Adão também foi prometido à sua posteridade, dependendo de ele ser bem-sucedido ou malsucedido. A desobediência traria a maldição do pecado com todos os seus sofrimentos (no corpo e na alma), tanto nesta vida como na vida futura, longe da presença de Deus.²⁶ A obediência mereceria a imortalidade e a bem-aventurança santa (no corpo e na alma) na imediata presença de Deus. O homem encontra sua identidade no contexto de comunidade – e, acima de tudo, ele foi criado no contexto de um relacionamento de aliança com seu Criador, com seu “fim principal [...] glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre”²⁷ em adoração e obediência.

“Quem sou eu?” Essa pergunta é subserviente à pergunta “o que sou eu?” Eu sou criado por Deus e separado de todo o mundo de Deus como portador da sua imagem, independentemente de ser homem ou mulher. Sou criado com a capacidade de conhecer Deus, comungar com Deus e refletir a santidade e a justiça de Deus. Sou uma unidade de material e imaterial, e compreendo, amo e escolho de acordo com o estado do meu coração – que foi feito para encontrar o seu propósito e alegria em seu Criador. Isso é o que eu sou. Mas quem sou eu? Isso depende da minha condição espiritual.

O estado quádruplo do homem

28

O homem no estado de inocência

Deus colocou Adão e Eva num mundo imaculado e num jardim paradisíaco.

Mais precisamente, eles próprios foram criados em estado de inocência. Ou seja, eles eram portadores da imagem, santos e justos, e desprovidos de pecado. Em seus intocados corações, Deus plantou o conhecimento e o amor pela sua vontade moral. Deus os criou com liberdade de vontade, a fim de que tivessem a liberdade de escolher os mandamentos de Deus; e os criou com força de vontade, de modo que fossem capazes de obedecer aos mandamentos de Deus. Eles podiam aceitar e executar o que era “bom e agradável a Deus”.²⁹ Cada um deles também aceitou o corpo sem pecado do outro – porque ao olharem para a nudez um do outro não sentiram vergonha (Gn 2.25).

Mas Adão e Eva ainda não estavam num estado íntegro confirmado ou inalterável. O mundo deles era sem pecado e eles eram inocentes, mas ainda não eram perfeitos e imutavelmente santos. Deixados ao livre-arbítrio deles, eram capazes de cair de sua inocência escolhendo rejeitar os caminhos de Deus, ou eram igualmente capazes de estabelecer um percurso de obediência santa e de seguir esse percurso. Eles eram capazes de pecar e “capazes de não pecar” (posse non peccare). A prova da obediência veio nas cláusulas da aliança de obras, representada principalmente na proibição de comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Eles poderiam amar Deus ou rejeitar Deus. O que escolhessem (Adão, em particular, como o cabeça representativo da raça humana) estabeleceria a trajetória para eles e para toda a sua posteridade, seja na direção do pecado e da morte, ou da retidão e da vida. Se Adão ou Eva tivessem se perguntado: “Quem sou eu?”, eles poderiam ter afirmado todas as conclusões que tiramos até aqui. Mas o epílogo também poderia ter sido: “Ainda não se sabe”. Não é preciso virar uma única página das Escrituras para ver que não demorou muito para que o estado de inocência chegasse ao fim.

O homem no estado de pecado

É dito que, certa vez, o jornal londrino The Times propôs a eminentes cidadãos ingleses da época a pergunta: “Qual é o problema da Inglaterra hoje?” Uma das respostas foi a de G. K. Chesterton, na qual ele simplesmente escreveu: “Sou eu”.³⁰ Chesterton sabia quem ele era, porque sabia o que a humanidade era, e o que não era. O problema com a humanidade, desde a queda, é o pecado.

A queda do homem. O pecado entrou no mundo não porque o mal invadiu a criação de Deus como uma ideia, abstração ou força, mas porque as suas criaturas se rebelaram contra ele. Deus criou Satanás como um anjo poderoso. Porém, o ambicioso arcanjo e anticristo havia caído do céu e entrado no jardim furtivamente, usando a astuta serpente para o seu perverso ventriloquismo (Gn 3.1-7,14-15; Ap 12.7-9,13-17). Satanás sutilmente seduziu Eva, exagerando a proibição de Deus de modo a parecer ilógica, e contrabandeando para dentro da mente de Eva a perigosa suposição de que os mandamentos de Deus estão sujeitos ao nosso escrutínio autônomo.³¹ Ele então contestou categoricamente a advertência divina e fez Deus parecer a Eva como um inimigo ciumento e severo, fazendo a obediência soar como um servilismo desnecessário, e tornando um mergulho suicida na desobediência parecer um corajoso salto da sua atual pequenez para uma vida de esplendor mais profunda.³²

A essa altura, Eva já havia pecado por omissão. Ela deveria ter ficado horrorizada com a arrogante calúnia de Satanás a respeito das intenções e do caráter de Deus, e imediatamente tê-la rejeitado e defendido a honra de Deus. Porém, o coração de Eva já havia se alinhado com seu novo pai, já que escolheu ouvir a criatura e não o Criador, de modo que então “tomou-lhe do fruto e comeu” (Gn 3.6). No seu zelo missionário, Eva levou o fruto a Adão como um apóstolo do diabo, não como auxiliadora do seu marido, a fim de angariar um convertido para a sua nova religião.³³ Nesse caso, também, Adão errou ao não intervir como mantenedor e guardião do jardim santo. Em santo zelo, ele deveria ter purificado o santuário, a casa de oração de Deus, expulsando Satanás. Porém, em vez de liderar como um cabeça, Adão deixou-se ser liderado. Em vez de subjugar a criação, ele foi subjugado por uma criatura.³⁴ Assim, Adão também participou do fruto proibido. Imediatamente, os olhos de Adão e Eva se abriram para ver o bem e o mal – só que não da maneira como a serpente havia prometido. Suas ações revelaram sua vergonha – em corpo e alma, enquanto olhavam para a sua nudez. Agora, tentavam esconder-se um do outro debaixo da cobertura de folhas, e de Deus debaixo da cobertura das árvores. Sentiam-se desconfortáveis. Eles e o mundo deles haviam mudado. Mas não foi somente para eles que o mundo havia mudado.

A pecaminosidade do homem caído. John Henry Cardinal Newman disse que

quanto mais ele contemplava a raça humana, mais claro ficava que ela estava “envolvida em alguma terrível calamidade aborígene”.³⁵ Deus colocou Adão num relacionamento de aliança único com toda a humanidade, a qual ele representava como seu cabeça federal. Pelo seu ato de desobediência, Adão mergulhou a raça humana num estado caído de pecado, com toda a sua culpa e desgraça. O capítulo 5 de Romanos delineia as vastas implicações do papel representativo de Adão: “por um só homem entrou o pecado no mundo” (5.12), “pela ofensa de um só, morreram muitos” (5.15), “o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação” (5.16), “pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte” (5.17), “por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (5.18), e “pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores” (5.19). A culpa da transgressão de Adão no jardim foi imputada a toda a humanidade, de modo que todos “pecaram nele e caíram com ele”.³⁶

Essa queda de Adão levou a humanidade a um estado de total pecaminosidade. Assim, toda pessoa desde aquele evento é, por natureza, pecadora, nascida no que é chamado de pecado original. No sentido geral, pecado original refere-se a três coisas. Primeira, envolve herdar a culpa do pecado de Adão, o que significa que é como se tivéssemos nós mesmos cometido a ofensa de Adão e, portanto, devemos sofrer as consequências (Rm 5.12,19). Aqueles que são considerados culpados são condenados e devem pagar a penalidade do pecado, que é a morte (Rm 5.12,18; 6.23). Todos os filhos de Adão estão sob o “aguilhão” do pecado, a sentença de morte (1Co 15.56).

Em segundo lugar, nascemos como pecadores e, portanto, não dispomos da justiça original na qual Adão foi criado. Paulo observa: “Não há justo, não, nem um sequer” (Rm 3.10, citando Sl 14.3). A presença de culpa significa a ausência de retidão e de santidade.

Em terceiro lugar, o pecado original equivale à corrupção, que indica como a natureza humana foi danificada e deformada pelo pecado. No sentido mais estrito, pecado original pode ser empregado como sinônimo dessa corrupção da natureza humana. O homem caído é “totalmente hostil” e “indisposto, incapaz e tornado contrário” a qualquer bem espiritual, e está completamente inclinado a pecar, porque “toda intenção dos pensamentos do seu coração” é “apenas continuamente perversa” (Confissão de fé de Westminster 6.4; 9.3; 6.5; veja também Rm 3.10-18; Ef 2.1-6). Então, o homem caído não tem livre-arbítrio porque não é capaz de não pecar (*non posse non peccare*). Como transgressor da

aliança, ele encontra-se essencialmente num relacionamento hostil com Deus e, portanto, não pode agradar a Deus, e nem está interessado em fazer isso (Rm 8.7-8). As Escrituras chamam isso de viver de acordo com “a carne” (Rm 8.5-8; Gl 5.16-17; 6.8). George Orwell timidamente admitiu que “em geral, os seres humanos querem ser bons, mas não bons demais, e nem o tempo todo”.³⁷ Evidentemente, isso subestima seriamente o problema. Por natureza, o homem não quer ser bom. Não é simplesmente que “um homem bom é difícil de encontrar”.³⁸ É impossível encontrá-lo.

O que é concebido por depravação total é que o pecado impregna toda a natureza do homem e satura cada fibra do seu ser espiritual. Nenhuma parte dele pode escapar da influência e do efeito do pecado, de modo que ele é completamente poluído. “Nem todos os perfumes da Arábia hão de adoçar” as mãos ensanguentadas de Lady Macbeth.³⁹ Até mesmo os fundadores do governo civil dos Estados Unidos reconheceram que “é preciso ambicionar para neutralizar a ambição” porque o governo nada mais é do que uma reflexão sobre a natureza humana. “Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário.”⁴⁰ Mas a depravação total é uma doutrina mais ampla do que profunda. A doutrina enfatiza a abrangente influência do pecado. Depravação total não significa “depravação absoluta” nem “completa depravação”. Não significa que as pessoas sempre busquem todas as luxúrias até o extremo, nem que as pessoas sejam completas fossas de trevas absolutas sem qualquer vestígio de civilidade ou bondade.⁴¹ A humanidade caída ainda mantém ecos da imagem de Deus, que ocasionalmente permitem que as pessoas ascendam ao nobre altruísmo, bondade e amor. Além disso, desde a queda do homem, a “graça comum” de Deus ativamente equilibra e restringe o pecado humano, e impede que o mundo fuja do controle (Mt 5.45).

A desgraça do homem caído. A condição das relações entre o Criador e suas criaturas portadoras da sua imagem é que o homem caído está atualmente sob a ira e a maldição de Deus e encontra-se condenado (Jo 3.18,36; 14.6; At 4.12; Ef 2.3). Como Deus continua a governar ativamente a sua criação, ele revela sua santidade e justiça, que são ofendidas e instigadas pelo pecado humano (Rm 1.18-28).

Como contaminação, o pecado perverte; como escravidão, ele escraviza; como dívida, ele condena; como desgraça, torna nossa raça infeliz. O homem enfrenta

não apenas as realidades forenses de seu pecado diante de Deus, mas também a decorrência do pecado no seu próprio coração e no mundo no qual vive. A maldição que Deus pronunciou sobre Adão e Eva no jardim estendeu-se a todos os seus filhos. O pecado mancha todos os aspectos da existência humana, e nada está fora da sua influência. A maldição sobre as filhas de Eva seria evidente nas frustrações do parto e casamento (Gn 3.16). A maldição sobre os filhos de Adão seria sentida nas frustrações do trabalho e numa terra não cooperativa (Gn 3.17-19). O pecado distorceu a compreensão do homem de tal modo com ignorância e equívoco de que ele é incapaz de discernimento espiritual e é iludido por qualquer argumento plausível de qualquer tipo, visto que ele é “agitado de um lado para outro e levado ao redor por todo vento de doutrina” e feito refém da filosofia humana vazia e mundana (1Co 2.14; Ef 4.14; Cl 2.4,8). Como já foi dito: “Quando um homem deixa de crer em Deus, ele não crê em nada, ele crê em qualquer coisa”.⁴²

A escravidão do homem ao pecado e aos seus desejos – tanto no corpo quanto na alma – revela o poder ubíquo do pecado e a impotência do homem (Jo 8.34,44). Ele é viciado, devastado, abusado, atormentado, enfraquecido, assustado, frustrado, confuso, doente, solitário, deprimido, ciumento, ferido, perturbado, convencido, inseguro, ansioso, severamente quebrantado, espiritualmente cego, surdo, perdido e morto, com um insensível coração de pedra, e muito, muito mais – tudo por causa dos efeitos do pecado (Ez 36.26; Lc 8.8; 15.24; Jo 9.41; 2Co 3.14; Ef 2.5; 4.19). Como Victor Hugo escreveu: “O que são as comoções duma cidade a par das revoltas da alma? O homem é uma profundidade maior ainda que o povo.”⁴³ O homem caído sente o seu vazio. Ele não apenas se pergunta (como Pink Floyd): “Is anyone out there?” [Tem alguém aí fora?] – mas pergunta a si mesmo: “Tem alguém aqui dentro?”

O homem caído enfrenta pecadores numa sociedade circunvizinha repleta de doença, sofrimento, pobreza, abandono, roubo, decepção, assassinato, aborto, eutanásia, genocídio, estupro e muitas outras injustiças e atrocidades humanas – tudo resultante do pecado. Nossa raça pode ser bestial: “Coração falso [...] mãos sanguinárias; porco, na preguiça; raposa, na astúcia; lobo, na voracidade; cão, na raiva; leão, na pilhagem”.⁴⁴ Ao considerarmos os destroços no rastro da humanidade, entendemos por que William Wordsworth lamentava ao pensar no “que o homem fez do homem”.⁴⁵ Grande parte do tormento e punição por ser um membro de uma raça pecadora é ser um membro de uma raça pecadora.

Além dos conflitos que o homem enfrenta ao estar no mundo – sua deturpada

disputa interior e desejos carnavais e sua labuta frustrada – há a opressão que ele enfrenta do mundo invisível. O diabo enganou nossos primeiros pais, e continua a atormentar os filhos deles como o anticristo (1Jo 2.18,22). Seus nomes refletem sua ruínosa tirania sobre toda a humanidade como o príncipe deste mundo (Jo 12.31; 14.30; 16.11; Ef 2.2); o maligno (Mt 13.19); o mentiroso e homicida (Jo 8.44); o sedutor (Ap 12.9); o falsificador (2Co 11.14); o acusador (Ap 12.10); e o tentador (Mt 4.3). Em síntese, ele oprime a humanidade (At 10.38). Como adversário do povo de Deus, ele procura frustrar a igreja por meio de perseguição e falso ensinamento (2Co 11.13-15; 1Pe 5.8; Ap 2.10). Há limites para o seu poder e para seu acesso aos cristãos: ele trabalha sob rédeas curtas, somente com rigorosa permissão. Mas as Escrituras categoricamente advertem até mesmo os cristãos quanto a esse poderoso inimigo e seu exército de mercenários condenados (1Co 11.15; Ef 6.11; 1Tm 3.6; 1Pe 5.8).

Geralmente sentimos o “agulhão” do pecado na morte de um ente querido ou quando o nosso próprio fim se aproxima. Deus advertiu Adão de que a morte era o salário que o pecado merecia (Gn 2.17; Rm 6.23). A Escritura diz que ela é nosso grande e último inimigo. E, em conformidade, ela desempenha um papel monstruoso na nossa vida, uma vez que tiraniza, destrói, devasta, intimida e nos derruba. A morte nos priva de tudo o que é mais encantador e lança a suas trevas sobre nossos melhores momentos. Seu potente “agulhão” é explicado pelo pecado (1Co 15.56). Assim como o veneno na picada de um escorpião traz seu doloroso e letal sofrimento, também o pecado dá origem ao terrível terror e angústia de morte, fazendo com que as pessoas se encolham de medo diante dela e clamem: “O horror! O horror!”⁴⁶ A morte tem um grande apetite e abre a sua boca “desmesuradamente”, com “um aspecto extraordinariamente voraz como se quisesse engolir o mundo e toda a sua humanidade” (cf. Is 5.14).⁴⁷ Mas os cristãos corretamente anseiam em fé pela sua própria ressurreição de entre os mortos, quando “tragada foi a morte pela vitória”, para que “o que é mortal se revista de imortalidade” mediante a ressurreição de Cristo (1Co 15.54, citando Is 25.8; 2Co. 5.4).

Se a morte é a culminação dos sofrimentos desta vida, então não passa de mero limiar para as eternas desgraças da vida vindoura para aqueles condenados a suportarem o fogo eterno. O Senhor Jesus Cristo ensina, sem equívoco, que o inferno é um castigo preparado para Satanás e os anjos caídos, bem como para os homens e mulheres caídos que morrem no seu pecado (Mt 25.41). É um lugar, não uma ideia – um lugar de tormento e agonia sem-fim tanto do corpo quanto da alma, e um lugar de “separação da presença do Senhor” (2Ts 1.9 - NVI; veja

também Mt 10.28; 2Pe 2.4; Ap 14.10-11).

Por não estar em paz consigo mesmo e com seu mundo, o homem não está em paz com o seu Deus (Rm 5.1; 8.7). Quando o pecado rompeu e violou o relacionamento entre Deus e os portadores da sua imagem, nossos primeiros pais tentaram esconder-se do seu Criador, em vergonha e medo. Do mesmo modo, os filhos de Adão e Eva sofrem por sentirem alienação, culpa, insegurança e tristezas. Esses sentimentos emergem do cerne do coração humano quando este é esvaziado dos seus anseios mais nobres e belos, apenas para serem substituídos por toxinas terrenas e perversões pútridas que, no final das contas, não satisfazem.

O homem anseia por Deus, mas não o terá. As consequências sombrias do fracasso de Adão na aliança de obras continuam a lançar sua sombra sobre toda a humanidade. E todas as tentativas de cumprir a aliança de obras mediante o esforço religioso autoproduzido são particularmente amaldiçoadas e condenadas (Gl 3.10). O vivo e verdadeiro Deus é incessante e tolamente moldado pelo homem à imagem do homem, forjado em ídolos que “não podem falar [...] não podem andar [...] e não está neles o fazer o bem” (Jr 10.5). Nesse estado de pecado, se homens e mulheres se perguntarem: “Quem sou eu?”, podem afirmar que são a criação de Deus. Podem perceber sua resistência contra Deus e até admitir, ainda que secretamente, que muitas vezes se sentem sozinhos e confusos. Eles podem sentir que as coisas não são do jeito que deveriam ser. Todavia, essas pessoas não sabem quem realmente são, pois o homem em estado de pecado necessita da graça esclarecedora de Deus.

O homem no estado de graça

Justificado e adotado. Justificação significa que um cristão está em um relacionamento correto com Deus. Isso se dá porque Deus, pela sua graça gratuita, providenciou Cristo como o substituto para o nosso pecado, e essa é a base para nosso justo posicionamento diante dele. Enquanto nosso pecado e seu castigo são imputados a Cristo, a obediência e a justiça de Cristo são imputadas a nós (Rm 5.19; 2Co 5.21). Enquanto a dívida do nosso pecado foi paga por Cristo, o nosso resgate, as riquezas da graça de Deus em Cristo se acumulam

para nosso benefício (Mt 6.12; Ef 2.7). Assim, o duplo benefício da justificação é tanto o perdão do pecado quanto a aceitação como justo aos olhos de Deus. A justificação é recebida somente pela fé. Tem de ser pela fé, porque é um dom, um presente. “Do contrário, a graça já não é graça” (Rm 11.6).

Nossa justificação deve produzir alegria e paz em nós. Deus procura aprofundar a nossa confiança na sua palavra de promessa, a qual nos diz que se crermos no seu Filho nunca seremos condenados ou rejeitados por ele (Rm 5.1; 8.1). Israel regozijou-se ao considerar sua redenção daquela antiga “casa de escravidão” no Egito. Do mesmo modo, os cristãos se regozijam quando contrastam sua atual situação em graça com os velhos dias de vazio, alienação, cegueira e confusão, juntamente com uma consciência carregada de culpa. “Quem sou eu?” Eu não sou condenado, nem sou inaceitável. Eu fui perdoado e acolhido. A verdade de Deus em Cristo Jesus me libertou. A graça de Deus respondeu à minha culpa; sua misericórdia respondeu à minha desventura.

Ser um filho de Deus gera um consolo semelhante. Só há duas maneiras de tornar-se parte de uma família: por nascimento ou por adoção. Os cristãos tornam-se parte da família de Deus de ambas as maneiras. Recebemos um novo nascimento pelo Espírito de Deus, e somos admitidos na família do reino de Deus (Jo 1.12; 3.3). Somos adotados por Deus e assim recebemos uma nova posição legal como seus filhos e filhas (Rm 8.15; Gl 4.5). Os filhos adotivos podem falar do precioso sentimento de terem sido escolhidos. Quer consideremos a nossa mudança de coração ou a nossa mudança de posição, sabemos que ser admitido na família de Deus é pura e simplesmente ser inundado com o amor de Deus (1Jo 3.1).

Nosso amoroso Pai no céu demonstra grande cuidado e sensibilidade aos seus filhos por confirmar o lugar de cada um na sua família, e ele faz isso mediante suas promessas, e com o contínuo ministério do Espírito de adoção. Para não cairmos mais uma vez numa mentalidade de medo ou na desesperança da escravidão, o “Espírito de adoção” testifica constantemente com o nosso espírito de que nós pertencemos a Deus (Rm 8.15). Aquelas duras lições de sofrimento que já enfrentamos sozinhos não provocavam nada além de amargura e sentimentos de isolamento. Agora, vemos nelas a disciplina amorosa, sábia e equilibrada do nosso Pai, que produz bons frutos de todas elas (Rm 8.28; Hb 12.7-11). Constantemente Deus nos lembra que não devemos pensar em nós mesmos como órfãos abandonados ou escravos deserdados, mas como aqueles que podem e devem clamar a ele em oração e angústia, dizendo, “Pai”. Não

precisamos falar com ele ansiosamente ou com medo de punição. Mas podemos nos aproximar dele sabendo que receberemos misericórdia e encontraremos graça no nosso momento de necessidade (Hb 4.16). Achegamo-nos a um Pai que ama, por meio de um Filho que compreende, por um Consolador que habita em nós e que derrama o amor de Deus no nosso coração para superar nossas dúvidas e inseguranças sobre quem somos (Rm 5.5; Hb 4.15). “Quem sou eu?” Por meio da sua Palavra e do seu Espírito Deus me assegura de quem eu sou – não quem eu era, mas quem eu sou: um filho de Deus (Rm 8.16).

Santificado. Embora Deus tenha afrouxado e quebrado o poder escravizador do pecado sobre nós, sua persistente presença causa muita destruição, semelhante a um exército derrotado em retiro desesperado. Porém, o velho coração de pedra do cristão foi removido e substituído por um novo coração que ama e procura andar em santidade. Exercitando a restauração do livre-arbítrio, um cristão é “capaz de não pecar” (posse non peccare). De maneira graciosa e poderosa, o Espírito de Deus trabalha nos cristãos, os capacita a se opor ao pecado residual e a andar nos caminhos da justiça como uma nova criação, a despir-se do velho eu e vestir o novo eu (Ez 36.27; Fp 2.12-13). Enquanto na justificação a graça de Deus remove o poder condenador do pecado, na santificação a graça de Deus subjuga o poder escravizador do pecado.⁴⁸

Esse processo é capturado pelo conflito entre “o Espírito” e “a carne”, pelo qual o cristão está sendo recriado de acordo com a semelhança de Deus em conhecimento, justiça e santidade (Rm 8.13; Gl 5.17; Ef 4.24; Cl 3.10). A graça de Deus nos renova à imagem do Deus trino, transformando-nos em todos os sentidos – na mente, na vontade e no desejo – e dessa maneira conformando-nos com Cristo em sua morte e ressurreição, de modo que tomemos a cruz com a sua vida e “o poder da sua ressurreição” agindo em nós (Fp 3.10). Aqueles que anteriormente careciam “da glória de Deus” (Rm 3.23) são agora transformados de um grau de glória para outro.

Como cristão, sou uma obra em andamento. Por meio da ação graciosa de Deus, não sou o que já fui; e de acordo com a promessa divina, ainda não sou tudo o que serei. Deus espera ver em mim avanço e progresso crescentes no fruto do Espírito (Gl 5.22-24; Ef 3.20; 2Pe 1.5-8). Mas sob mim, e ao meu redor, está a sua promessa de completar esta obra santificadora que ele começou em mim (Fp 1.6).

Unido a Cristo. Com frequência, a Bíblia faz referência ao vínculo inquebrável entre Cristo e o crente cristão com as simples palavras “em Cristo”, “em Cristo Jesus”, “nele” e “com ele”. Cada um dos benefícios de que um cristão desfruta é inextricavelmente ligado com Cristo e em Cristo. O cristão desfruta de “toda sorte de bênção espiritual” em Cristo Jesus (Ef 1.3); é criado de novo em Cristo Jesus (Ef 2.10); tem “vida [...] oculta juntamente com Cristo” (Cl 3.3); tem “graça [...] dada em Cristo Jesus” (1Co 1.4); é “aproximado” de Deus “em Cristo Jesus” (Ef 2.13); recebe “o amor de Deus, que está em Cristo Jesus” (Rm 8.39); será “vivificado em Cristo” (1Co 15.22), e é contado entre os “coerdeiros com Cristo” (Rm 8.17). Os cristãos são “todos [...] um em Cristo Jesus” (Gl 3.28); são “santificados em Cristo Jesus” (1Co 1.2); e serão “manifestados com ele” (Cl 3.4). O cristão está unido a Cristo em sua crucificação, morte, sepultamento, ressurreição, ascensão, segunda vinda e futuro reinado (Rm 6.3,5-6, 8; Ef 2.5-6; 2Tm 2.11). Essa doutrina é ampla e inclusiva, agindo como um princípio organizador.⁴⁹

Essa união é completamente trinitária. Primeiro, na nossa “união predestinada”, o Pai nos separou e “nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo” e “nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo” (Ef 1.3-4). Segundo, na nossa “união histórica”, compartilhamos a humilhação e exaltação do Filho, bem como a redenção que ele ganhou, porque fomos “crucificados com ele”, “morremos com Cristo” e “com ele viveremos” (Rm 6.6,8).⁵⁰ Terceiro, na nossa “união de fé” ou “união experiencial”, o Espírito põe em prática, em nós, a redenção que Cristo alcançou por nós, ao acionar a fé salvadora em nós (Ef 1.13).

Nossa união com Cristo também pode ser interpretada como a “dupla graça de Deus”.⁵¹ Todos os benefícios de Cristo se enquadram em dois tópicos distintos, mas inseparáveis: aqueles que são forenses e aqueles que são transformadores. Justificação e adoção são exemplos de benefícios forenses, que tratam da nossa posição legal perante Deus. Regeneração e santificação são exemplos de benefícios transformadores, que lidam com a necessidade de mudança interior.

Na união do cristão com Cristo, a questão fundamental reside no seguinte: Deus Pai nunca nos olha fora do seu Filho, a quem ele ama. John Murray disse que, assim como nunca deveríamos pensar na igreja sem Cristo, também nunca devemos pensar em Cristo sem a igreja. O Pai certamente não pensa. Como

cristão, estou inseparavelmente ligado a todas as virtudes, méritos e bênçãos que ele conquistou para mim, porque estou unido à sua obediência, sofrimento, morte e ressurreição. Nada pode me separar do seu amor, e o próprio Deus não me distanciará do seu Filho. “Quem sou eu?” Sou alguém cuja vida está escondida em Cristo.

O homem no estado de glória

Morte e bem-aventurança. Quando um cristão morre, sua alma imediatamente sobe ao céu para contemplar a face de Deus em santidade e bem-aventurança (Lc 23.43; Confissão de fé de Westminster 32.1).⁵² As Escrituras se referem a esses santos que habitam no céu até a segunda vinda de Cristo como os justos cujos espíritos foram aperfeiçoados (Hb 12.23). Eles aguardam a redenção completa de seus corpos em conjunção com seu homem interior (Rm 8.23). Embora os crentes estejam longe do corpo nesse estado intermediário, eles estão no lar com o Senhor, o que é muito melhor do que estar no corpo e longe do Senhor (2Co 5.6,8; Fp 1.23).

Ressurreição e glória. O “Dia do Senhor” é a conclusão cataclísmica antecipada desta era e a transição para a era vindoura.⁵³ Ele é marcado pela vinda de Cristo em sua glória com os anjos do céu, a ressurreição final de todos os mortos, e o julgamento de Cristo, quando ele separará as nações da terra para o castigo eterno ou para a vida eterna (Mt 25.46; Jo 5.21-29; 1Ts 4.16; 2Ts 1.7-10). Todos os mortos, tanto os justos quanto os ímpios, serão ressuscitados, e tanto os vivos quanto os mortos serão reunidos aos seus respectivos corpos (At 24.15; 1Co 15.51-52). Esse é o tempo da glorificação tão esperada pelos cristãos e a consumação de sua redenção e adoção (Rm 8.23). Seus corpos serão transformados para ser como o corpo glorioso de Jesus, e eles serão “revestidos” com a imortalidade (1Co 15.42-54; 2Co 5.1-9; Fp 3.20; 1Jo 3.2).

Em glória, os cristãos alcançam aquilo pelo que ansiavam – um estado e um mundo no qual não são capazes de pecar (*non posse peccare*). Ironicamente, é então que a vontade do cristão não é livre para pecar, mas é libertada para fazer a vontade de Deus. Isso é o céu – quando buscaremos o coração do nosso Deus

sem pecado e sem-fim. É então, e somente então, que eu me tornarei o meu verdadeiro eu, aquele que eu deveria ser. É então que finalmente conheço a resposta à pergunta “Quem sou eu?” mesmo sendo totalmente conhecido por Aquele cuja imagem eu porto.

1 Atos 17.26; Romanos 5.12-21; 1Timóteo 2.13; Confissão de fé de Westminster 6.1; Catecismo maior de Westminster 21; Breve Catecismo de Westminster 13.

2 TWAIN, Mark. The diary of Adam and Eve. Londres: Hesperus Press Limited, 2002.

3 BAVINCK, Herman. Our reasonable faith. Grand Rapids: Eerdmans, 1956, 189-90.

4 MILTON, John. Paraíso perdido, trad. Antônio José de Lima Leitão. Disponível em: eBooksBrasil.com. Acessado em 14 de maio de 2018. Canto XIII.

5 A imagem inclui toda a essência do homem, incluindo o seu corpo: “E embora a sede primária da imagem divina estivesse na mente e no coração, ou na alma e suas faculdades, contudo não havia nenhuma parte do homem, nem mesmo o próprio corpo, na qual não brilhassem certas centelhas”. CALVINO, João. Institutes of the Christian religion, org. T. McNeill, trad. Ford Lewis Battles. Filadélfia: Westminster Press, 1960, 1.15.3.

6 Ibid., 1.15.2; 2.2.12.

7 SCHAEFFER, Francis A. The complete works of Francis A. Schaeffer: A

[Christian worldview, vol. 3, A Christian view of spirituality. Westchester, IL: Crossway Books, 1985, 5.](#)

[8 CALVINO, João. Institutes, 1.15.4.](#)

[10 Analogamente, Deus criou “Dia” e “Noite” \(Gn 1.5\) e depois criou o sol e a lua “para governarem o dia e a noite”, respectivamente \(Gn 1.16,18\)](#)

[11 BERRY, Wendell. What are people for?. Nova York: North Point Press, 1990.](#)

11 “Trabalhar” o jardim também significa guardá-lo como um santuário, exatamente como os levitas foram designados para “guardar” o santuário de Israel e os seus mobiliários (Nm 3.8). Assim, quando Adão e Eva pecaram, eles foram expulsos do Paraíso santo onde Deus habitava. Ele então guardou sua entrada com querubins e espadas flamejantes. O homem pecador não poderia mais se aproximar do Lugar Santíssimo (sem sacrifício e sangue), a não ser sob a dor da morte.

[12 MACDONALD, George. Phantastes. Grand Rapids: Eerdmans, 1981, 150.](#)

[13 Veja COOPER, John. Body, soul, and life everlasting. Grand Rapids: Eerdmans, 1989.](#)

[14 BAVINCK, Herman. Reformed dogmatics, vol. 2, God and creation. Grand Rapids: Baker, 2004, 558.](#)

15 PASCAL, Blaise. Pensées, no. 108, trad. A. J. Krailsheimer. Nova York: Penguin Books, 1984, 57.

16 Salmos 51.6; Provérbios 3.5-6; Eclesiastes 3.21; Ezequiel 36.26; Mateus 6.21; 22.37; Lucas 22.46; Romanos 7.22; 2Coríntios 4.16; 1Timóteo 1.5; 1Pedro 1.9; 2.25.

17 Ao contrário do ponto de vista dicotômico defendido aqui, o chamado dualismo holístico.

18 Cristo usa a mesma palavra para sugerir essa ideia em Mateus 12.25. “Todo reino dividido contra si mesmo [isto é, dividido por dentro] ficará deserto”. Veja também Marcos 3.24–26; Lucas 12.13; 1Coríntios 1.13; 7.33-34.

19 MURRAY, John. “Trichotomy”. In: The collected writings of John Murray, vol. 2. Edimburgo: Banner of Truth, 1977, 3-92.

20 Do mesmo modo, o Reino Unido e a Grã-Bretanha são referências que se sobrepõem. O Reino Unido inclui a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte, enquanto a Grã-Bretanha inclui a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales.

21 WALTKE, Bruce. YU, Charles. Old Testament theology. Grand Rapids: Zondervan, 2007, 225.

22 SORG, Theo. “Heart”. In: The international dictionary of New Testament theology, org. Colin Brown, vol. 2, G–Pre. Grand Rapids: Zondervan, 1971, 181; WALTKE, Old Testament theology, 225. Veja OWEN, John. The works of John Owen, vol. 6, Temptation and sin. Edimburgo: Banner of Truth, 1967, 169-76; BRIDGES, Jerry. The pursuit of holiness. Colorado Springs: NavPress, 2003.

23 Gênesis 6.5; Salmos 5.19; 19.14; 49.3; 77.6; 139.23; Lucas 2.19; 6.45; Romanos 10.9; Efésios 1.18; 4.18; Hebreus 4.12; 8.10.

24 1Samuel 13.14; CALVINO, João. Institutas, 1.11.8.

25 Também chamada de “aliança de vida” (BCW, P. 12; CFW P. 20) e de “aliança da criação” (KLINE, Meredith G. Kingdom prologue [Overland Park, KS: Two Age Press, 2000], 14-21).

26 Esse relacionamento de aliança entre o primeiro Adão e sua posteridade prefigura o relacionamento de aliança entre o último Adão e a sua posteridade (Rm 5.12-21; 1Co 15.22, 45).

27 Breve catecismo de Westminster, Pergunta 1.

28 O estado quádruplo do homem é uma expressão conhecida na teologia reformada e afetuosamente associada a Thomas Boston, pelo seu livro Human nature in its fourfold state. Edimburgo: Banner of Truth, 1989.

29 Confissão de fé de Westminster, 9.2.

30 Como citado em YANCEY, Philip. Soul survivor: How my faith survived the church. Nova York: Doubleday, 2001, 58.

31 KIDNER, Derek. Genesis: An introduction and commentary. Downers Grove, IL: Inter-Varsity Press, 1967, 67.

32 Ibid., 68; LEWIS, C. S. Perelandra. Nova York: Macmillan, 1944, 119.

33 KLINE, Meredith. Kingdom prologue. Overland Park, KS: Two Age Press, 2000, 126-27.

34 KIDNER, Derek. Genesis: An introduction and commentary. Downers Grove, IL: Inter-Varsity Press, 1967, 68.

35 Citado em WALTKE. Old Testament theology, 277.

36 Breve Catecismo de Westminster, 16. Imputar significa “creditar na conta de alguém”. Paulo usa o termo no seu sentido fiscal mais literal em Filemom 18: “se algum dano te fez ou se te deve alguma coisa, lança tudo em minha conta”. Inversamente, Deus pode perdoar e aceitar um cristão porque o nosso pecado é imputado a Cristo para o nosso perdão, enquanto a justiça de Cristo é imputada a nós para nossa aceitação (2Co 5.21).

37 ORWELL, George. My country right or left 1940–1943: The collected essays

journalism & letters of George Orwell, org. Sonia Orwell e Ian Angus. Jaffrey, NH: David R. Godine, 2000, 165.

38 O'CONNOR, Flannery. "A good man is hard to find", The complete stories of Flannery O'Connor. Nova York: Farrar Straus and Giroux, 1971, 127.

39 SHAKESPEARE, William. Macbeth, In: Tragedies, vol. 1. Nova York: Alfred A. Knopf, 1992, 5.1.54.

40 MADISON, James. Federalist 51, 1788.

41 Grosso modo, isso parafraseia uma declaração mais elegante que ouvi do professor David F. Wells no meu primeiro curso de Teologia sistemática no Seminário teológico Gordon-Conwell, no outono de 1987.

42 Essa afirmação é frequentemente atribuída a G. K. Chesterton, mas na verdade foi escrita pelo poeta belga Emile Cammaerts em The laughing prophet. Londres: Methuen & Co., 1937, comentando sobre Chesterton.

43 HUGO, Victor. Os miseráveis, trad. Francisco Ferreira da Silva Vieira. Centaur Editions, 2013. Livro décimo quinto, I.

44 SHAKESPEARE, William. Rei Lear, org. Ridendo Castigar Mores. Disponível: eBooksBrasil.com. Acessado em 18 de maio de 2018. Ato III, Cena IV.

45 WORDSWORTH, William. “Lines written in early spring”, William Wordsworth poems, Everyman’s Library Pocket Poets. Nova York: Alfred A. Knopf, 1995, 43.

46 CONRAD, Joseph. Heart of darkness. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993, 98. [O coração das trevas. Editorial Estampa, 2000, p. 86.]

47 Ibid, p. 104. “Vi-o [Kurtz] de boca muito aberta – tomar um aspecto extraordinariamente voraz, como se quisesse engolir todo o ar, toda a terra, todos os homens à sua frente.” Veja também alusões a Conrad em GOLDING, William. Lord of the flies. Nova York: Perigree, 2006, 104, 208; e O’CONNOR, Flannery. The complete stories of Flannery O’Connor, 127.

48 Catecismo maior de Westminster, 77.

49 A pergunta 69 do Catecismo maior de Westminster ensina que “justificação, adoção, santificação” manifestam a “união” do eleito com Cristo e a “participação da virtude da sua mediação”. Veja MURRAY, John. Redemption accomplished and applied. Grand Rapids: Eerdmans, 1988, 165; BERKHOF, Louis. Systematic theology. Edimburgo: Banner of Truth, 1984, 450.

50 O Novo Testamento comunica essa união entre Cristo e sua igreja metaforicamente: a videira e os ramos (Jo 15.5); a pedra angular e a igreja construída sobre ela (1Pe 2.4,5); a cabeça e o corpo (Ef 1.22; 4.16; Cl 1); o noivo e a noiva (Ef 5.22-33).

51 “Como Cristo não pode ser dividido em partes, assim também são inseparáveis essas duas que nele percebemos simultânea e conjuntamente: a justiça e a santificação.” CALVINO, João. Institutas, 3.11.6; 3.11.11.

52 Quando um incrédulo morre, sua alma é lançada no inferno, onde permanece em tormento, aguardando o dia do julgamento (Jd 6-7)

53 Isaías 13.6,9; Jeremias 46.10; Ezequiel 13.5; Joel 1.15; 2.1,11; 3.14; Amós 5.18,20; Obadias 15; Sofonias 1.7-8,14; Atos 2.20; 1Coríntios 5.5; 1Tessalonicenses 5.2; 2Tessalonicenses 2.2; 2Pedro 3.10-12.

O que é providência?

Derek W. H. Thomas

O que é providência?

Poucas coisas distinguem a cosmovisão cristã da secular com maior clareza do que a doutrina da providência. Essa doutrina insiste que tudo (sim, tudo) o que acontece, acontece porque Deus deseja que aconteça, deseja que aconteça antes de acontecer, deseja que aconteça do modo que acontece.¹ Essa visão sinaliza imediatamente que a História não é arbitrária nem fortuita; nem é “simples determinismo”, “O que será, será” ou “o que tiver de ser, será”, como se nossas próprias escolhas e envolvimento não tivessem relevância alguma, uma visão fatalista que mais reflete o islamismo do que o cristianismo bíblico.

A doutrina da providência é tão central que os relatos resumidos da doutrina cristã, como o Catecismo menor de Westminster, levantam a questão logo no início. Assim, a pergunta 11 do Catecismo menor é: “Quais são as obras da providência de Deus?” À qual é dada a resposta: “As obras da providência de Deus são à sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas.”

A palavra-chave é “todas”, sinalizando a totalidade do controle de Deus sobre o mundo em que vivemos. Nosso Pai celestial cuida dos seus próprios filhos, assegurando que seus propósitos para eles sejam cumpridos, a despeito das forças do pecado e do mal designadas para combater e frustrar suas intenções. No final, tudo ocorre de acordo com a vontade de Deus.

Tudo isso pode soar assustador ou reconfortante, dependendo do nosso referencial. Para os cristãos, pelo menos aqueles que não estão preocupados com questões filosóficas, essa é uma verdade gloriosíssima, pois é a base sobre a qual podemos estar certos de que o céu será nosso. Só é necessária uma molécula errante no universo para questionar a certeza do futuro e, a menos que possamos ter certeza de que tudo está sujeito ao governo soberano de Deus, há sempre a possibilidade de que o futuro possa não ser o que acreditamos que seria. É claro que os cristãos nem sempre pensam assim. A ideia da soberania de Deus parece

ameaçar a liberdade e a contingência humana. “E o livre-arbítrio?” é uma pergunta que frequentemente fica logo abaixo da superfície, explodindo com força vulcânica e, se a lógica for seguida, ameaçando toda possibilidade de certeza sobre toda e qualquer coisa.

A palavra providência consiste de um prefixo, pro, significando “na frente de” ou “antes”, e a raiz latina videre, “ver”. Evidentemente, palavras nem sempre significam o que sugere a sua etimologia e, nesse caso, “ver de antemão”, sugerindo presciência, não é o pretendido pela palavra providência. Providência sugere o cuidado de Deus com o mundo, tanto a sua supervisão de todos os acontecimentos e circunstâncias quanto a sua provisão para todas as nossas necessidades. É mais do que a capacidade de Deus de “ver” o futuro; é o seu cuidado ativo e determinado para assegurar que o que ele prometeu a nós realmente venha a acontecer.

As alternativas a essa robusta noção de providência são: Deus pode ver o futuro que deseja, mas é impotente para fazê-lo acontecer (falta de controle), ou que ele pode ver todos os futuros “possíveis” com base nas livres escolhas das pessoas sem determinar um futuro específico baseado apenas na sua própria vontade (outro modo de falta de controle), ou que seu controle é apenas geral, em que os detalhes individuais não são determinados de modo algum (controle limitado). Alguns reconhecem várias vertentes da ideologia teológica e filosófica nessas alternativas, tanto antigas quanto modernas, mas antes de examiná-las será útil examinar a questão de maneira bíblica e teológica.

A providência e a Bíblia

A Bíblia nos dá muitos exemplos do ordenamento providencial de Deus dos detalhes e das circunstâncias da vida das pessoas. Essas demonstrações concretas e visíveis da sua providência nos incentivam a ver que, assim como ele trabalhou na vida de determinadas pessoas no passado, ele é capaz de trabalhar no presente. Devemos tirar conclusões a partir desses relatos com considerável cuidado, para não interpretarmos incorretamente as coisas que são exclusivas a essas pessoas, e a localização precisa delas na história da redenção. Esses relatos não necessariamente significam que podemos esperar que Deus trabalhe na

nossa vida exatamente da mesma maneira.² No entanto, ver como Deus operou na vida dos outros, sendo sensíveis ao que pode ser único e ao que pode ser considerado mais genérico e atemporal em seu significado, deve nos levar a relembrar as palavras de Paulo a respeito de Israel no tempo da peregrinação pelo deserto: “estas coisas se tornaram exemplos para nós” (1Co 10.6). Portanto, iremos examinar três exemplos da Bíblia para nos ajudar a compreender o significado da providência de Deus: a história de Rute e sua sogra, Noemi, a de José e a de Jó.

Noemi e Rute

O livro de Rute é aquela pequena joia que brilha depois das trevas do livro de Juízes, um livro que termina com as sombrias palavras, “cada um fazia o que achava mais reto” (Jz 21.25). É um estribilho retirado de uma declaração anterior no livro: “Naqueles dias, não havia rei em Israel; cada qual fazia o que achava mais reto” (Jz 17.6). Desse entorno escuro emerge algo que, pelo menos num sentido, é totalmente inesperado; mas apenas para aqueles que não estão familiarizados com o modo de agir de Deus.

O livro de Rute é ilustrativo da doutrina da providência de dois pontos de vista distintos: no nível macrocósmico, no qual começamos a ver como os propósitos de Deus anunciados no jardim do Éden são cumpridos – que a “descendência” da mulher é colocada em inimizade com a “descendência” da serpente – o assim chamado protoevangelho (Gn 3.15). Essa é a história do Antigo Testamento, de Gênesis a Malaquias. Ela nos diz como o fluxo da história da redenção, dos patriarcas aos profetas, é aquele em que a linhagem do Messias é relatada. Foi o que possibilitou que Jesus conduzisse os dois discípulos na estrada de Emaús em um estudo bíblico “começando por Moisés, percorrendo por todos os Profetas”, destacando para eles “o que a seu respeito constava em todas as Escrituras” (Lc 24.27). Se a linha da história do Antigo Testamento não tivesse apresentado um tema unificador estabelecido pela providência divina, isso não teria sido possível. Deus assegurou que sua promessa de salvação aos pecadores por meio da obra expiatória do seu próprio Filho fosse cumprida, não por acontecimentos aleatórios contingentes às escolhas de homens e mulheres e às forças do mal sobre as quais Deus não tem controle final, mas por acontecimentos planejados e

certos. Há um plano geral. Deus reina por meio do serviço trôpego e manco do seu povo e da ira e maldade dos seus inimigos com vistas a estabelecer seu propósito eterno para este mundo. A história de uma família pequena e insignificante de Belém é um dos elementos básicos na vinda de Jesus Cristo ao mundo. Um filho nascido de Rute e seu marido, Boaz, torna-se avô do rei Davi.³

A história de Rute é também ilustrativa da doutrina da providência em um nível microcósmico. Ela nos mostra a sábia provisão de Deus de um marido para uma viúva moabita – que, em Belém, naquela época, era uma provisão necessária para assegurar sua libertação de uma vida de penúria. Quando, pela maravilhosa graça de Deus, Rute professou sua fé no Deus da sua sogra, evidenciando assim uma obra de conversão no seu coração, ela também prometeu ir com Noemi a Belém. Lá, não havia garantias para ela como uma viúva moabita, o que é em parte o motivo de Noemi ter insistido para que ela voltasse para o seu próprio povo (Rt 1.8-9). Ela não sabia que Deus proveria para ela de uma maneira que seria uma fonte de espanto para sempre. Nas palavras do poeta inglês William Cowper:

Para executar suas maravilhas,

Deus move-se de um modo misterioso;

Ele deixa suas pegadas no mar

E cavalga sobre a tempestade.⁴

Evidentemente, o problema de deixar as pegadas no mar é que os líquidos não mantêm a forma dos pés quando eles são retirados. Em outras palavras, os caminhos de Deus nem sempre podem ser discernidos por nós de qualquer maneira visível e transparente, e requer de nós um grau de confiança e fé na providência de Deus. De modo que só depois se tornaram mais claros, o respigar de Rute nos campos de cevada de Belém era parte do plano de Deus o tempo todo, pelo qual ela e Boaz se encontrariam e acabariam se casando e tendo um filho chamado Obede, “pai de Jessé, pai de Davi” (Rt 4.17). Numa escala microcósmica, Rute poderia expressar assombro pela providência (provisão!) de Deus na sua hora de necessidade. Como colocou o puritano John Flavel: “Por

vezes, as providências, assim como as letras hebraicas, devem ser lidas de trás para frente.”⁵

Numa escala macrocósmica, ela não sabia quase nada sobre o seu papel no cumprimento da promessa de Deus no jardim do Éden. Nesse nível, havia aspectos do que Deus fez na sua vida que apenas gerações futuras entenderiam. E dariam glória a Deus.

José

Toda a vida de José é resumida em Gênesis 50.20: “Vós, na verdade, intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem”. O adolescente que conhecemos no início da história nesse momento tem mais de 100 anos de idade. Sua vida completou o ciclo e ele está se dirigindo aos seus enganadores irmãos. A ação deles ao vendê-lo como escravo não tinha nada além de más intenções. A malevolência deles de modo algum pode ser diminuída pelo conhecimento de que as coisas não terminaram como poderiam ter terminado. A verdade é que Deus anulou as más ações deles para cumprir um objetivo que nem eles, nem José poderiam ter imaginado. Deus obteve o bem a partir do mal. Nas palavras da Confissão de Westminster, pela sua providência Deus “sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas” para pôr em execução um plano soberanamente predeterminado.⁶

Deus concretizou esse plano predeterminado por meio de uma estratégia complicada que inicialmente não gerou confiança de um bom resultado. A descida de José à escravidão seguida por uma falsa acusação de estupro, que resultou num longo período de prisão, implicou sua espiral descendente até o fundo do poço. Dificilmente sua vida poderia ter sido pior. Somente mais tarde, do ponto de vista do que Deus realmente havia feito – assegurar que um herdeiro da promessa da aliança estivesse na posição mais poderosa do Egito, numa época em que a fome engolfou Canaã, desse modo garantindo a sobrevivência da família da aliança – José pôde olhar para trás e ver a mão de Deus. Foi necessária fé da parte de José para aprender essa lição, e – nas palavras de Shakespeare – para descobrir que:

Há uma divindade que modela nossos propósitos

Do modo como ele os quer, por mais mal traçados que sejam.⁷

A metáfora empregada por Shakespeare é retirada da antiga prática das podas de sebes. A prática envolvia duas pessoas, uma podando de maneira rápida e grosseira, e a outra indo em seguida, fazendo cortes e modelagens detalhados. Para dizer o mínimo, José vinha traçando a poda rusticamente, mas Deus moldou seu próprio projeto. Olhando para as coisas da perspectiva de Deus, vemos uma sabedoria que é incomparável e majestosa. Não importa o quanto a situação fique tenebrosa, sua mão está sempre no controle. Ou, como o poeta William Cowper escreveu no hino citado anteriormente:

Não julgues pelo teu sentir

Sua graça há de sustar;

Por trás do seu penoso agir

Sua face podes ver.

Propósitos vão se mostrar;

Em todo o acontecer.

Sementes podem amargar,

Para doce fruto ser.

A providência tem em mente questões mais amplas do que apenas nosso conforto ou ganho pessoal. Em resposta à pergunta frequentemente feita em tempos de dificuldade, “Por que eu?”, a resposta que a narrativa dá é, “Eles!” Ele nos permite sofrer para que outros possam ser abençoados. José sofreu para

que seus indignos irmãos pudessem receber bênçãos. No caso deles, eles seriam mantidos vivos durante um tempo de fome e teriam as promessas da aliança feitas ao seu pai, seu avô e seu bisavô reafirmadas diante dos seus olhos.

O que você acha que passou pela mente daqueles discípulos que carregaram o corpo ensanguentado de Estevão para sepultá-lo? Talvez tenham sido tentados a dizer: “Que desperdício! Deus não poderia ter poupado este piedoso homem para que ele pudesse ser útil à igreja em seu tempo de necessidade? Será que de fato Deus se importa conosco?” Em todos esses questionamentos, eles estariam mostrando a visão míope que é uma grande parte da incredulidade. Eles não estariam considerando os propósitos divinos. Ali, ao lado daquele cadáver, estava um homem sobre o qual a morte de Estevão teve o mais profundo impacto. Ao ouvir a voz de Jesus falar com ele e o acusar de persegui-lo (i.e., a Jesus), Paulo aprendeu o que provavelmente é o aspecto mais característico dos seus escritos posteriores: perseguir um dos pequeninos de Jesus é perseguir o próprio Jesus, pois todo cristão está ligado a Jesus Cristo numa união indissolúvel.

E quais foram os propósitos por trás do sofrimento de José? Tal como acontece com a história de Rute, pelo menos dois se destacam. Primeiro, José aprendeu que independentemente do que lhe acontecesse pessoalmente, ele fazia parte de um propósito maior no qual o plano de Deus estava sendo revelado. Nesse caso, José não podia guardar rancor contra seus irmãos, por pior que tivesse sido o comportamento deles. É verdade que eles devem reconhecer o pecado que haviam cometido e confessá-lo; isso explica o longo caminho pelo qual José finalmente se revela a eles como seu irmão depois de fazê-los pensar que haviam roubado do príncipe do Egito. Deus o usou como um instrumento no crescimento espiritual dos seus irmãos, e José mostrou compreender isso pela sua indisposição a guardar rancor contra eles. Os sofrimentos pessoais que ele havia suportado não importavam. Deus estava trabalhando na vida dos seus irmãos, e ele só podia ser grato por isso.

Mas em segundo lugar, e numa escala muito maior, José começa a aprender a resposta para a pergunta: “Como as promessas feitas a Abraão serão cumpridas?” De certa maneira, a cena final do enterro de Jacó em Canaã, assistida por uma enorme comitiva de egípcios, parece ser uma maneira curiosa de encerrar a história de José.

Respondeu Faraó: Sobe e sepulta o teu pai como ele te fez jurar. José subiu para sepultar o seu pai; e subiram com ele todos os oficiais de Faraó, os principais da sua casa e todos os principais da terra do Egito, como também toda a casa de José, e seus irmãos, e a casa de seu pai; somente deixaram na terra de Gósen as crianças, e os rebanhos, e o gado. E subiram também com ele tanto carros como cavaleiros; e o cortejo foi grandíssimo. (Gn 50.6-9)

Por que Moisés está nos contando que os egípcios foram com José e sua família para sepultar seu pai, Jacó? Ele quer que entendamos que, no final, os egípcios estão homenageando a família de José. Quando Jacó faz com que seu filho prometa sepultá-lo na terra da promessa (veja Gn 50.5), ele está relembrando a promessa que Deus havia feito a Abraão de uma terra – uma terra que nessa época eles não possuíam a não ser esse pedaço para servir como sepultura. No final do Gênesis, o povo de Deus está longe de possuir Canaã. Eles irão passar quatrocentos anos em cativeiro no Egito. Mas no sepultamento de Jacó há um vislumbre das coisas que estão por vir. Deus não havia se esquecido da sua promessa. Ele nunca esquece.

Jó

Não há livro na Bíblia como o livro de Jó. Trata-se de um conto sobre um homem que perde tudo: seus dez filhos, toda a sua fortuna e, por fim, a sua saúde. Não é o conto de um homem perverso que sofre uma perda incalculável, caso em que poderíamos achar justo, como alguém que está apenas recebendo o que merece. Não. Por três vezes somos informados desde o primeiro momento do relato que Jó era “íntegro e reto, temente a Deus e que se desviava do mal” (Jó 1.1,8; 2.3). Esse não é um caso de: “por que coisas ruins acontecem a pessoas más?” Essas circunstâncias são, em parte, explicadas recorrendo-se à justiça de Deus. A pergunta que paira no capítulo inicial do livro de Jó é de outra natureza: por que coisas ruins acontecem a pessoas piedosas? A massiva extensão do sofrimento de Jó parece questionar algo no coração do próprio Deus.

Não é possível recorrer a uma solução que identifique Satanás como a causa de

todo o mal no universo, desse modo isentando Deus de qualquer envolvimento e culpabilidade, porque na história de Jó é Deus que parece ser o grande responsável pelos acontecimentos subsequentes. É Deus quem chama Satanás à sua presença para que ele faça um relato das suas atividades (Jó 1.6).

Adicionalmente, é sob a sugestão do Senhor que Jó torna-se alvo da atenção de Satanás: “Observaste o meu servo Jó?” (Jó 1.8; 2.3). É o dilema que o profeta Amós apresenta: “Sucederá algum mal à cidade, sem que o Senhor o tenha feito?” (Am 3.6). Esse era claramente o modo como Jó via: “Compadecei-vos de mim, amigos meus, compadecei-vos de mim, porque a mão de Deus me atingiu” (Jó 19.21).

A “solução” de que Deus é bom, mas não soberano, embora seja empregada com frequência, não soava plausível para Jó. Esse, de acordo com o rabino Harold Kushner, era o problema de Jó. No seu famoso livro escrito em 1981, *When bad things happen to good people* [Quando coisas ruins acontecem a pessoas boas], ele escreveu: “Deus quer que os justos vivam uma vida tranquila e feliz, mas às vezes nem ele pode fazer isso acontecer. É difícil demais, até para Deus, evitar que a crueldade e o caos reivindiquem suas vítimas inocentes.”⁸ Mais recentemente, numa visão cada vez mais popular conhecida como teísmo aberto, visões semelhantes vêm sendo expressas limitando o poder de Deus numa tentativa de preservar a liberdade humana. Gregory Boyd, por exemplo, escreveu: “Deus deve trabalhar com, e lutar contra, outros seres criados. Embora nenhum desses seres nunca consiga ter o mesmo poder que o próprio Deus tem, cada um tem algum grau de influência verdadeira no cosmos.”⁹

De acordo com essas visões, quando Jó concluiu: “Nu saí do ventre de minha mãe e nu voltarei; o Senhor o deu e o Senhor o tomou; bendito seja o nome do Senhor!” (Jó 1.21), e, “Temos recebido o bem de Deus e não receberíamos também o mal?” (Jó 2.10), ele estava errado em atribuir seu sofrimento à soberania de Deus. Porém, para sermos mais coerentes com os dados das Escrituras, devemos concluir que na guerra traumática entre Deus e “forças espirituais” (Ef 6.12), na qual os cristãos são frequentemente o campo de batalha, Satanás deve obter permissão para tocar um dos filhos de Deus (Jó 1.12; 2.6; Lc 22.31-32). Quaisquer que sejam os problemas que surjam (e problemas verdadeiros sempre surgem), uma “solução” apresentada à custa da soberania de Deus é uma solução que não faz justiça aos dados das Escrituras. Sem dúvida, a aflição é a obra “misteriosa” de Deus: “porque não aflige, nem entristece de bom grado os filhos dos homens” (Lm 3.33). No entanto, a aflição é algo que Deus envia sobre seu povo.

No final, Jó nunca recebe uma explicação para o seu sofrimento a não ser que está além do entendimento dele. Ele é reduzido a colocar a mão sobre a boca como um sinal de sua submissão a uma vontade maior em que deve confiar, mesmo quando não entende (Jó 40.4). Em lugar algum Deus lhe diz que as circunstâncias desesperadoras em que ele se encontra estavam fora do controle de Deus, que ele deve considerar a complexidade do mundo sobrenatural no qual forças poderosas das trevas estão agindo e às quais até mesmo o soberano Deus deve ceder. Em nenhum momento, Deus abdica do seu governo. Ele nunca tira a mão do leme. Ele permanece no controle mesmo nas mais tenebrosas circunstâncias.

Escolhendo o que é certo

Considerado de modo simples, há três visões da providência divina que buscam manter uma perspectiva mais elevada da soberania de Deus neste momento: a visão clássica ou agostiniana-calvinista, a visão “arminiana” ou simples presciência divina, e a visão conhecida como molinismo.

A visão clássica, adotada por teólogos do calibre de Agostinho, Anselmo, Aquino, Lutero, Calvino e Edwards, afirma que tudo o que acontece, tanto o bem quanto o mal, ocorre de acordo com um plano predeterminado do Deus Todo-Poderoso. Deus sabe o que irá ocorrer no futuro porque ele o predeterminou. Essa perspectiva não apenas afirma uma abrangente presciência divina da parte de Deus, incluindo as ações voluntárias dos seres humanos, como também insiste que essa presciência é impossível a menos que Deus também tenha predeterminado o futuro. Nas palavras de Jonathan Edwards, se Deus sabe de algo antes que ocorra, “então é impossível que seja de outra maneira”, acrescentando, “isso é o mesmo que dizer, é impossível que o acontecimento não tenha lugar: e isso é o mesmo que dizer que seu acontecimento é necessário”.¹⁰

Essa é a visão clássica da providência. Essa visão assume que a exaustiva presciência e o poder infinito de Deus concretizam seu propósito imutável. Resumidamente, essa visão de providência afirma “que nas criaturas não há poder, ação ou movimento aleatórios, mas que elas são de tal modo governadas pelo conselho secreto de Deus, que nada acontece a não ser o que ele, consciente

e deliberadamente, o tenha decretado”.¹¹

Alternativamente, há duas visões que buscam sustentar aspectos da soberania de Deus (seja seu poder ou sua presciência, ou ambos), enquanto mantêm uma visão “verdadeira” da liberdade e do poder humanos para escolher em qualquer contexto possível. Ambos os pontos de vista visam a preservar algum tipo de controle e presciência teísta, mas à custa de um elemento de “risco” da parte de Deus. O resultado em ambos os casos não é totalmente certo do ponto de vista de Deus. Em diferentes graus, ambas as visões compartilham a priorização da liberdade humana de tal maneira que “atos livres” são determinados somente pela vontade da pessoa. A liberdade humana envolve, de acordo com essa visão, o poder da escolha contrária de tal modo que, precisamente dentro das mesmas circunstâncias, um resultado alternativo poderia ter sido escolhido, desse modo alterando o curso dos acontecimentos.

Conquanto na visão clássica, Deus sabe de antemão porque ele preordena, na segunda visão (às vezes conhecida como simples presciência divina), Deus preordena porque ele sabe de antemão. A relação entre a vontade de Deus em determinar o futuro e a resposta do homem é inteiramente invertida. Deus escolhe com base numa certa escolha feita pelo homem. De uma só vez, isso (é afirmado) preserva a verdadeira escolha humana (liberdade) e fornece uma solução melhor para o problema do mal (localizando-o na verdadeira liberdade humana em vez de na vontade de Deus). Essa visão (associada a Jacó Armínio) é mais claramente expressa por William Hasker: “Está claro que a presciência de Deus não pode ser usada para provocar a ocorrência de um acontecimento conhecido de antemão, nem para impedir que esse acontecimento tenha lugar. [...] Na ordem lógica de dependência dos acontecimentos, pode-se dizer que, na ‘hora’ em que Deus fica sabendo que algo acontecerá, é ‘tarde demais’ para provocar o seu acontecimento ou para impedir que ele aconteça.”¹² Deve ser imediatamente óbvio que essa visão limita a liberdade e o poder de Deus.

Apresentando o “conhecimento médio”

Já apresentamos duas visões da providência: a visão clássica envolvendo uma estratégia “sem riscos” da parte de Deus, na qual todo acontecimento tem lugar

porque Deus quis que ocorresse, e a visão da simples presciência divina, que subordina a soberania de Deus ao livre-arbítrio humano, preservando a presciência divina à custa da limitação da soberania divina. Observando as implicações para a soberania divina e a necessidade de preservar o livre-arbítrio humano, o teólogo jesuíta do século 16, Luís de Molina (1535-1600), propôs um modelo alternativo envolvendo o conceito de “conhecimento médio”, que ficou conhecido como molinismo.¹³

Para colocar de modo simples, o conhecimento médio afirma que, além das verdades necessárias (verdades como aritmética ou lógica) e conhecimento livre (coisas que são verdadeiras porque Deus as quer – que em 2007 Jackson é a capital do Mississippi e que o Boston Red Sox é o campeão da série mundial de beisebol) há coisas que são possivelmente verdadeiras – e que seriam verdadeiras sob determinadas circunstâncias. Se eu não tivesse procrastinado ao escrever este capítulo que você está lendo agora, ele teria chegado às mãos do editor vários meses antes. Se eu tivesse permanecido em Belfast em 1996, em vez de aceitar um convite para ensinar num seminário nos Estados Unidos, meu filho não estaria agora morando nos Estados Unidos.

Esses possíveis resultados são antecipados na própria Bíblia: uma passagem usada tanto por Molina, quanto por defensores atuais do teísmo aberto é Mateus 11.20-24. Jesus disse aos cidadãos de Betsaida e Corazim – cidades nas quais haviam sido realizadas obras poderosas, mas que não resultaram em fé – que se essas mesmas obras tivessem sido realizadas em Tiro e Sidom, as pessoas teriam se arrependido. Essa não é uma afirmação do que realmente aconteceu, mas do que teria acontecido sob certas circunstâncias. É um exemplo de conhecimento médio. Assim, o molinismo sugere que Deus conhece todos esses possíveis resultados ou mundos. A partir dessa série infinita de possibilidades, a vontade de Deus deseja o presente mundo que você e eu conhecemos.

Os defensores da visão clássica da providência não negam que Deus conheça todos os possíveis resultados. Isso é um corolário da sua onisciência. No entanto, o que o molinismo afirma é que Deus “escolhe” (efetiva) o mundo (a partir de uma série infinita de possibilidades) na qual homens e mulheres fazem as escolhas livres que fazem. Dentre esses mundos possíveis, ele escolhe o que agora conhecemos e vivenciamos. Como William Lane Craig, um defensor do conhecimento médio, coloca isso: “Uma vez que Deus sabe o que qualquer criatura livre faria em qualquer situação, ele pode, mediante a criação de situações apropriadas, fazer com que essas criaturas alcancem seus fins e

propósitos e que elas façam isso livremente.”¹⁴

O problema com essa visão é que se em qualquer série de circunstâncias há uma possibilidade real de que alguém possa escolher diferentemente – algo que é necessário se o livre-arbítrio humano deve ser mantido – não é possível predizer o que aquela pessoa pode escolher e, portanto, não é possível que Deus concretize o resultado total sem violar a liberdade da pessoa de escolher.¹⁵

Até este ponto, embora tenhamos afirmado que os arminianos e os molinistas estão errados no que diz respeito a uma visão bíblica da providência, eles têm a providência em alta conta e compartilham muitas das crenças daqueles que mantêm a visão clássica. Porém, mais recentemente surgiu outra visão da providência, a qual abandona o entendimento tradicional da presciência de Deus. É conhecida como teísmo aberto (ou teologia da abertura). Essa visão sustenta que Deus não é onisciente. Uma vez que o molinismo não consegue preservar o indeterminismo humano (em algum nível, Deus ainda faz uma “escolha” ao definir que série de possíveis verdades acionar), os teístas abertos abandonaram a afirmação de que Deus conhece o futuro em sua totalidade. Em vez disso, afirmam que “Deus sabe tudo sobre o futuro quanto lhe é logicamente possível saber”.¹⁶ Em vez de adotar a visão de que Deus conhece todos os futuros possíveis, os adeptos do teísmo aberto alegam (corretamente) que, se a liberdade humana absoluta for mantida, o futuro não pode ser conhecido com absoluta certeza. Deus conhece o passado e o presente de modo perfeito e exaustivo. Mas ele não pode, baseado nisso, conhecer o futuro da mesma maneira.

O teísmo aberto não nega apenas o entendimento tradicional do conhecimento exaustivo de Deus, mas também nega o entendimento tradicional do poder de Deus. Como diz um dos mais conhecidos defensores do teísmo aberto: “Deus deve trabalhar com, e lutar contra, outros seres criados. Embora nenhum desses seres nunca consiga ter o mesmo poder que o próprio Deus tem, cada um tem algum grau de influência verdadeira no cosmos.”¹⁷ Para ver aonde essa visão nos leva, observemos a interpretação do mesmo escritor sobre os sofrimentos de Jó: “foi Satanás, não Deus quem afligiu Jó. O verdadeiro Deus entrou na aposta com Satanás e permitiu que ele afligisse Jó para responder ao ataque de Satanás à sua integridade. Nesse sentido, o Senhor enviou os problemas de Jó sobre ele. Porém, não foi ele mesmo quem planejou ou causou tais tribulações, como Jó alega mais adiante. [...] O que acontece com Jó certamente não faz parte do plano perfeito de Deus para a vida dele”.¹⁸ Deus está à mercê das forças do mal dentro do cosmos (e até do próprio cosmos), e a única certeza que temos é que o

seu poder é maior do que a delas. Contudo, não pode haver garantia de que a vitória final virá, mas apenas otimismo baseado na experiência passada das vitórias divinas.¹⁹Essa visão pode sustentar a verdadeira liberdade humana, mas à custa de uma alteração radical no nosso entendimento tradicional de Deus.

A evidência bíblica

Qual é a evidência bíblica para a visão clássica da providência de que Deus está no controle absoluto do passado, do presente e do futuro? A evidência é substancial:

(1) A soberania de Deus sobre toda a criação. Tendo criado o universo, ele continua a sustentá-lo: “Tudo foi criado por meio dele [...] Nele, tudo subsiste” (Cl 1.16-17).

(2) Deus cumpre um plano divino na criação. “Tudo quanto aprouve ao Senhor, ele o fez, nos céus e na terra, no mar e em todos os abismos” (Sl 135.6).

(3) A soberania de Deus se estende às pessoas – até mesmo às ímpias. Falando do Faraó do Egito, Deus diz por meio de Moisés, “mas para isso te hei mantido, a fim de mostrar-te o meu poder, e para que seja o meu nome anunciado em toda a terra” (Êx 9.16). Até mesmo na questão do endurecimento do coração de Faraó, a Bíblia insiste que isso também foi obra de Deus (Êx 9.12; cf. 4.21; 10.20; 11.10).

(4) A soberania de Deus estende-se a acontecimentos “do acaso”: “A sorte se lança no regaço, mas do Senhor procede toda decisão” (Pv 16.33).

(5) Deus é soberano sobre os acontecimentos mais terríveis. Pedro pronunciou no dia do Pentecostes que, em certo nível, a crucificação de Jesus havia se dado por causa da maldade dos judeus incrédulos em Jerusalém; ao mesmo tempo, ocorreu “pelo determinado desígnio e presciência de Deus” (At 2.23). E o profeta Isaías declarou: “Eu sou o Senhor, e não há outro. Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas estas coisas” (Is 45.6-7).

(6) Deus é soberano na vida do seu povo antes que sejam trazidos à existência. O salmista declara que “os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda” (Sl 139.16).

(7) A soberania de Deus assegura que podemos confiar na profecia preditiva na Bíblia. Os adeptos do teísmo aberto são especialmente vulneráveis nesse ponto. Se Deus não pode conhecer o futuro completamente (na melhor das hipóteses, tudo o que pode ser conhecido por nós e por Deus é uma trajetória de expectativa baseada em dados estatísticos de exemplos passados e presentes), então nosso entendimento tradicional de profecia – uma garantia de que determinado resultado acontecerá com base na aliança imutável e no absoluto poder de Deus para assegurar o seu cumprimento – é suspeito. Quando Deus faz uma promessa a Abraão e a repete à sua descendência – por exemplo, “toda esta terra de que tenho falado” (Êx 32.13; cf. Gn 15.13,18; 28.15) – a certeza de seu cumprimento não pode ser garantida à parte de uma visão tradicional de profecia. Isso inclui profecias como a encarnação do Salvador para a sua segunda vinda, porque nenhuma delas é garantida à parte de uma consideração da total soberania de Deus para fazê-las acontecer.

(8) A soberania de Deus como tradicionalmente entendida é um corolário necessário do evangelho. Para que o evangelho seja “boa-nova”, é preciso haver alguma certeza de que há vitória – sobre o pecado, sobre a morte, sobre Satanás. No caso do teísmo aberto, não pode haver certeza de que algum espírito malévolo não se erguerá e prejudicará seriamente a vitória obtida na cruz. E no caso do arminianismo é dado crédito demais à autonomia da decisão humana para assegurar que qualquer evangelho oferecido será escolhido. Isso porque a Bíblia também afirma com igual convicção que o “homem natural” – a pessoa não convertida em união com Adão – é tão forjada pelos efeitos do pecado em sua mente, afeições e vontade que ela não apenas não irá escolher, mas não consegue escolher o bem que lhe é oferecido. “Por isso, o pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus” (Rm 8.7-8). Como Jesus colocou, “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer” (Jo 6.44).

A evidência é impressionantemente expansiva e toca em alguns dos temas mais difíceis, incluindo a área do sofrimento e a abrangente questão do mal em si.

Providência e sofrimento

Nos três casos citados acima – as circunstâncias de José no Egito, Noemi e Rute em Moabe e Belém, e Jacó na terra de Uz – a distribuição da calamidade parece ser um tanto aleatória, talvez pudéssemos até mesmo dizer caprichosa. Esse é o problema que enfrentamos em relação à doutrina da providência. Como mantemos a bondade de Deus quando parece que as coisas más não acontecem simplesmente “sob a sua guarda”, mas de acordo com seu plano.

O problema surge em relação à própria criação. O mundo está fora dos eixos, “sujeito à vaidade” (Rm 8.20) e, conseqüentemente, “geme e suporta angústias” (Rm 8.22). Ele “sofre”, embora não tenha pecado. Foi Adão que pecou no jardim do Éden, e o solo é amaldiçoado por ele ter sido malsucedido: “maldita é a terra por tua causa” (Gn 3.17). Ela sofre por causa da sua identificação com Adão, do mesmo modo que experimentará uma emancipação do seu atual “cativeiro” (Rm 8.21) na criação dos novos céus e nova terra pelo Segundo Adão (Is 65.17; 66.22; 2Pe 3.13).

O problema também se mostra em relação ao que é às vezes chamado de “sofrimento inocente”. Podemos insistir, no caso dos seres humanos, que nunca é o caso de o inocente sofrer, porque na verdade são sempre pecadores que sofrem, e que a alegação de inocência só pode ser feita com integridade no caso de Jesus. Ele nunca pecou e ainda assim esteve sujeito à hostilidade não apenas de Satanás e do mundo dos pecadores, mas também da fúria não mitigada da justiça retributiva de Deus na cruz. Recentemente, isso tem dado origem a muitas dúvidas sobre essa interpretação da cruz – que o sofrimento de uma pessoa inocente é inerentemente injusto, e questiona a integridade da providência de Deus com respeito ao seu Filho.²⁰ Porém, isso é entender mal a natureza e o propósito da substituição. No momento do juízo, quando a justa indignação de Deus cai sobre o seu Filho na cruz e Jesus é ouvido repetindo o sentimento do salmista ao sentir-se desamparado por Deus, “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Sl 22.1; cf. Mt 27.46, Mc 15.34), Jesus não é inocente; ele assumiu o lugar dos ímpios. Como o substituto, ele morre em favor do justo, e o que ele recebe é justiça – justiça perfeita e correta.

Porém, o sofrimento inocente não pode ser ignorado simplesmente pela consideração do fato de que o mundo em que vivemos está sob a maldição (Gn 3.17). O sofrimento de Jó é um dilema precisamente porque ele nos é apresentado – pelo próprio Deus – como um homem piedoso (Jó 1.8; 2.3). Do mesmo modo, o cego curado por Jesus em João 9 era cego de nascimento. Sua condição provocou a pergunta dos discípulos de Cristo: “Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” (Jo 9.2). É verdade que até mesmo no nascimento, esse homem herdou a culpa da transgressão de Adão: “por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12).²¹

No entanto, essa não é a linha de raciocínio que Jesus segue na sua resposta. Em vez disso, ele diz aos discípulos que o sofrimento daquele homem era para um propósito de instrução: “Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi para que se manifestem nele as obras de Deus” (Jo 9.3). Essa resposta não nega a pecaminosidade do homem ou dos seus pais; a questão é que nenhum deles contribuiu para o fato da cegueira dele. A razão para a sua condição estava fora dessas considerações, cumprindo a “lei da colheita” da Bíblia: o sofrimento vem sobre um para que a bênção venha sobre outro, de acordo com o princípio, “se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer, produz muito fruto” (Jo 12.24). Não há dúvida de que o sofrimento e a consequente cura desse homem, para não mencionar o relato da recuperação de Jó, provam ser um enorme encorajamento para nós. Nós lemos essas histórias e vemos a mão de Deus operando na vida dessas pessoas. É verdade que elas não necessariamente vivenciam o que talvez esperássemos, mas em cada caso há a garantia de que o que acontece com elas não é mero produto do acaso ou da boa sorte, ou a engenhosidade da pessoa em fazer boas escolhas.

Providência e pecado

Para as perguntas “como se originou o pecado?” e “por que Deus permitiu isso?” não pode haver uma resposta final que satisfaça todas as possíveis nuances. Para a segunda pergunta, a via mais promissora é a resposta que sugere que Deus tinha uma boa razão para fazê-lo. Deus criou Adão e Eva de tal maneira que eles pecaram. Qual possível razão Deus poderia ter para isso? A resposta deve estar

ao longo da linha de que algum bem maior resultaria, um bem que não aconteceria caso não tivesse havido pecado no mundo. Essa é uma visão classicamente declarada por Agostinho:

Pois o Deus Todo-Poderoso, que, como até mesmo os pagãos reconhecem, tem poder supremo sobre todas as coisas, sendo ele próprio soberanamente bom, jamais permitiria a existência de qualquer coisa má entre as suas obras se não fosse tão poderoso e bom de modo que pudesse extrair bem até mesmo do mal.²²

Quaisquer que sejam os méritos desse argumento, o fato é que Deus coordena todos os acontecimentos e circunstâncias para produzir o bem. Esse é o testemunho da conhecida passagem em Romanos 8: “todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus” (Rm 8.28). C. H. Spurgeon escreveu as seguintes palavras sobre esse versículo:

Em alguns pontos, um cristão tem absoluta certeza. Ele sabe, por exemplo, que Deus se assenta na popa da embarcação quando ela mais balança. Ele crê que uma mão invisível está sempre no leme do mundo, e que sempre que a providência possa se desviar, Jeová corrige sua rota. Esse conhecimento reconfortante o prepara para tudo. Ele olha para as águas revoltas e vê o espírito de Jesus andando sobre as ondas, e ouve uma voz dizendo: “Sou eu, não temas”. Ele sabe que Deus é sempre sábio e, sabendo disso, tem a certeza de que não pode haver acidentes, nem erros; que nada pode acontecer que não deva ter lugar. Ele pode dizer: “Se eu perder tudo o que tenho, é melhor perder do que ter, se Deus assim o quiser: a pior calamidade é a coisa mais sábia e amável que poderia me suceder se Deus a ordenar.” “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus.” O cristão não sustenta isso como uma mera teoria, mas sabe disso de fato. Tudo tem cooperado para o bem até hoje; as drogas venenosas misturadas em proporções adequadas geram o medicamento; os afiados cortes do bisturi removem o granuloma e facilitam a cura. Todo acontecimento até hoje trouxe os resultados mais divinamente abençoados; e assim, crendo que Deus governa tudo, que ele governa sabiamente, que ele traz o

bem do mal, o coração do cristão tem certeza, e ele é capaz de enfrentar calmamente cada um dos desafios que se apresentam. O cristão pode orar no espírito de verdadeira submissão: “Envia-me a tua vontade, meu Deus, contanto que venha de ti; da tua mesa nunca veio uma má porção para qualquer um dos teus filhos”.²³

Providência e responsabilidade humana

Dada a elevada visão da soberania divina na formulação clássica da providência, é fácil que escorreguemos para algum tipo de determinismo ou fatalismo em relação à responsabilidade humana. “O que será, será” (“o que tiver que ser, será”) cantou Doris Day no filme de 1956 de Alfred Hitchcock, *O homem que sabia demais*, e como a canção, os cristãos podem “saber demais” – ou achar que sabem demais – sobre a soberania de Deus de modo que justificam todos os tipos de negligência (deixar de estudar para uma prova, sair atrasado para uma reunião), defendendo que essa é a vontade de Deus. A resposta da Escritura a esse tipo de pensamento é rápida e decisiva: “Pela muita preguiça desaba o teto, e pela frouxidão das mãos goteja a casa” (Ec 10.18). “O preguiçoso não lavra por causa do inverno, pelo que, na sega, procura e nada encontra” (Pv 20.4). Essas passagens nos incitam ao mais fervoroso esforço para assegurar que não negligenciemos a nossa responsabilidade.

No capítulo 4 de Atos, Pedro e João estão sendo ameaçados pelo Sinédrio judaico a não pregar ou ensinar em nome de Jesus Cristo. Quando os dois relataram a questão aos demais discípulos, levaram coletivamente o problema em oração diante de Deus: “Tu, Soberano Senhor, que fizeste o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há; [...] Levantaram-se [...] Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram” (At 4.24-28)

Eles certamente criam numa visão superior da soberania e predeterminação de Deus no que era uma circunstância má. Mas o que eles estão fazendo com essa informação? Resignando-se a um tipo de paralisia fatalista? Não. Eles estão urgentemente suplicando ao Deus do céu para ouvi-los e dar-lhes ousadia em sua decisão de oposição: “olha para as suas ameaças e concede aos teus servos que

anunciem com toda a intrepidez a tua palavra” (At 4.29). A crença deles na soberania divina (por que mais oraríamos?) fez com que fossem muito mais ousados para agir. No Novo Testamento não há nenhuma sugestão de que a crença na soberania divina tivesse levado à inércia e à indecisão. Como coloca Jerry Bridges:

A oração assume a soberania de Deus. Se Deus não é soberano, não podemos garantir que ele é capaz de atender às nossas orações. As nossas orações não passariam de desejos. Mas enquanto a soberania de Deus, juntamente com a sua sabedoria e amor, for a base da nossa confiança nele, a oração é a expressão da confiança.²⁴

Os teólogos e filósofos cunharam a palavra “compatibilismo” para descrever esse relacionamento entre soberania divina e responsabilidade humana. Ambas são verdadeiras e ambas precisam de igual ênfase. C. S. Lewis explicou da seguinte maneira:

Na peça Hamlet, Ofélia sobe num galho que pende sobre um rio; o galho se quebra e ela cai e se afoga. O que você responderia se alguém perguntasse: “Ofélia morreu porque Shakespeare quis que morresse por razões poéticas naquele momento ou porque o galho quebrou?” Penso que teríamos de dizer: “Por ambas as razões”. Cada acontecimento na peça resulta de outros acontecimentos na mesma peça, mas também todos eles acontecem porque o poeta assim o deseja. Todos os acontecimentos na peça são shakespearianos; do mesmo modo, todos os acontecimentos no mundo real são providenciais. [...] A “providência” e o princípio da causação natural não são alternativas; ambos determinam cada acontecimento porque ambos são o mesmo.²⁵

Por fim, a doutrina da providência divina é um chamado para que confiemos em Deus. Tomemos, por exemplo, o caso de Jacó.

Há poucas palavras mais comoventes na Bíblia do que a reação carregada de aflição de Jacó à notícia dos seus filhos de que o meio-irmão, Simeão, fora feito prisioneiro no Egito. “Todas estas coisas me sobrevêm”, clamou (Gn 42.36). Pobre Jacó.

Ele achava que seu filho favorito, José, estava morto. Ele não estava.

Ele achava que seu filho favorito em segundo lugar, Simeão, estava quase como morto. Ele não estava.

Ele achava que qualquer esperança de alívio da fome vindo dos egípcios (dado que as evidências incriminatórias apontavam para o fato de que os filhos de Jacó tinham lidado com os egípcios de maneira traiçoeira) estava condenada a ser malsucedida. Não estava!

Baseado na sólida evidência empírica à sua disposição, pensando racionalmente e sem referência ao poder de Deus, Jacó chegou à conclusão, ecoada pelo Inferno de Dante à medida que Virgílio conduz Dante pelos portões do Inferno, marcado pela assombrosa inscrição: “Ó, VÓS QUE ENTRAIS, ABANDONAI TODA A ESPERANÇA”.²⁶ Tudo era perfeitamente razoável. E tudo estava perfeitamente errado.

Nós nos identificamos com o desespero de Jacó – rapidamente demais: que aquilo que vemos, ou ouvimos, ou tocamos, ou sobre o que podemos raciocinar nos diz algo. No entanto, essa análise não leva em consideração a perspectiva identificada pelos puritanos como *sub specie aeternitatis* – uma determinação de olhar para cima, de ver as coisas à luz do reino celestial, da eternidade. Simplificando, Jacó raciocinou de uma perspectiva de ateísmo prático. Ele não levou Deus em conta. A verdade é que José não estava apenas vivo, mas era o

Primeiro-ministro do Egito. Seus filhos, embora culpados de muitas coisas e capazes de gritante hipocrisia, não eram culpados de traição nos seus negócios com os egípcios. E Simeão estava em boas mãos, sob a cuidadosa supervisão do seu irmão José (embora ele não soubesse disso).

Deus estava trabalhando nos detalhes da vida de Jacó – sim, nos detalhes, embora nós tolamente repitamos o axioma de que o “diabo está nos detalhes”. Deus ama detalhes. É nos detalhes que discernimos a sua mão de providência – governando, guiando, provendo, sustentando, prevenindo, surpreendendo. O que pode parecer catastrófico de um ponto de vista surgirá de outro ângulo como sendo o resultado de um plano cujo controle está totalmente nas mãos de Deus.

Jacó deixou de fazer duas coisas: ele não considerou a possibilidade de ter calculado mal. A descrença presume uma certeza própria. No seu desespero, Jacó estava decidido. Ele “recusou ser consolado” (Gn 37.35). Nenhuma quantidade de questionamentos “e se” poderia sacudi-lo. O pessimismo assumiu uma vida própria e caiu profundamente nas trevas da terra do desespero.

Ainda mais importante, ele também deixou de considerar a mão invisível de Deus. E isso é sempre um erro fatal. A ação de Deus é misteriosa: costuma estar oculta de nosso mundo sensorial de percepção. Citando as estrofes remanescentes do hino de William Cowper “Misterioso é o nosso Deus”:

Está no oculto a trabalhar

Mui hábil, sem falhar

Os seus desígnios faz valer

Quão grande é seu poder.

O homem cego há de errar

Juízo vão é seu

Só Deus lhe pode interpretar

A história que escreveu.

Deus era por Jacó no mesmo sentido que o salmista pode dizer: “Deus é por mim” (Sl 56.9). Paulo parece estar tomando a frase emprestada na grande expansão de Romanos, culminando no clamor – Deus pro nobis, “Deus é por nós” (Rm 8.31). Deus tinha um plano para Jacó e sua família, revelado por meio da aliança com o pai e o avô de Jacó. O propósito de Deus de salvar o seu povo para a eternidade estava ligado à sobrevivência de José e de Simeão. Não havia como Deus abandonar a sua promessa. Os “fatos” que encaravam Jacó tinham de ser interpretados de outra maneira. Deus estava nos detalhes – os detalhes que Jacó não conseguia ver.

O que isso nos ensina é que não importa quão tenebrosas as coisas possam parecer, devemos contar com a mão invisível de Deus que opera todas as coisas – sim, “todas as coisas” para o nosso bem (Rm 8.28). Como filhos de Deus, talvez nem sempre apreciemos o que o Senhor pode estar fazendo na nossa vida, mas devemos confiar que, em todos os aspectos, Deus está cumprindo o melhor dos planos que, em última análise, será para o nosso bem. A alternativa é terrível demais para ser contemplada: as coisas podem tramar para negar a mão de Deus e assegurar a nossa desgraça. Não. Jamais pode ser assim.

Então, no cerne dessa visão da providência está a necessidade de colocar a nossa confiança inteiramente no governo e cuidado dele. Precisamos aprender a dizer, juntamente com o autor de hinos Samuel Rodigast, “Whate’er my God ordains is right” (Tudo o que meu Deus ordena é correto), originalmente escrito no século 17:

Tudo o que meu Deus ordena é correto:

Sua santa vontade será feita;

Ficarei tranquilo em tudo quanto ele fizer;

E o seguirei por onde ele me guiar;

Ele é o meu Deus; embora escuro o meu caminho,

Ele me sustém para que eu não caia:

Portanto, a ele entrego tudo.

Tudo o que meu Deus ordena é correto:

Ele é meu Amigo e Pai;

Ele não faz nada para me prejudicar,

Embora muitas tempestades possam se formar,

Agora eu posso conhecer tanto a alegria quanto a aflição,

Algum dia eu verei claramente

Que ele me amou profundamente.

Tudo o que meu Deus ordena é correto:

Embora agora beber este cálice,

Pareça amargo ao meu fraco coração,

Eu aceito, sem recuar.

Meu Deus é verdadeiro; a cada manhã renova-se

Um doce consolo que preencherá meu coração,

E a dor e a tristeza partirão.²⁷

Providência redentora

Há uma consideração final sobre a providência que deve nos ocupar: Aquele que governa e assegura o bom resultado é nosso Redentor. O Mediador obteve a redenção para nós. Ele foi glorificado porque concluiu a obra que lhe foi dada

para fazer (Jo 17.4-5). Ele foi exaltado porque foi obediente até à morte (Fp 2.8-9). E ele exerce seu governo pelo bem do seu povo; “para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à Igreja” (Ef 1.22). Toda autoridade é dada a ele (Mt 28.18). Qualquer que seja a letargia atual da igreja contemporânea, é uma situação inteiramente conhecida do nosso Salvador, e sua determinação permanece intacta “para a apresentar a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito” (Ef 5.27). Seu reino está vindo e virá. Deus garantirá o cumprimento dos seus planos por amor do seu Filho. Ele requisitou as nações como sua herança e elas lhe serão dadas (Sl 2.8). Da angústia da sua alma, ele ficará satisfeito (Is 53.11).

Não importa em que circunstância nós nos encontremos, sempre podemos ter certeza de que a situação é coberta pela eficácia do sangue expiatório de Jesus Cristo. A cruz dissipa quaisquer dúvidas quanto ao resultado, pois ali – no momento mais sombrio da história humana – o pecado e o mal foram derrotados e Satanás, vencido. No sentido mais estrito, tudo converge para trazer glória ao trino Deus. Nada, absolutamente nada está à deriva dos propósitos de Deus de cumprir seu projeto final para o cosmos. Nas famosas palavras de Abraham Kuyper proferidas no discurso inaugural da abertura da Universidade Livre de Amsterdã: “Não existe um centímetro sequer em toda nossa natureza humana do qual Cristo, que é soberano sobre tudo, não proclame ‘Meu!’”²⁸

1 AGOSTINHO. Enchiridion, cap. 96, In Nicene and post-Nicene Fathers. First Series, vol. 3, St. Augustin: On the Holy Trinity. Doctrinal treatises, moral treatises, org. Philip Schaff. Peabody, MA: Hendrickson, 2004, 267.

2 Por exemplo, Deus não fala conosco como falou com Abraão ou Moisés. E o fato de que os milagres não são distribuídos uniformemente na história da redenção, parecendo confinados a períodos de massiva revelação divina durante a vida dos patriarcas, dos profetas Elias e Eliseu e no alvorecer da era da nova aliança deveriam nos levar a sermos cautelosos (no mínimo) ao sugerir fenômenos semelhantes em nosso tempo.

3 Podemos desafiar Deus e rejeitar o seu plano, mas isso também é parte do plano dele. Uma parte do seu plano é o julgamento do pecado. Aqueles que rejeitam essa parte do plano de Deus para a salvação por meio de Jesus Cristo cumprem outra – eles escolhem uma eternidade sombria e Deus respeita essa escolha. Isso também faz parte do plano.

4 Esses versos são tirados do hino “God moves in a mysterious way”, originalmente intitulado “Light shining out of darkness” de William Cowper (1731-1800) e John Newton (1725-1807), Olney hymns, Livro 3, Hino 15. [Há uma versão em português traduzida por Solano Portela, “Misterioso é o nosso Deus”: “Misteriosos feitos são / As obras do meu Deus; / Caminha sobre o temporal, / O vento e o mar são seus”. (N.T.)

5 FLAVEL, John. “Navigation spiritualized: Or, A new compass for seamen”, Works. 1820; Edimburgo: The Banner of Truth Trust, 1968, 4:284.

6 Confissão de fé de Westminster, 5.1.

7 SHAKESPEARE, William. Hamlet, Ato 5, Cena 2, Linha 10.

8 KUSHNER, Harold S. When bad things happen to good people. Nova York: Avon Books, 1983, 43.

9 BOYD, Gregory. God at war: The Bible and spiritual conflict. Downers Grove, IL.: InterVarsity Press, 1997, 20. Boyd também escreveu em outro lugar: “Deus simplesmente não pode atropelar o livre-arbítrio sempre que ele esteja em conflito com a sua vontade. Por ter decidido criar esse tipo de mundo, Deus não pode garantir que sua vontade seja realizada em todas as situações. Ele deve tolerar e sabiamente trabalhar em torno da liberdade irrevogável de agentes humanos e espirituais”. BOYD, Gregory A. Is God to blame? Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2003, 125.

10 EDWARDS, Jonathan. The freedom of the will, 2.12. 1845; Morgan, PA: Soli Deo Gloria, 1996, 134.

11 CALVINO, João. Institutes of the Christian religion, org. John T. McNeill trad. Ford Lewis Battles. Filadélfia: Westminster Press, 1960, 1:201.

12 HASKER, William. God, time, and knowledge. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989, 57-58.

13 O conhecimento médio foi objeto de intensa discussão e análise pelo filósofo cristão Alvin Plantinga in The nature of necessity. Oxford: Clarendon Press, 1974.

14 CRAIG, William Lane. The only wise God. Grand Rapids: Baker, 1987, 135. O único Deus sábio: A compatibilidade entre a presciência divina e a liberdade humana. trad. Walson Sales. Maceió, AL: Editora Sal Cultural, abril de 2016, 128.

15 Para uma análise desse problema, veja HELM, Paul. The providence of God. Leicester: Inter-Varsity Press, 1993, 55-61. Evidentemente, o molinismo não “resolve” inteiramente o problema da liberdade humana, uma vez que ainda nos questionamos sobre o motivo pelo qual essa série de escolhas humanas foi “escolhida” em vez de qualquer outra série.

16 HASKER, William. God, time, and knowledge, 187. Citado por SPIEGEL, James S. The benefits of providence: A new look at divine sovereignty. Wheaton, IL: Crossway, 2005, 41.

17 BOYD. God at war, 20.

18 BOYD. Is God to blame?, 91.

19 Como Hasker coloca, “predições baseadas em previsões tiradas de correntes e tendências existentes”. God, time, and knowledge, 194.

20 A referência à doutrina da substituição penal como “um tipo de abuso infantil cósmico” feita em The lost message of Jesus de Steve Chalke e Alan Mann tem, compreensivelmente, provocado uma enxurrada de reações e respostas. Para o comentário original, veja CHALKE, Steve; MANN, Alan. The lost message of Jesus. Grand Rapids: Zondervan, 2003, 182. Para uma resposta, veja JEFFREY, Steve; OVEY, Mike; SACH, Andrew. Pierced for our transgressions. Nottingham: Inter-Varsity Press, 2007.

21 O entendimento de “todos pecaram” no versículo 12 deve ser visto como solidariedade com Adão, em vez de pecado voluntário e pessoal da nossa parte. Para uma análise de Romanos 5.12-21, veja MURRAY, John. The imputation of Adam’s sin. Filadélfia: Presbyterian & Reformed, 1959.

22 AGOSTINHO. Enchiridion, cap. 6.

23 SPURGEON, C. H. Morning and evening, leitura da manhã de 5 de agosto.

24 BRIDGES, Jerry. Is God really in control? Trusting God in a world of hurt. Colorado Springs, CO: NavPress, 2006, 69-70.

25 LEWIS, C. S. Miracles. 1947; Nova York: Touchstone, 1996, 232.

26 Inferno, 3.7.

27 O hino foi traduzido por Catherine Winkworth no século 19.

28 O discurso foi feito em 20 de outubro de 1880. Para o discurso completo veja “Sphere sovereignty”, in Abraham Kuyper: A centennial reader, org. James D. Bratt. Grand Rapids: Eerdmans, 1998, 463-90. A citação em si aparece perto do final do discurso; veja a página 488.

O que é a Trindade?

David F. Wells

O que é a Trindade?

Com frequência a natureza desafiadora da Trindade nos intriga – especialmente porque nenhuma passagem sozinha na Bíblia a explica. Os primeiros credos foram escritos para unir as crenças da igreja quanto à doutrina, mas ainda hoje as pessoas têm dificuldades para entendê-la.

Este capítulo examina o ensinamento da Trindade em toda a Bíblia e ao longo da História, abordando como Deus é tanto Um quanto Trino, e segue definindo a Trindade e suas inferências na nossa prática cristã.

Uma coisa é certa. Se a fé cristã fosse apenas uma invenção humana, os cristãos jamais teriam chegado à doutrina da Trindade. Essa doutrina é complexa demais para ser entendida e complicada demais para ser explicada, de modo que não há como alguém tê-la deliberadamente inventado. Não há outra religião que tenha algo remotamente parecido com ela. Não, não é fruto da nossa imaginação, mas uma doutrina da maneira como as coisas são. Deus é trino. Conhecê-lo na sua triunidade é fundamental para a fé cristã. De fato, sem essa verdade, de modo algum essa fé é cristã.

Dada a centralidade dessa doutrina, pode parecer surpreendente que não haja um único versículo na Bíblia, nem mesmo uma única passagem, que explique como é que Deus pode ser um só ser e ainda assim ter três centros de consciência dentro do seu ser: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Por que isso acontece?

O ensinamento de que Deus é trino deve ser elaborado a partir de muitas passagens por duas razões principais. A primeira é por envolver muitas facetas. Não é uma doutrina simples. A segunda é porque a revelação de Deus de si mesmo não ocorreu de uma vez só. Ele revelou a sua natureza trina apenas de modo gradual e ao longo de grandes períodos de tempo. Portanto, ela é revelada

no decorrer de uma grande porção da Escritura.

Deus começou mostrando a Israel que ele é um ser singular e único. Depois, ele começou a dar indicações de que também é tripessoal. Contudo, foi particularmente a encarnação que tornou essa conclusão inescapável, e foi a ressurreição e ascensão de Cristo que especialmente colocou em foco o terceiro membro da Divindade, o Espírito Santo. A obra do Espírito é aplicar a redenção que Cristo obteve na cruz. Foi então, nesse processo redentor, iniciado pela graça de Deus, que a plena natureza da sua triunidade nos foi revelada. “Em suma”, diz B. B. Warfield, “Jesus Cristo e o Espírito Santo são a prova fundamental da Trindade.”¹

No início da vida da igreja, a natureza trina de Deus foi condensada em diversas breves declarações de credo. Inúmeras heresias desafiaram o ensino bíblico sobre Deus. Isso atingiu seu ápice no século 4º, e a igreja respondeu com a elaboração do Credo de Nicéia em 325. Rapidamente, essa brilhante obra se tornou um marco divisório no esclarecimento do que as Escrituras ensinam e do que devemos crer. Esse e os demais credos que se seguiram foram importantes porque deram à igreja uma voz unida para expressar o que é verdadeiro.

E no entanto, apesar de declarações definitivas como essa, a doutrina da triunidade de Deus continuou a ser contestada ao longo do tempo e até os dias de hoje. Atualmente, os ataques mais vigorosos à doutrina vêm daqueles cuja principal intenção é construir pontes para as outras religiões. Renunciar ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, como faz John Hick,² sem dúvida abre a porta para o diálogo inter-religioso com hindus, budistas e muçulmanos. Infelizmente, aqueles que trilham essa estrada do lado cristão não têm mais nada a acrescentar. No mínimo, o que acrescentam já não tem qualquer fundamento na revelação bíblica. Já não se baseia em quem Deus realmente é. Portanto, não é mais cristão.

O que precisamos fazer primeiro é observar como a autorrevelação de Deus se desdobrou ao longo do tempo. Aqui estamos pensando sobre ensinamento bíblico. Iniciamos com a verdade de que Deus é um. Em seguida, veremos como as distinções entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo foram estabelecidas e desenvolvidas. Depois, precisamos, em segundo lugar, pensar historicamente sobre como a igreja primitiva nos ajudou a entender essas verdades. Concluiremos refletindo sobre algumas das conexões práticas que fluem da doutrina bíblica da Trindade.

Deus é um

Nos dias de hoje, pode parecer estranho que Deus não tenha começado a se dar a conhecer já imediatamente demolindo a ideia de que existem outros deuses. Em vez disso, depois de os descendentes de Abraão terem se tornado um povo, Deus começou ensinando-lhes que precisavam ser exclusivamente leais a ele. No primeiro dos Dez Mandamentos, Deus nos diz que não devemos ter “outros deuses diante de mim” (Êx 20.3), o que não nega que possa haver outros deuses. O segundo e o terceiro Mandamentos também não atacam o politeísmo, mas simplesmente esclarecem a natureza gloriosa de Yahweh. Como as representações de Deus, inevitavelmente, deturpam a sua grandeza e, desse modo o diminuem (Êx 20.4), elas são proibidas. Imagens e ídolos no mundo antigo eram comumente feitos para simbolizar um deus ou deusa, para que a presença divina pudesse se tornar mais real para os adoradores. No entanto, no que diz respeito a Yahweh, as imagens sempre e inevitavelmente interpretam mal quem ele é. Elas o tornam menos real, não mais real. Ele se torna menor, mais controlável e muito menos glorioso. É por esse motivo que essas imagens são proibidas. Na verdade, a única imagem que já fez justiça a ele, a que realmente retratou quem ele é, e como é o seu caráter, nos foi dada na encarnação. Cristo era “a imagem do Deus invisível” (Cl 1.15), e “a expressão exata do seu Ser” (Hb 1.3). Essa é a razão pela qual Cristo disse: “Quem me vê a mim vê o Pai” (Jo 14.9). À parte da encarnação, não há representação precisa, completa, verdadeira e confiável do ser e do caráter de Deus.

Os Dez Mandamentos foram entregues no contexto da redenção divina do seu povo: “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito” (Êx 20.2) – e esse ato de redenção demonstrou não apenas o grande poder e a extraordinária graça de Deus, mas também, o vazio do paganismo dos egípcios e a futilidade das suas superstições. O êxodo mostrou que seus deuses eram insignificantes. Contudo, não foram apenas os deuses que foram derrotados, mas também foi destruído todo o modo pagão de pensar sobre a vida.

Deusas e deuses pagãos não se comunicavam. Eles não fizeram revelações sobre si mesmos. No entanto, os pagãos sempre tiveram medo das ações deles. Essas divindades agiam na vida e, muitas vezes, essas ações eram destrutivas. Os

deuses eram imprevisíveis, às vezes mal-humorados e com frequência perniciosos. É por isso que precisavam ser aplacados por oferendas. E a única maneira de discernir o que estava acontecendo era fazer isso de modo intuitivo. Essa intuição era aliada a uma visão panteísta da vida, na qual a ordem natural e essas supostas divindades estavam ligadas entre si e moviam-se em sintonia. Ações na esfera natural tinham uma recompensa no sobrenatural. Assim, era possível influenciar o que os deuses faziam por meio de sacrifícios e outras formas de culto.

A existência dessa ligação entre o natural e o sobrenatural é algo simplesmente falso. Por Gênesis 1.1 sabemos que não havia criação antes do “princípio”. A criação não é coeterna com Deus. Antes do início do mundo criado, Deus habitava sozinho. O universo foi feito por ele, é providencialmente sustentado por ele e é totalmente dependente dele. No entanto, de modo algum Deus é dependente deste universo criado, nem seu ser não pode ser confundido com a realidade criada (At 17.24-25), nem podemos nos impor a ele ou coagi-lo de acordo com o que queremos. Ele é completamente independente da sua criação.

Esse é o ponto de partida bíblico. E é nesse contexto que devemos ler os Dez Mandamentos, bem como as leis que seguem depois deles. Moisés declarou que o maior mandamento é “nosso Deus, é o único Senhor”, e que devemos amá-lo de todo o nosso coração (Dt 6.4-5). Não podemos ter qualquer lealdade a qualquer outro deus ou preocupação, mas estar sujeitos exclusivamente ao Deus por quem fomos criados e depois redimidos. Esse chamado à lealdade também é um chamado para compreendermos a nós mesmos dentro da estrutura bíblica da criação. O chamado à lealdade exclusiva repousa sobre a verdade de que existe apenas um Deus e que o próprio Deus é um (veja também Dt 32.31-43; Sl 83.18; 86.10).

Não há dúvida de que esse chamado à lealdade foi testado imediatamente. Com base nos primórdios da História, sabemos que o povo de Deus frequentemente cedia ao encanto de outros deuses. O povo de Deus se misturava ao ambiente religioso deles. Queriam os benefícios que outros deuses supostamente poderiam trazer, e não confiavam em Deus o suficiente para serem libertos dos seus medos do que aqueles seres sobrenaturais poderiam lhes fazer. Seguiam-se consequências terríveis, não provenientes dos próprios deuses pagãos, mas de Yahweh, por causa dessa infidelidade.

Os profetas tinham a tarefa de declarar quais seriam as consequências da

desobediência. Eles exigiam que os israelitas cressem no monoteísmo e rejeitassem o politeísmo. Isaías, por exemplo, registrou Deus dizendo: “antes de mim deus nenhum se formou, e depois de mim nenhum haverá” (Is 43.10). Mais uma vez: “Eu sou o primeiro e eu sou o último, e além de mim não há Deus” (Is 44.6; veja também 45.21; 46.9); “Eu sou o Senhor, e não há outro” (Is 45.6). “Desde a antiguidade não se ouviu, [...] nem com os olhos se viu Deus além de ti”, declarou Isaías (Is 64.4). Sendo assim, Deus tinha que estar no centro da vida de Israel; do contrário, os israelitas descobririam que haviam tolamente perseguido ilusões para a sua própria ruína.

Nada nesse quadro muda quando chegamos ao Novo Testamento. Paulo, refletindo essa linha de ensinamento do Antigo Testamento, confirmou a crença dos coríntios de que os deuses por trás dos ídolos não têm realidade alguma e que “não há senão um só Deus” (1Co 8.4; cf. Sl 115.4-8). Isso é o que ele ensinou em todos os seus escritos. Existe “um só Senhor” e “um só Deus e Pai de todos” (Ef 4.5-6). Na verdade, até mesmo os demônios sabem que “Deus é um só” (Tg 2.19; cf. 4.12). O conhecimento teológico deles quanto a isso é muito preciso. O problema é que eles se rebelaram contra o que sabem ser verdadeiro (cf. Mt 4.10).

Tudo isso pode soar meio batido para nós. Hoje, nós que vivemos no Ocidente não estamos sendo seduzidos por divindades exóticas, e a crença no monoteísmo está bem estabelecida nas nossas culturas. Esmagadoras majorias em todas as sociedades ocidentais dizem acreditar em Deus. Pelo menos, acham que ele existe.

E, contudo, há um ponto-chave de continuidade com esse mundo antigo que precisamos ver. É que nós também somos tentados a construir nossa própria espiritualidade com base na nossa própria intuição quanto ao significado da vida. De fato, esse é um dos processos mais marcantes do Ocidente desde a década de 1960. Juntamente com o nosso indiscutível secularismo, vem surgindo uma espiritualidade cultural notável, ressurgente e inesperada. É notável porque surgiu em sociedades que há muito funcionavam em modo de secularização, imaginando que a única realidade que precisamos considerar é aquela que vemos, tocamos, degustamos e vivenciamos. Todavia, apesar dessa perspectiva, surgiu uma espiritualidade que anseia por algo a mais, por algo diferente, por uma dimensão maior da vida. Uma espiritualidade que deseja ter uma claraboia para enxergar verticalmente, e não simplesmente uma janela para olhar o mundo horizontalmente. Tanto nos Estados Unidos quanto, surpreendentemente, na

Europa, oito entre dez pessoas agora dizem que são espirituais. Isso, claro, inclui aquelas que também são religiosas, como frequentadores de igreja. Contudo, muitos que são “espirituais” não são religiosos. Na verdade, são adversos a todos os tipos de religião organizada.

Esse anseio espiritual agora está assumindo muitas formas diferentes, como o hinduísmo (higienizado) do movimento da Nova Era, a cabala, o ambientalismo radical e diversas espiritualidades elaboradas pelos próprios adeptos. Porém, o que todas têm em comum é uma visão da realidade que é panteísta. Todas elas, de um modo ou de outro, presumem que a natureza inclui e contém o sagrado. E supõem que o modo como fazemos contato com Deus é o encontrando em nós mesmos. Ele está lá dentro do nosso mais profundo eu. É por isso que a psicologia desempenha agora um papel tão proeminente em muitas dessas espiritualidades.

No entanto, uma pessoa declarar a crença no Deus cristão é, ao mesmo tempo, rejeitar essa espiritualidade cultural em sua totalidade. Deus é realmente um em seu ser, mas ele não é um com a natureza. Ele de fato sustenta todo o universo, está em toda parte e permeia todos os cantos da vida. Contudo, há uma fronteira invisível entre ele e nós, tanto no que diz respeito ao seu ser quanto ao que conhecemos. Não podemos cruzar esse limite para conhecê-lo de maneira salvadora. Ele não é encontrado no nosso eu mais profundo. Ele está fora do alcance do nosso radar intuitivo. Na verdade, nós estamos afastados dele e excluídos de sua comunhão e conhecimento. Nós não podemos ter acesso a ele em nossos próprios termos e no nosso próprio cronograma.

Não, é ele quem deve atravessar essa fronteira para que possamos conhecê-lo. A iniciativa deve ser dele, e a escolha do momento é dele. E isso ele fez em Cristo. A fé cristã tem de ser o inimigo de toda a espiritualidade natural, porque o cristianismo deve ser fiel a si mesmo, fiel ao Deus que existe e fiel ao que a realidade realmente é. E deve expressar-se de maneira trinitária. Não é suficiente que acreditemos em Deus, como fazem essas espiritualidades, por mais vagamente que seja. Devemos crer num Deus que, no seu ser, não é confundido com a criação e que também é tripessoal – Pai, Filho e Espírito Santo.

Todavia, essa verdade de que Deus é tripessoal veio paulatinamente. Deus não a revelou toda de uma vez. Houve insinuações disso desde o início da sua autorrevelação, mas ela não entrou em plena floração na nossa perspectiva até a encarnação e a ressurreição.

Deus é tripessoal

Durante séculos, rabinos ficaram perplexos com algumas passagens do Antigo Testamento que parecem apontar para várias pessoas na Divindade. Por exemplo, o que devemos entender dos pronomes plurais nos primeiros capítulos de Gênesis? No relato da criação, há a afirmação: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1.26). Deus diz sobre Adão: “Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal” (Gn 3.22). Mais tarde, em Babel, Deus diz: “Desçamos e confundamos ali a sua linguagem” (Gn 11.7). O que devemos entender sobre o sujeito composto nessas passagens? O que devemos compreender dos três seres sobrenaturais que visitam Abraão um pouco mais tarde (Gn 18.1-21) e a quem ele adora (Gn 18.2-3)? E, talvez o mais importante, o que devemos entender das muitas aparições no Antigo Testamento do anjo do Senhor, que, em algumas passagens, de maneira bastante clara, é divino e, no entanto, distinto de Yahweh (p. ex., Êx 14.19-22; Jz 6.11-24)?

Na exegese dos primeiros séculos e mais tarde no período da Reforma, era comum ver nessas passagens as aparições pré-encarnadas de Cristo. Há algo bom a dizer sobre essa visão. O próprio Jesus declarou que uma das mais rigorosas declarações de Isaías foi feita porque o profeta “viu a glória dele [de Cristo] e falou a seu respeito” (Jo 12.41). Se Isaías viu a glória de Cristo bem antes do tempo da encarnação, Jesus poderia muito bem ter se manifestado de maneira não encarnada na pessoa do anjo do Senhor. E ainda, sem a luz plena da encarnação brilhando sobre a revelação do Antigo Testamento, é difícil ver nela uma doutrina completa da Trindade. Foi a encarnação que tornou inescapável o que, certamente, esteve lá desde toda a eternidade, mas foi apenas aludido nos primeiros registros bíblicos: No seu ser, Deus é um, mas também é tripessoal.

Cristo

Nosso foco aqui não está na humanidade de Cristo. Sem dúvida sua concepção foi milagrosa (Lc 1.35), mas ele é como nós em todos os demais sentidos, exceto pelo pecado (Hb 4.15; 1Pe 1.19). Ele deve ser. Ele tinha de compartilhar nossa humanidade em todos os seus aspectos, se quisesse redimi-la do pecado que a invadiu. Assim, lemos que ele é descendente de Abraão (Gl 3.16) e de Davi (Rm 1.3) e que nasceu de uma mulher (Gl 4.4). Contudo, vamos nos concentrar aqui na maneira pela qual ele colocou a Trindade em evidência como o Filho encarnado de Deus.³

O que imediatamente nos impressiona quando lemos os Evangelhos sinóticos – Mateus, Marcos e Lucas – é a declaração de Cristo de que era nele e com ele que o reino de Deus havia começado. Ele estava falando sobre o governo de Deus. Esse governo não era político. Em vez disso, como resultado da sua vinda, o caráter e a grandeza de Deus estavam sendo revelados; a prova disso era que o pecado e suas consequências estavam prestes a ser superados. Esse reino, é claro, não poderia ser decisivamente decretado sem a cruz, e não será consumado até o retorno de Cristo no fim dos tempos.

O impressionante sobre isso é que, embora possamos buscar o reino de Deus (Lc 12.31), somente Deus o possui para dar ou tirar (Lc 12.32; Mt 21.43). Podemos herdá-lo, orar por ele e entrar nele, mas somente o Senhor o tem para dar. Só ele pode estabelecê-lo. E isso estava acontecendo em Jesus. Esse foi o sinal visível de que o Messias havia, realmente, vindo. Deus estava agora em forma humana. Os profetas tinham observado a visão de Deus dispersando seus inimigos (Mq 4.11-13; Is 13.19), mas agora, era o inimigo definitivo por trás daqueles inimigos, que estava prestes a ser vencido. Somente Deus poderia superar um inimigo tão grande e poderoso. “Se eu expulso demônios pelo Espírito de Deus, certamente é chegado o reino de Deus sobre vós” (Mt 12.28). Jesus estava prestes a saquear a casa do valente, e isso ele fez na cruz (Mt 12.29; Cl 2.15), trazendo assim libertação do cativo e redenção do pecado para o seu povo.

Os Evangelhos sinóticos mostram o processo pelo qual Cristo foi revelado como Deus encarnado, aquele mediante o qual o reino de Deus estava sendo estabelecido. Mas, sua identidade foi revelada em etapas. Portanto, não é de admirar que nesses Evangelhos a sua divindade esteja mais implícita no que ele faz, do que explícita no que ele diz. No entanto, há algumas exceções; estas se dão principalmente nos títulos de Cristo, como Filho do Homem, e em duas passagens em particular, Mateus 11.25-27 e Mateus 21.23-27. Nessas passagens, ele inequivocamente afirma que é originalmente divino. Na primeira, ele diz que

tem um conhecimento único do Pai, um que só o Filho tem, e diz que todas as coisas foram colocadas nas suas mãos. Isso se deu antes que o tempo começasse? Essa é a implicação clara. E a esse conhecimento exclusivo é acrescentada uma exclusiva missão redentora.

No entanto, a maior parte do que temos nesses Evangelhos é mais velada e indireta. A identidade de Cristo pode ser compreendida a partir dos acontecimentos da sua vida. Se não fosse completamente divino, por exemplo, ele não poderia ter exercido autoridade sobre Satanás (Mt 4.1-11), sobre a natureza (Mt 8.23-27), sobre a doença (Mt 9.1-8) e sobre a morte (Mt 9.18-16) como ele fez.

No entanto, em João, o véu que está presente nos Evangelhos sinóticos é removido. O objetivo de João ao escrever o Evangelho não era falar do processo pelo qual a identidade de Cristo foi conhecida, mas apontar inequivocamente para o que era essa identidade. Ele disse que o Evangelho foi escrito “para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus” (Jo 20.31). Esse Evangelho é organizado em torno das sete declarações de “Eu sou” de Jesus (Jo 6.35; 8.12; 10.9; 10.11; 11.25; 14.6; 15.1), que se conectam com a importante declaração de Deus do seu nome a Moisés: “Eu Sou o Que Sou” (Êx 3.14; cf. Jo 8.58). No entanto, é o enquadramento conceitual dessa verdade que precisamos observar aqui.

No seu Evangelho, João diz repetidamente que esse Cristo divino foi “enviado” a este mundo. Ele foi enviado de “cima”, enviado da glória, enviado ao mundo para se tornar “carne” e habitar entre nós (Jo 1.14). Jesus disse que foi o Pai que o havia enviado (Jo 5.23). “Eu desci do céu”, disse ele, “não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou” (Jo 6.38). Sua palavra não era somente dele, “mas do Pai, que me enviou” (Jo 14.24). Esse foi apenas o envio de um profeta, como Deus já havia feito tantas vezes antes? Não, não era. Cristo veio de “cima”. “Vós”, disse Cristo, “sois cá de baixo, eu sou lá de cima; vós sois deste mundo, eu deste mundo não sou” (Jo 8.23; cf. Jo 8.42). Foi desse outro mundo, desse mundo da glória de Deus (Jo 17.5), do próprio ser de Deus, que ele havia sido enviado e havia vindo.

Cristo não veio apenas da presença de Deus; seu lugar eterno era no interior da Divindade. Ele esteve lá por toda a eternidade (Jo 17.5). “Eu vim”, disse ele, “de Deus” (Jo 8.42), e era para Deus Pai que ele estava voltando (Jo 16.28). É nesse ponto que os rudimentos da doutrina da Trindade estão se tornando claros. Este

eterno Deus é um. No entanto, Jesus disse: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30), o que foi uma afirmação inconfundível de que ele era esse Deus único. Isso é o que seus ouvintes judeus corretamente entenderam. E, no entanto, Pai e Filho são distintos um do outro. O Pai envia; o Filho vem.

Por causa da nossa familiaridade com a encarnação, que é anualmente celebrada com regozijo e troca de presentes, às vezes perdemos de vista a sua seriedade. Nós nos lembramos dela alegremente como sendo a suprema expressão da graça de Deus. E assim é. “Pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis rico” (2Co 8.9). Mas esse evento foi em si mesmo um ato de graça por causa da situação extremamente difícil em que nos encontrávamos. Cristo veio fazer por nós o que não poderíamos fazer por nós mesmos. E o problema não é apenas que nos falta a virtude para nos recomendarmos a Deus para obtermos a sua aprovação, mas também que estamos enfrentando poderes das trevas que são imensamente mais fortes do que nós. Lutero disse que contra esses poderosos poderes um poder diferente e maior teve de ser revelado e teve de agir em nosso favor, de modo que nosso vínculo com aquelas trevas pudesse ser cortado. Somente Cristo, o Deus-homem, plenamente humano e plenamente divino, poderia se identificar conosco na nossa própria humanidade, para se identificar com nosso pecado, de modo que pudesse expiá-lo e então, por meio do seu infinito poder divino, derrotar todo o mal sobrenatural a que o pecado havia levado este mundo. O que parecia ser uma derrota terrena na cruz, quando a vida de Cristo foi extinta em ignomínia, mostrou-se ser uma poderosa vitória espiritual. Os sinos da celebração soarão por toda a eternidade. O Filho foi enviado, ele veio, ele encarnou, ele venceu, e agora ele governa sobre toda a vida (Ef 1.21-22; Fp 3.21; At 10.36).

Pai

Em parte alguma Jesus sugere, ou o Novo Testamento ensina, que Deus é o Pai de todos num sentido redentor, como os protestantes liberais certa vez afirmaram e muitos ainda creem. Ele não é. Ele só é Pai daqueles que estão em Cristo e, como Cristo disse, muitas pessoas estão no caminho espaçoso que leva à destruição e somente algumas estão no caminho apertado que leva à vida (Mt

7.13-14).⁴ Deus é conhecido por nós como Pai somente em Cristo e por meio de Cristo, e nem todos estão em Cristo.

Portanto, não deve nos surpreender que no Antigo Testamento haja apenas raras referências a Deus como Pai. Ocasionalmente, o povo de Israel é dito ser “filho” de Deus no contexto em que Deus é dito ser “pai” deles (Dt 32.6; Jr 31.9; Ml 2.10), assim como o rei (p. ex., 2Sm 7.14). E há algumas comparações entre Deus e um pai terreno: “Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece dos que o temem” (Sl 103.13; cf. Dt 1.31). Mas não é até a vinda de Cristo que o quadro completo do ser trinitário de Deus se torna claro, em que há o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Deus Pai esperou a plenitude do tempo antes de “enviar seu Filho” ao mundo, e então “enviou ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai!” (Gl 4.4,6). É sob essa luz que olhamos para trás e vemos o que nunca havia sido visto claramente no Antigo Testamento.

Quão bem conhecemos a Deus como nosso Pai é um teste de quão bem compreendemos a nossa fé e quão bem conhecemos o propósito da vinda de Cristo. “Pois tudo o que Cristo ensinou, tudo o que torna o Novo Testamento novo e melhor que o Antigo, tudo o que é distintamente cristão como oposto a meramente judaico”, disse J. I. Parker, “está resumido no conhecimento da paternidade de Deus. ‘Pai’ é o nome cristão para Deus”.⁵

Embora Deus seja nosso Pai, em nenhum lugar da Bíblia ele foi chamado de nossa Mãe. É verdade que há vários casos em que ele é, ou pode ser comparado com uma mãe, ou especificamente a uma ave mãe. Deus é “como a águia [que] desperta a sua ninhada” (Dt 32.11). Ou, “como pairam as aves, assim o Senhor dos Exércitos amparará a Jerusalém” (Is 31.5). Deus diz que ele é “como a parturiente” que clama (Is 42.14) por seu povo. “Acaso, pode uma mulher esquecer-se do filho que ainda mama?”, pergunta Deus retoricamente (Is 49.15). A resposta implícita é não. Assim como uma mãe não se esquece de seu filho, do mesmo modo ele não se esquece do seu povo. “Como alguém a quem sua mãe consola”, ele diz, “assim eu vos consolarei” (Is 66.13). Por fim, Jesus disse a Jerusalém: “Quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas” (Mt 23.37). Nessas e em algumas outras passagens, é estabelecido um paralelo entre Deus e uma mãe. Isso é feito por meio de símiles. Deus é como uma mãe. Porém, em nenhum lugar é dito que ele é a nossa mãe (não mais do que diz que ele é um pássaro). Por outro lado, a Bíblia diz que ele é o nosso pai. Ele não é apenas como um pai. Ele é nosso Pai

celestial. Essa é uma metáfora que expressa uma identidade direta e não apenas uma semelhança. Os escritores do Novo Testamento nunca dizem que Jesus é como um cordeiro de Deus ou que ele é como um redentor. Pelo contrário, ele é o Cordeiro de Deus, e ele é nosso Redentor. Do mesmo modo que eles jamais dizem que Deus é apenas como um pai. Repetidamente, dizem que ele é nosso Pai celestial. E foi assim que Jesus ensinou a nos aproximarmos dele em oração: “Pai nosso, que estás nos céus” (Mt 6.9).⁶

Então, é totalmente incorreto reconfigurar a natureza de Deus fazendo dele tanto Pai quanto Mãe, como alguns têm feito com a intenção de abordar questões contemporâneas de gênero. E também é altamente incorreto falar da Trindade bíblica do Pai, Filho e Espírito Santo de maneiras alternativas, como Criador, Libertador e Consolador, com o objetivo de contornar a linguagem masculina do Pai e do Filho.

Essa verdade sobre Deus como nosso Pai é o ponto em que sua autorrevelação entrou em plena floração. Não há nada maior que possa ser conhecido, nada maior que possa ser dito do que isto, que Deus é nosso Pai e nós somos seus filhos. “Vede que grande amor nos tem concedido o Pai, a ponto de sermos chamados filhos de Deus; e, de fato, somos filhos de Deus”, exclama João (1Jo 3.1). De fato, nós não somos apenas sua prole, mas também seus “filhos”. Tanto homens quanto mulheres são seus “filhos”. E a questão aqui é que, nas leis de herança daquela época, eram para os filhos que a propriedade e riqueza iam. Paulo, que usa a linguagem da filiação com frequência, tira a conclusão para nós. Se o Espírito de Deus habita em nós, nós fomos adotados como “filhos”; se adotados, então o Espírito nos leva a clamar: “Aba! Pai!” E assim é que sabemos que somos “herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo” (Rm 8.14-17). Com isso, Paulo nos diz que recebemos todas as riquezas do nosso grande Pai celestial por meio de Cristo, que não há bênção maior que alguém possa receber do que aquilo que nos foi dado em Cristo.

Não há dúvida de que a experiência de muitos com seus pais tem sido longe do ideal. Como resultado, muitos carregam feridas por toda a vida. E, ainda assim, o próprio fato de estarmos cientes desse dano revela que temos um conceito na nossa mente de como um bom pai deve ser. Isso é o que produz tamanho desapontamento em algumas pessoas. Seus pais ficaram muito aquém do ideal.

Porém, as más experiências com os pais terrenos não fornecem razão alguma para se afastar da ideia de Deus como nosso Pai celestial, como alguns fazem.

Na realidade, a verdade é o contrário. Podemos sentir gratidão, pois apesar de muitas decepções com pais terrenos, nós temos um Pai celestial que nunca nos ferirá, nunca nos desapontará, nunca nos esquecerá e nunca nos abandonará, porque sempre nos amará em Cristo – mesmo nos nossos momentos mais sombrios, mesmo quando os outros se afastarem de nós.

Espírito Santo

O Espírito Santo já foi chamado de membro “esquecido” da Trindade. Quem, nos perguntamos, esqueceu-se dele? Certamente, ninguém que tem lido as Escrituras regularmente. Do começo ao fim, a presença e a obra dele são muito evidentes. No entanto, as informações que nos são dadas sobre o Espírito Santo se desdobram à medida que passamos do Antigo Testamento para o Novo.⁷

No Antigo Testamento, a lente é mais ampla; no Novo Testamento, é mais estreita. No Antigo, o Espírito de Deus é visto em ação cosmicamente na criação, na natureza e na História (p. ex., Gn 1.2; Sl 104.29-30; Is 40.7), bem como mais pessoalmente. No Novo, uma mudança importante acontece. Então, a obra do Espírito e a obra do Filho estão correlacionadas de uma maneira que não era possível antes da vinda de Cristo. Então, é função do Espírito direcionar homens e mulheres para o Cristo encarnado e ressuscitado. O Espírito Santo faz isso iluminando a mente deles para que compreendam a verdade sobre Cristo nas Escrituras, trazendo convicção, abrindo o coração deles para crerem no evangelho, concedendo fé que crê em Cristo e aplicando a obra salvadora de Cristo a eles. Com esse foco no Novo Testamento, a dimensão cósmica do que o Espírito Santo faz desaparece da vista. Ele ainda está ativo em toda a criação, mas a sua conexão com Cristo ocupa a atenção do Novo Testamento. De fato, o Espírito e o Filho são até mesmo unidos linguisticamente, o que evidentemente não poderia ser o caso no Antigo Testamento. Aquele que é e sempre foi o “Espírito de Deus” (Rm 8.14), é agora também “o Espírito de Cristo” (Rm 8.9), “o Espírito de seu Filho” (Gl 4.6) e o “Espírito de Jesus Cristo” (Fp 1.19).

Duas verdades agora se tornam claras. A primeira é que o Espírito Santo é divino no mesmo sentido que o Pai e o Filho são divinos. E a segunda é que o Espírito Santo é tanto pessoal, quanto individualmente distinto do Pai e do Filho.

Se o Espírito Santo não fosse plenamente divino, e divino no mesmo sentido em que o Pai e o Filho são, como poderia o Novo Testamento correlacioná-los como faz? Por exemplo, somos instruídos a batizar “em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). E Paulo conclui sua segunda epístola aos coríntios com as palavras, “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2Co 13.13). O motivo para essa correlação é que o Espírito Santo compartilha a mesma essência divina que o Pai e o Filho. Isso é evidente nas diversas maneiras em que ouvimos que cada membro da Trindade tem os mesmos atributos divinos. O Pai é eterno (Sl 90.2), assim como o Filho (Jo 1.2), mas o Espírito Santo também é (Hb 9.14). O Pai é santo (Ap 15.4), como é o Filho (At 3.14), assim como é o Espírito Santo, pois por que outra razão as Escrituras o chamariam de “Santo”? O Pai é glorioso (Ef 1.17), Cristo é “o Senhor da glória” (1Co 2.8), e o Espírito Santo é “o Espírito da glória” (1Pe 4.14). O Pai é verdadeiro (Jo 7.28), o Filho é a personificação dessa verdade (Jo 14.6), e também é verdadeiro que “o Espírito é a verdade” (1Jo 5.6). Não devemos nos surpreender ao ler que quando Pedro confrontou Ananias, ele primeiro disse que Ananias havia mentido “ao Espírito Santo” (At 5.3). Em seguida, acrescentou: “Não mentiste aos homens, mas a Deus” (At 5.4).

Então, o Espírito Santo não é simplesmente uma força impessoal ou um mero sinônimo de Deus em ação. Ele é uma pessoa que pensa, deseja e age. Jesus disse aos apóstolos que é o Espírito Santo quem “vos ensinará todas as coisas” (Jo 14.26). Ele “dará testemunho de” Cristo (Jo 15.26; cf. Rm 8.16; Hb 10.15). Ele “convencerá o mundo do pecado” (Jo 16.8). Aquele que falou (At 8.29; 13.2; 16.6-7; 21.11) e deu as palavras para que falassem (At 2.4) agora nos ajuda (Rm 8.26) e intercede por nós (Rm 8.27). Aqui está: ensinando, falando, concedendo que falassem, dando testemunho, convencendo, guiando e orando. O que mais podemos concluir, a não ser que essas são as ações de uma pessoa? De fato, essas são as ações da terceira pessoa da Divindade, o Espírito Santo.

O Espírito Santo estava envolvido na vida encarnada de Cristo nos seus três pontos mais importantes: na encarnação, na expiação e na ressurreição. Primeiro, foi o Espírito Santo que envolveu Maria com a sua sombra (Lc 1.35) para produzir nela, por ação sobrenatural, aquela humanidade sem pecado à qual a Palavra eterna poderia se unir. Portanto, Cristo não era simplesmente um mestre humano, não importa quão maravilhoso, um mero guru com imperiosas percepções sobre a vida, mas um inovador inigualável. Ele era único. Era tão diferente de todos os demais mestres religiosos quanto Deus é diferente de nós. Ele não era formidável como dizemos que alguns são; ele era e é incomparável.

E se o Pai enviou o Filho, e se o Filho assim se tornou “Deus conosco” (Mt 1.23) por meio da encarnação, então foi pela ação do Espírito que essa missão foi cumprida.

Segundo, foi “pelo Espírito eterno” que Cristo “a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus” (Hb 9.14). Cristo deixou de lado o uso de algumas das suas prerrogativas divinas durante a sua vida terrena (cf. Fp 2.5-12), mas o Espírito Santo o conduziu, o amparou contra os ataques de Satanás e o levou ao ponto de sua autossubstituição na cruz com sucesso. O que ele fez ali, o fez de modo definitivo e conclusivo. O que ele fez ali não pode ser replicado e nunca mais precisará ser repetido. Durará para todo o sempre e eternidade.

Terceiro, foi “segundo o espírito de santidade” que Cristo “foi designado Filho de Deus com poder, [...] pela ressurreição dos mortos” (Rm 1.3-4). A ressurreição foi a declaração pública feita por Deus Pai, e executada pelo Espírito, de que Cristo era Deus e que ele havia triunfado. Ela anunciou a conclusão da sua obra e a derrota de todos os nossos inimigos espirituais. Cristo entrou numa nova expressão da sua soberania na qual ele governa, não apenas por supremo poder divino, mas também por causa da sua vitória sobre o mal na cruz. Assim, agora ele é o cabeça da igreja (Ef 1.20-23; 1Pe 3.21-22).

A triunidade de Deus, agora, está inconfundivelmente tomando forma. No interior desse único ser, há um Pai que é pessoalmente distinto do Filho, e um Filho que é distinto do Espírito Santo. O Filho fala ao Pai, que é outro que não ele: “Pai santo, guarda-os em teu nome” (Jo 17.11). O Pai fala ao Filho. O Pai o “enviou”, e as obras de Cristo foram as “que o Pai me confiou para que eu as realizasse” (Jo 5.36). E, como acabamos de ver, o Espírito Santo estava intimamente envolvido em todas as fases da vida encarnada de Cristo e agora direciona os pecadores para a segunda pessoa da Divindade, Cristo, o único em que a salvação pode ser encontrada. E esse mesmo Espírito Santo é “enviado” ao nosso coração para testemunhar ao nosso espírito.

Embora deva haver muito que desconheçamos sobre a vida no interior da Divindade, há duas facetas que precisamos destacar aqui. A primeira é que, desde toda a eternidade, no interior da Divindade, havia amor e comunicação.

Cristo falou desse amor (Jo 17.26). Como vimos, havia muita comunicação entre as pessoas da Divindade, cujo resultado foi o Filho e o Espírito sendo “enviados” em suas missões. É importante refletir sobre isso porque sabemos bem demais

que neste mundo caído, entre as inúmeras deficiências que vivenciamos, encontram-se a fragmentação do amor e o colapso da comunicação. Ansiamos por amor e comunicação verdadeiros em meio a um mundo de aspereza e relacionamentos rompidos. É difícil encontrar. De fato, a obra de santificação do Espírito Santo é, em parte, restaurar a capacidade perdida para o amor cristão e a habilidade perdida de se comunicar na plenitude da santidade de Deus. E temos pequenos vislumbres do que a vida poderia ser se fosse vivida apenas em amor e se as comunicações fossem absolutamente sinceras, francas e gentis. Nós vivenciaríamos, parcialmente, como será a nossa completa restauração. Porém, temos apenas uma amostra e ansiamos pelo que está por vir quando a obra redentora de Deus no nosso interior chegar ao seu apogeu. É rumo a esse futuro, demonstrado desde toda a eternidade na Trindade, que agora estamos indo.

A segunda faceta é a profunda interconexão entre o Filho e o Espírito, que já vimos, e que também tem uma importante consequência prática. Ela nos fornece um modo de avaliar as afirmações na igreja. É frequente ouvirmos pessoas nos contando sobre o que Deus tem feito dentro ou fora da igreja, ou o que ele vem dizendo às pessoas pessoalmente. Em relação a esses tipos de alegações, aqui está um teste simples: como resultado do que Deus “tem feito”, estamos vendo Cristo elevado? As verdades sobre ele estão se enraizando? Os olhos estão sendo abertos, está havendo adoração, e arrependimento do pecado está acontecendo?

Se o Espírito foi o agente no cumprimento da vontade do Pai na encarnação e na morte de Cristo, e se a obra do Espírito está agora correlacionada com a obra do Filho, então não podemos afirmar que o Espírito tem estado em ação se Cristo e sua obra não foram engrandecidos. Se a vida, a morte e a ressurreição de Cristo não estão numa posição central, se os nossos olhos não estão sendo atraídos para ele, se não estamos vendo que o pecado deve ser abandonado e que devemos confiar totalmente nele, então o Espírito Santo não esteve trabalhando. É quando homens e mulheres se afastam de si mesmos e se voltam para Cristo em confiança, que podemos afirmar com certeza que Deus tem agido.

Então, há um único ser divino, mas no interior desse ser existem três centros de autoconsciência: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Numa geração anterior, Charles Hodge disse que uma pessoa “é um sujeito inteligente que pode dizer Eu, que pode ser tratado como Tu, que pode agir e ser o objeto de ação”.⁸ Isso, de fato, é o que vemos na Trindade na comunicação entre Pai, Filho e Espírito Santo – tudo dentro do único ser de Deus.

Esse é um mistério profundo, mas é também uma verdade profunda. Pode ser tentador pensar que, porque temos dificuldade em entender como isso pode acontecer, podemos deixar de lado como estando além de nós e, talvez, como sendo irrelevante para a fé cristã. Isso seria um grande erro. O evangelho é simples apenas no sentido de que as mais simples pessoas são capazes de compreender o suficiente para encontrar aceitação com o Pai por meio da obra do Filho por causa da obra do Espírito. Mas o evangelho não é simplista. Às vezes o tratamos assim, porém ele nunca deixa de ser a mais profunda verdade que toda e qualquer pessoa encontrará na vida. É verdadeiro o que leva nosso pecado às profundezas do ser de Deus, face a face com a santidade dele, e assim nos coloca face a face com o Deus infinito. Se o evangelho é tão simples que até o mais simples pode compreendê-lo, ele também é tão profundo que ninguém pode se aprofundar completamente nas suas profundezas. Não podemos sacrificar essa profundidade em nome da simplicidade do evangelho, pois assim nos desviaremos para a superficialidade. Ao mesmo tempo, em nome da profundidade do evangelho, não podemos perder a sua simplicidade; caso contrário, não será uma mensagem para todas as pessoas, e nós nos desviaremos para a irrelevância.

A definição da Trindade

Muito antes de o cânon do Novo Testamento ser fechado, havia heresia na igreja. De fato, Paulo falou sobre isso. Ele teve de enfrentar esse problema. E ele viu que viriam dias quando a igreja teria de ser defendida contra isso. No seu discurso de despedida aos anciãos efésios, ele disse: “depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho” (At 20.29). Ele estava falando sobre falsos mestres. E João advertiu que o espírito do anticristo já estava solto nas igrejas. Era isso que estava por trás da negação de alguns membros da igreja sobre uma encarnação real (1Jo 2.22; 4.3).

Esse processo e esse tipo de ataque continuaram inalterados. Porém, chegou a um ponto particularmente crítico no ensinamento de Ário, um presbítero em Alexandria, no início do século 4º. Seu ensino em si não era particularmente inovador, nem particularmente brilhante, mas Ário tinha seguidores, e esse era o problema. Podemos pensar nele como um precursor dos Testemunhas de Jeová.

Seu argumento era que Cristo não era a eterna segunda pessoa da Divindade. Em vez disso, ele foi criado em algum momento antes da criação. Ele foi feito e não gerado.⁹

À primeira vista, isso foi um ataque à divindade de Cristo e, portanto, também à Trindade. Contudo, Ário tinha suas sutilezas. Na sua visão, poderia haver diferentes graus de divindade, semelhantemente às camadas de um bolo. Assim, seria possível pensar em Cristo como sendo o poder divino, o intermediário de Deus ao mundo, mas esse poder era algo diferente e menor que o poder do Pai. Esse era, muito provavelmente, um modo de pensar pagão que havia entrado na mente de Ário. No mínimo, ele era racionalista. Ele explorou a diferença entre o Pai que, em sua essência, é completamente imutável e o Filho que, conforme cresceu e se desenvolveu, mudou. O Filho era diferente do Pai e não seria coeterno. O Filho foi criado em algum momento antes da criação do mundo.

À medida que esse ensinamento começou a ganhar ímpeto, fazendo alianças com o espírito do paganismo, bem como com os judeus hostis à fé cristã, a igreja se viu diante de um desafio que, mais uma vez, ameaçava sua própria vida. Ela havia sobrevivido ao desafio externo da perseguição liderada pelos imperadores romanos, embora a um grande custo pessoal, mas agora enfrentava um desafio ainda mais difícil, um que era interno. Era o desafio lançado pelos falsos mestres.

Todos os líderes da igreja foram convocados a um conselho para tratar dessa situação, do mesmo modo que os apóstolos e os anciãos haviam se reunido anteriormente em Jerusalém (At 15.1-35). Mas esse encontro subsequente foi muito maior do que o dos apóstolos, e foi para produzir um credo decisivo no ano 325. O Credo niceno, que o conselho elaborou, foi adotado e é usado até hoje em todos os principais ramos do cristianismo: catolicismo romano, ortodoxia oriental e protestantismo.

De modo mais imediato, ele precisava abordar a natureza da divindade de Cristo, pois nesse ponto é que era principalmente atacado. Porém, implícito no ataque encontrava-se uma rejeição à Trindade também. Como resultado, o Credo dedicou a maior parte da sua atenção à pessoa de Cristo. Realmente, o terceiro membro da Divindade, o Espírito Santo, foi quase omitido em silêncio. Tudo o que o Concílio disse foi que cria “no Espírito Santo”. No entanto, essa deficiência foi abordada mais tarde, quando a plena divindade do Espírito foi explicitamente declarada depois de ter sido negada tanto quanto a de Cristo.

Em relação a Cristo, o Concílio declarou que o Filho é “da substância do Pai”. Para nós, hoje, essa é uma linguagem curiosa. O Concílio quis dizer que Cristo é da mesma substância que o Pai? O problema que os Pais nicenos tinham era que, qualquer que fosse a linguagem bíblica usada para expressar o pensamento deles de que o Filho é divino no mesmo sentido que o Pai, os arianos encontravam um jeito de deslizar por ela ou distorcê-la. Eles concordariam com essa linguagem, desde que pudessem interpretá-la à sua maneira. Foi assim que os pais nicenos terminaram com uma palavra extrabíblica, *homousios*, para comunicar a sua convicção, expressando a verdade de que o Pai e o Filho compartilham o mesmo ser divino. Eles são Deus exatamente da mesma maneira. E os formuladores de Nicéia então reforçaram esse pensamento com as expressões “Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro do Deus verdadeiro”.

Essa afirmação central foi reforçada pelo pensamento de que o Filho foi “gerado, não feito”. Essa linguagem pode não comunicar tão claramente hoje quanto antes, quando esses termos tinham um grande peso. A diferença entre gerar e criar é que, no primeiro, a mesma coisa surge, mas no outro não. Os pássaros, poderíamos dizer, geram pássaros. O que gera e o que é gerado são semelhantes. Mas isso é diferente do trabalho de criação. Escultores fazem estátuas diferentes das pessoas que representam. E mesmo quando a estátua é uma réplica exata de uma pessoa, ninguém confunde a estátua com a pessoa cuja imagem está ali, nem pensa que são a mesma coisa. Cristo foi gerado, não criado. Logo, se o semelhante gera um semelhante, a divindade de Cristo é idêntica à divindade do Pai.

Algum tempo depois desse conflito, no 5º século, depois que a igreja foi resgatada das mãos dos arianos, surgiu um credo o que resumia o seu consenso. Ficou conhecido como o Credo de Atanásio, que declarou em parte que a fé universal nas igrejas era:

Que adoramos um único Deus em Trindade, e a Trindade em Unidade; nem confundindo as Pessoas nem dividindo a Substância: porque a Pessoa do Pai é uma, a do Filho é outra, e a do Espírito Santo outra. Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma mesma Divindade. [...] Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus. Contudo, não há três Deuses, mas um só Deus. A Divindade do Pai e a do Filho e a do Espírito Santo são a mesma, a mesma glória, a Majestade coeterna. [...] E nessa Trindade nenhum é primeiro ou último,

nenhum é maior ou menor que o outro, mas todas as três Pessoas coeternas são coiguais entre si. [...] A Unidade em Trindade, como a Trindade em Unidade deve ser cultuada.

Pelos nossos padrões atuais, isso pode soar um tanto complexo e, ainda assim, as ideias não são tão difíceis. Na realidade, elas são centrais para a fé cristã.

Hoje, nós do Ocidente não somos seduzidos pela ideia de múltiplas divindades, ou de criações antes da criação, ou de um Filho que é divino, mas não no mesmo sentido que o Pai. Excetuando os Testemunhas de Jeová, esse tipo de especulação desapareceu. Ou as pessoas acreditam na divindade de Cristo ou não.

Somos suscetíveis a algo um pouco diferente: o fascínio do modalismo, que é a outra heresia sendo abordada nesse credo. Consiste no hábito de falar da Trindade como simplesmente as três maneiras pelas quais Deus se apresenta a nós. É como se ele simplesmente colocasse máscaras temporárias e não permanentes. A suposição é que essas são apenas as três formas pelas quais ele se revelou. Nessa visão, o Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três pessoas que são eternas e eternamente distintas umas das outras, mas três fases ou três “aparências” do mesmo Deus.

Muitas das nossas igrejas hoje são inconscientemente modalistas. Quando, e se, empregam a linguagem trinitária, costuma ser sem sentido algum. É simplesmente algo que ouviram. No que elas creem é em Deus. Às vezes falam dele como Pai, às vezes como Filho e, às vezes, como Espírito Santo. Estes são apenas nomes diferentes para a mesma coisa. E essa confusão extravasa para algumas das orações que ouvimos na igreja, nas quais parece ser indiferente se foi o Pai que foi à cruz ou o Filho, se nos aproximamos do Pai por meio do Filho ou por meio do Espírito, e se o Pai e o Filho se tornam distantes, até mesmo irrelevantes, se nós temos o Espírito.

Essa confusão pode parecer bem inocente. É verdade que por trás dela não há má intenção. Todavia, a nossa atrapalhada incapacidade de compreender a Trindade, de articulá-la claramente, de afirmar as verdades bíblicas sobre as quais ela é fundada, apenas anuncia uma maior confusão mais à frente. Isso é assim porque revela até que ponto nós nos distanciamos do ensino das Escrituras, ou quão

frouxamente o tratamos, quão tolerantes somos quanto a espiritualidades pessoais e maneiras de nos expressar. É esse desvio das nossas amarras bíblicas que pressagia um futuro infeliz. Não podemos dispensar a Trindade, como Deus se revelou ser, sem perder a fé cristã como Deus a estabeleceu.

Conexões para a prática

Como essa doutrina da triunidade de Deus está entrelaçada em toda a estrutura da fé cristã – ou, deveríamos dizer que a fé cristã surge da Trindade e, portanto, é sempre trinitária em sua forma? – ela fornece a base para muito da nossa prática. Pelo menos, deveria. Aqui, posso apenas ilustrar isso com relação a dois temas: evangelismo e oração. No entanto, os princípios se aplicam a uma faixa muito mais ampla da vida cristã.

O evangelho

As conexões trinitárias com o evangelho são mais profundamente desenvolvidas na passagem de Efésios 1.1-14. Aqui, o evangelho está especificamente relacionado aos três membros da Divindade. A salvação se origina na obra eletiva do Pai. Antes da “fundação do mundo”, ele “nos escolheu” (Ef 1.4). Essa salvação é realizada e obtida pelo Filho, em quem temos “redenção pelo seu sangue” (Ef 1.7). E uma vez que cremos no evangelho, mediante a obra interior e iluminadora do Espírito, fomos “selados com o Santo Espírito da promessa” (Ef 1.13). Aqui está: a obra do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

No entanto, há muito mais que isso nessa passagem. Se o Pai é o autor da eleição, então o Filho é seu meio e o Espírito é seu agente. Nisto vemos a vontade de Deus sendo cumprida (Ef 1.5,9), pois ele é aquele “que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Todavia, a vontade salvadora do Pai não é um decreto abstrato que é simplesmente anunciado. Em vez disso, Paulo repetidamente afirma que é executada por meio de Cristo. A verdade é que não podemos conhecer essa vontade a não ser como a conhecemos

em Cristo e por meio de Cristo (Ef 1.9). Ela é expressa somente em Cristo, e devemos estar nele para conhecermos a vontade do Pai. Somos abençoados somente em Cristo (Ef 1.3,6). Somente nele fomos escolhidos (Ef 1.4,11), redimidos (Ef 1.7) e levados a um lugar de esperança (Ef 1.12). Somos capazes de ver que agora ele começou a exercer sua soberania de uma nova maneira, isso porque, depois da ressurreição, ele está muito acima de todos os poderes terrestres (Ef 1.21). É nele que o nosso amor, a nossa fé e a nossa esperança estão agora centrados.

E, no entanto, não veríamos nada disso se o Espírito Santo não abrisse nossos olhos, como fez com Lídia (At 16.14), para prestar atenção à verdade declarada na Palavra de Deus, para crer nela e aceitá-la. De fato, é o Espírito Santo que liga o passado da nossa eleição pelo Pai (Ef 1.4-5) ao presente da nossa experiência, por meio da obra de Cristo na cruz em nosso lugar (Ef 1.7), e ao futuro da “nossa herança” no regozijo e presença de Deus (Ef 1.14). É assim que o Pai, o Filho e o Espírito Santo estão unidos na sua obra comum de redimir os pecadores perdidos e levá-los à glória.

Então, o evangelho não é simplesmente sobre encontrar esperança ou significado, ou assumir um compromisso, ou nascer de novo. É sobre todas essas coisas, porque é, antes de tudo, sobre se reconciliar com o Pai, de quem fomos afastados, por meio da obra de Cristo na cruz, para que sejamos perdoados e o conheçamos. Isso começa não pela nossa escolha, mas pela escolha do Pai. Sem a obra eletiva do Pai, ninguém seria salvo, ao passo que agora, por causa dela, alguns estão sendo salvos. E sem a obra iluminadora do Espírito e a sua aplicação da redenção que Cristo conquistou para nós, não veríamos e não quereríamos a exata coisa da qual mais precisamos. A eleição do Pai, o sacrifício do Filho por nós e em nosso lugar, e a aplicação dessa obra pelo Espírito, tudo nos lembra que não contribuimos com nada para a nossa salvação, exceto o pecado do qual precisamos ser redimidos. Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – fez tudo, e o fez do princípio ao fim. Quando pensamos sobre o evangelho, essas são as conexões que devemos imediatamente lembrar. E se o que vem à mente perdeu algumas dessas conexões, então, nessa medida, nossa compreensão do evangelho tornou-se distorcida.

Quando vemos até onde a graça de Deus se estendeu, a profundidade do amor que Deus demonstrou a nós no Filho, não é de admirar que tudo isso às vezes tenha tão pouco efeito sobre nós? Na igreja, com frequência demais quem Deus é e o que ele fez não determinam realmente quem somos e o que fazemos. As

igrejas estão cheias de pessoas que vivem de maneira bem pouco diferente de como viviam antes de “decidirem por Cristo”. Em 2006, George Barna descobriu que apenas 15 por cento dos cristãos “nascidos de novo” diziam que Deus era a sua primeira prioridade na vida. Isso é um escândalo. É importante que nos lembremos de que o propósito da eleição de Deus é “sermos santos e irrepreensíveis perante ele” (Ef 1.4). Na ausência desse tipo de caráter reto – essa centralidade em Deus que deveria ser o resultado da graça que nos alcançou em Cristo – a fé cristã é poderosamente desacreditada.

Por que há tantas pessoas que podem concordar com os fundamentos da fé cristã e ainda assim viverem como se nunca tivessem ouvido o evangelho? Sem dúvida, há muitas razões. Mas o seguinte pode ser dito com certeza: toda a nossa cultura – guiada pelo consumismo, voltada para o entretenimento, tecnologicamente ativa – tem o efeito de tornar as pessoas radicalmente autônomas. Os motivos para isso, e os mecanismos pelos quais ela opera são complexos, mas os efeitos devem ser vistos em toda parte das igrejas de hoje. Deus e a ortodoxia são afirmados, mas o restante da vida é visto do ponto do eu autônomo, o eu para quem nada é real a não ser que seja sentido e sobre o que escolhas pessoais foram feitas. A realidade torna-se o que dizemos que ela é, o que escolhemos que seja – e o que dizemos tem a ver com o aqui e agora, com compra e venda, com ter e desfrutar, de estar livre de todos os inconvenientes. Nesse ambiente criado por nós mesmos, nessa psicologia egocêntrica, Deus se torna insignificante, por mais ortodoxos que professemos ser. Há diversas igrejas que simplesmente se renderam e cederam a essa disposição moderna, a essa mentalidade de consumo. Elas são encontradas em todo o espectro teológico, do arminiano ao reformado.

O que resulta de tudo isso é que Cristo desaparece, e a fé cristã se torna indistinguível da nossa cultura consumista que impregna tudo. O evangelho é reduzido a pouco mais do que um produto de terapia de autoajuda, e o cristianismo torna-se um estilo de vida que não se distingue de qualquer outro estilo de vida, não é mais obrigatório – torna-se apenas algo que usamos de acordo com nossa conveniência.

Claramente, conhecer a doutrina bíblica da Trindade e como o Pai, o Filho e o Espírito realizaram sua missão divina por meio do evangelho não é a única resposta. Esse conhecimento precisa ser conjugado com um entendimento profundo de como é a nossa cultura e como ela se impõe no modo como vemos o mundo, nós mesmos e, o mais importante, Deus. Sem esse discernimento, a

cultura levará nosso evangelho cativo e Deus desaparecerá da nossa vista. Sem esse entendimento do que é o evangelho e como ele expressa a vontade e a obra do Pai, do Filho e do Espírito Santo, nós não temos alternativa à realidade que nossa cultura de consumo está disseminando no lugar de Deus. Hoje, precisamos urgentemente de renovação tanto nessa ortodoxia quanto nesse discernimento cultural.

Oração

O Espírito Santo nos dá tanto a posição quanto a experiência de sermos filhos do nosso Pai celestial. A seção inicial de Efésios trata da nossa posição em Cristo. Agora precisamos pensar sobre nossa experiência dessa posição. Especificamente, é a conexão com a oração que está em vista aqui. E a oração, assim como o evangelho, é moldada pela realidade de Deus como trino.

Nós oramos ao Pai, por meio de Cristo, nosso mediador, pelo Espírito Santo. Esse é o padrão básico do Novo Testamento. Contudo, isso não é um mero ato mecânico. Em duas das notáveis passagens que já observamos, Paulo aprofunda o significado da oração de uma maneira que não queremos deixar escapar.

Em ambas as passagens, Paulo fala que sabemos que somos filhos de Deus por causa da obra do Espírito. Em Gálatas 4.6, o “Espírito de seu Filho” é enviado ao nosso coração para clamar “Aba, Pai!” Em Romanos 8.16-17, aprendemos que o Espírito testifica com nosso espírito, e como resultado clamamos, “Aba, Pai”.

Se essas duas passagens não fossem interligadas, poderíamos nos perguntar o que essa palavra não traduzida, “Aba”, realmente significa. O que devemos entender disso? No entanto, há um contexto na narrativa bíblica. O cenário é o jardim do Getsêmani. Jesus estava em profunda angústia. Ele estava sendo testado até o limite e voltou-se para o Pai em oração. “Aba, Pai”, ele disse, “tudo te é possível; passa de mim este cálice; contudo, não seja o que eu quero, e sim o que tu queres” (Mc 14.36).

É a linguagem do próprio Jesus vinda desse momento de profunda comunhão com o seu Pai que agora é colocada na alma dos cristãos. É o próprio Espírito Santo, que foi “enviado” ao nosso coração, que está testificando ao nosso

espírito, quem pronuncia esse clamor no nosso íntimo, ao nos direcionar para o Pai.

Dessas palavras nas cartas de Paulo, devemos tirar pelo menos duas conclusões. Primeira, é a intenção de Deus que tenhamos certeza da nossa posição como filho dele. Isso é algo que devemos vivenciar no nosso mais profundo ser. Talvez a garantia do Espírito Santo venha em momentos diferentes e de maneiras diferentes. Ele sabe quando estamos mais perplexos, sobrecarregados de sofrimento e ansiosos por encontrar a orientação de Deus em meio às nossas circunstâncias. E ele sabe quando, em tempos de rebeldia, não somos suscetíveis a essa certeza e não a estamos querendo ou buscando. No entanto, independentemente das circunstâncias da nossa vida, Cristo, que é nosso pastor, sabe como nos conduzir e para onde nos levar. Ao Espírito Santo foi dada essa tarefa de nos assegurar desse fato. É assim que levantamos nossa cabeça com confiança quando em oração nós nos aproximamos do nosso Pai celestial. Nós somos seus amados filhos.

Em segundo lugar, essas palavras de Paulo nos asseguram não apenas de que seremos ouvidos pelo nosso Pai, mas que somos encorajados a entrar na sua presença. Isso porque qual pai terreno digno do nome pai é desinteressado dos seus filhos, pouco disposto a ouvi-los ou pronto a abandoná-los? Se nosso pai terreno sabe dar coisas boas a nós, disse Jesus, muito mais nosso Pai celestial sabe fazer isso. E é esse pensamento que é transmitido pela palavra Aba. Ela provavelmente deveria ser traduzida como “Pai querido”. É um discurso de afeto, e transmite o tom de intimidade, mesmo quando o vemos modelado no relacionamento entre o Filho e o Pai.

Sendo assim, é com muita frequência que devemos nos colocar na presença do nosso Pai em oração. Devemos correr para ele, como os filhos fazem com seus pais terrenos, para agradecer pelas nossas alegrias, para despejarmos nossas tristezas diante dele, para buscar o seu reino e para nos entregarmos ao seu serviço.

Há muito mais do que sabemos agora sobre o glorioso ser de Deus e sua natureza trina. Estamos na beirada de um vasto oceano e vemos apenas a sua orla. Não vemos além do horizonte, embora estejamos inteiramente confiantes de que o que não podemos conhecer sobre Deus é totalmente coerente com o que conhecemos por causa da sua autorrevelação a nós. Embora haja muito mais, não podemos nos permitir ter menos do que o que Deus nos deu. Sem o Deus trino,

um ser em três pessoas, não temos o Deus bíblico e não temos a fé cristã. Tomar posse do que Deus nos deu, valorizando, vivendo e proclamando isso, é agora a nossa tarefa durante essa curta e terrena vida e peregrinação. “[...] dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém” (Rm 11.36).

Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo: Assim como era no princípio, agora e sempre (e pelos séculos dos séculos). Amém.

1 WARFIELD, Benjamin B. Biblical and theological studies, org. Samuel G. Craig. Filadélfia: Presbyterian and Reformed, 1952, 35.

2 HICK, John. God has many names. Filadélfia: Westminster, 1982, 107-9. Hick às vezes mantém a linguagem da Trindade, mas, por exemplo, ele vê Cristo como sendo a presença desconhecida nas outras religiões e considera essas religiões como respostas ao Espírito universal. Veja o seu A Christian theology of religions: The rainbow of faiths. Louisville: Westminster John Knox, 1995.

3 Na seção seguinte, vou resumir o que escrevi primeiro em The person of Christ: A Biblical and historical analysis of the incarnation. Wheaton, IL: Crossway Books, 1984. Depois aprofundei em Above all earthly pow'rs: Christ in a postmodern world. Grand Rapids: Eerdmans, 2005.

4 Ocasionalmente Deus é mencionado como sendo o Pai de todos, mas, nesses casos, somente no sentido de que ele é o Criador de todos. Veja Atos 17.28-29; Efésios 3.14-21; Hebreus 12.9; Tiago 1.17. Embora Deus seja o Pai de todos nesse sentido, os pecadores se recusam a aceitar esse fato e rejeitam as implicações desse conhecimento (Rm 1.18-21).

5 PACKER, J. I. Knowing God. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1973, 201.

6 A tentativa de identificar Deus como feminino, o que tem sido pretendido por diversas escritoras feministas, invariavelmente leva ao panteísmo. Veja

ACHTEMEIER, Elizabeth. Nature, God e pulpit. Grand Rapids: Eerdmans, 1992, 20-39.

7 Na seção seguinte, que trata da pessoa e da obra do Espírito Santo, mostro minha dívida para com uma conferência sobre o tema organizada por Lausanne committee on world evangelization, que subsequentemente escrevi como God the evangelist: How the Holy Spirit works to bring men and women to faith. Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

8 HODGE, Charles. Systematic theology. 3 vols.; Repr., Grand Rapids: Eerdmans, 1952, 1.444.

9 Os autores do Credo Niceno resumiram o ensinamento de Ário numa breve seção de conclusão. Isso foi incluído no Credo, mas costuma ser omitido hoje. A declaração é a seguinte: “Mas quanto àqueles que dizem: ‘Houve um tempo quando ele não era’ e ‘antes que nascesse ele não era’ e ‘ele veio à existência do nada’, ou àqueles que afirmam que o Filho de Deus é uma hipóstase ou substância diferente, ou foi criado, ou é sujeito à alteração ou mudança, a esses a Igreja Católica anatematiza”.

Outros títulos desta série

